

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS

JEFERSON DA SILVA TEIXEIRA

**LIÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NECESSIDADES DE ESTRANHAMENTOS**

DELMIRO GOUVEIA – AL
2021

JEFERSON DA SILVA TEIXEIRA

**LIÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NECESSIDADES DE ESTRANHAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Alagoas (UFAL – Campus
do Sertão), como requisito parcial para obtenção do
título de Graduação em Letras-Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

T2661 Teixeira, Jeferson da Silva

Lições de gênero e sexualidade em livro didático de língua portuguesa: necessidades de estranhamentos / Jeferson da Silva Teixeira. - 2022.

123 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Ismar Inácio dos Santos Filho.

Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Língua portuguesa. 2. Linguística *queer*. 3. Letramento. 4. Ensino médio. 5. Gênero e sexualidade. 6. Performatividade. 7. Estranhamento *queer*. 8. Livro didático. I. Santos Filho, Ismar Inácio dos. II. Título.

CDU: 81'28

JEFERSON DA SILVA TEIXEIRA

**LIÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NECESSIDADES DE ESTRANHAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do curso de Letras-Português da Universidade Federal de Alagoas e Aprovado em 29/10/2021.

Banca Examinadora:

Ismar Inácio S. Filho

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - Orientador

Thiago Trindade Matias

Prof. Dr. Thiago Trindade Matias - Examinador Interno

Marildo de Oliveira Lopes

Prof. Me. Marildo de Oliveira Lopes - Examinador Externo

À minha mãe Ednalva, minha fonte de inspiração, pelo apoio e incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me fortalecer durante esse processo, diante de todos os obstáculos encontrados pelo caminho.

À PROEST, pela bolsa permanência na graduação, a qual foi de grande importância nessa trajetória.

A minha família, minha base. Em especial, à minha mãe, Ednalva, por ser meu porto seguro e me motivar a continuar, e a minha irmã.

Aos professores e às professoras dessa graduação. Em especial ao meu orientador, pela paciência e incentivo na orientação, que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos amigos e amigas de turma, Geovâneo Souza, Herlanne Nayara, Rafaela Martins, Luana Silva, Thainá Fernanda, Glória Camila e João Marcos, pelas parcerias nos trabalhos e por estarem presentes nos momentos bons e ruins dessa trajetória.

À Paloma Lopes, Rakel Carvalho e Rakel Theodoro, amigas das Letras, pelos momentos de descontração nos intervalos das aulas. A Marcos Manoel, amigo historiador.

A todos e a todas que estiveram direta ou indiretamente presentes nessa jornada.

[...] Os professores de línguas muitas vezes enfrentam conflitos linguísticos com seus alunos em desenvolvimento, mas se os pesquisadores da linguagem puderem narrar o sentido *queer* de documentos históricos, ou recriar a maneira pela qual eles coletam dados, ou reafirmar afirmativamente o uso da linguagem de pessoas “estranhas” em “terras estranhas”, os professores de redação podem certamente realizar a formidável tarefa de decifrar as interpretações divergentes e os padrões de “significado” *queer* de nossa escrita e conversar com os alunos (MCBETH, 2000).

RESUMO

Diante do contexto em que vivemos, em que a cada dia crescem o preconceito e as estatísticas de violência contra pessoas LGBTQIA+, tendo em vista o papel da na escola na formação dos sujeitos para o convívio em sociedade, notamos a necessidade de um ensino que busque reconhecer e legitimar essas outras formas de vida que não se adequem aos parâmetros de gênero inteligível fortemente presente em nossa cultura. Nesse entendimento, esse estudo visou compreender se as questões de gênero e sexualidade aparecem na educação escolar sistematizada, de modo a perceber se essas abordagens são tratadas como objeto de conhecimento nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio, no intuito de discutir a necessidade de uma abordagem indisciplinar e de “estranhamento”, subversiva, na proposta dessa disciplina, favorecendo o/a docente das Letras a construção de uma postura *queer* nos estudos linguístico-discursivos. A pesquisa foi realizada em perspectiva indisciplinar/transdisciplinar, na qual tomamos como arcabouço teórico-metodológico Borba (2015 [2006]), Butler (2003 [1990]), Livia e Hall (2010 [1997]), Finegan (1997), MCBeth (2000), Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c; 2017a; 2017b), Gonçalves (2017) e Moita Lopes (2013), entre outros. Os procedimentos de análise consistem na leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer* das propostas de conteúdos e atividades presentes em livro didático do 3º ano do Ensino Médio, utilizado em uma escola da rede pública situada em município do quadrilátero sertanejo. Nesse processo, busquei identificar o projeto performativo interpelativo com função escolar-educativa em Língua Portuguesa que educa corpos e identidades.

Palavras-chave: Enunciação; Estranhamento *Queer*; Letramento *Queer*; Linguística *Queer*; Performatividade.

ABSTRACT

Given the context in which we live, in which prejudice and statistics of violence against LGBTQIA+ people grow every day, in view of the role of the school in the formation of subjects for living in society, we note the need for education that seeks recognize and legitimize these other forms of life that do not fit the intelligible gender parameters strongly present in our culture. In this understanding, this study aimed to understand whether issues of gender and sexuality appear in systematized school education, in order to realize whether these approaches are treated as an object of knowledge in Portuguese language classes at high school, in order to discuss the need for a subversive and undisciplined approach, in the proposal of this discipline, favoring the teacher of Literature to build a queer posture in linguistic-discursive studies. The research was carried out in an multidisciplinary/transdisciplinary perspective, which we took as a theoretical-methodological framework Borba (2015 [2006]), Butler (2003 [1990]), Livia and Hall (2010 [1997]), Finegan (1997), MCBeth (2000), Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c; 2017a; 2017b), Gonçalves (2017), Moita Lopes (2013), among others. The analysis procedures consist of the enunciative-discursive reading from a queer perspective of the proposals for content and activities present in a textbook for the 3rd year of high school, used in a public school located in a city in the countryside. In this process, I sought to identify the interpellative performative project with a school-educational function in Portuguese, in which it educates bodies and identities.

Keywords: Enunciation; Queer strangeness; Queer Literacy; Queer Linguistics; Performativity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 01: Capa da Revista Nova Escola, p. 38
- FIGURA 02: Capa do livro 3 – Língua Portuguesa: Coleção Linguagem Interação (2016), p. 56
- FIGURA 03: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 67
- FIGURA 04: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 68
- FIGURA 05: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 71
- FIGURA 06: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 73
- FIGURA 07: Verbetes de dicionário: significado de família, p. 74
- FIGURA 08: Verbetes de dicionário: significado de família, p. 74
- FIGURA 09: Representação da Sagrada Família, p. 79
- FIGURA 10: Dicionário de Direito de Família e Sucessões, p. 87
- FIGURA 11: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 91
- FIGURA 12: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 92
- FIGURA 13: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 94
- FIGURA 14: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 96
- FIGURA 15: Texto 7 – Novas configurações familiares (2016), p. 98
- FIGURA 16: As famílias são de diferentes tipos e tamanhos, p. 106
- FIGURA 17: Texto 7 – Atividades (2016), p. 109
- FIGURA 18: Texto 7 – Atividades (2016), p. 110

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01 - INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 02 - ESTUDOS DE LINGUAGEM, GÊNERO E SEXUALIDADE – LINGUÍSTICA <i>QUEER</i>	17
2.1 <i>Queerly Phrased</i>	17
2.2 Estudos sociolinguísticos	20
2.3 Estudos feministas e Judith Butler	22
2.4 Linguística <i>Queer</i> como campo de investigação	26
2.5 LQ e conceitos importantes	33
CAPÍTULO 03 - ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO SISTEMATIZADA	36
3.1 Lidando com questões de gênero e sex(o)ualidade na escola.....	37
3.2 Religião e intolerância sexual e de gênero na educação	43
3.3 O ensino de línguas na atualidade e as questões de gênero e sexualidade	49
CAÍTULO 04 - “NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES”: GÊNERO, SEXO, SEXUALIDADE EM INTERFACES COM ESTUDOS DO TEXTO NO ENSINO MÉDIO (?)	55
4.1 Aspectos Metodológicos	57
4.2 Uma leitura sobre o <i>corpus</i>	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118

CAPÍTULO 01 INTRODUÇÃO

Incio esta discussão falando um pouco sobre a postura que assumo neste trabalho. De antemão, justifico a minha escolha em escrever em primeira pessoa, por acreditar que a motivação em fazer pesquisa surge, de certa forma, de inquietações do sujeito que escreve e desenvolve a pesquisa. Assim, de acordo com Moita Lopes (2004), ao tratar do processo de pesquisa, não há como excluir o(a) pesquisador(a) desse processo, tendo em vista que esse se posiciona e está sempre introduzindo conhecimento no mundo, e em razão desse/dessa ter “corpo, raça, desejo, classe social, etc., enfim, tem história” (MOITA LOPES, 2004, p. 166).

Em conformidade com esse linguista, entendemos a necessidade de ver a língua atrelada ao seu aspecto social, já que o sujeito possui vida cultural, e vive em um contexto político e histórico. Dessa forma, adoto neste trabalho uma postura indisciplinar, a partir da qual percebo a complexidade do objeto de estudo na contemporaneidade, de modo que vejo a necessidade do diálogo entre os estudos linguísticos e outras áreas do conhecimento, para que se atenda a tal complexidade. Logo, “só mesmo a anti-disciplina pode dar conta de tal proposta” (MOITA LOPES, 2004, p. 164).

Dito isso, afirmo que o meu primeiro contato com os estudos sobre gênero e sexualidade se deu na disciplina de Linguística *Queer*, doravante LQ, ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, no curso de Letras-Língua Portuguesa, da UFAL, Campus do Sertão, no 5º período. Logo no início das aulas, pude perceber a relevância de tal campo de estudos no contexto atual. Conforme íamos avançando nas leituras e debates, sentia-me cada vez mais atraído pelas discussões vivenciadas na disciplina.

Paralelo à LQ, foi a partir das vivências em sala de aula, com a realização dos estágios supervisionados, ao ver estudantes lidando com questões sobre gênero e sexualidade, e a falta de conhecimento por parte dos/as docentes na escola, que tive a certeza sobre o campo de estudos do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Tais vivências me instigaram a progredir nos estudos em LQ, de modo a optar por desenvolver minha pesquisa nessa área, atendendo a essa necessidade de um ensino de língua que priorize a interface língua(gem), gênero e sexualidade, vendo-a como um objeto estudo emergente nos dias atuais.

Recordo-me de uma dessas cenas, enquanto estava em observação no Estágio Supervisionado II. Era um dia de apresentação de seminários na disciplina de Redação do 3º ano A, no Colégio Estadual Polivalente de Paulo Afonso, situado no centro urbano da cidade de Paulo Afonso, localizada na região norte da Bahia, tendo ao lado leste o estado de Alagoas

como fronteira, no qual se localiza o município de Delmiro Gouveia, em que se encontra a UFAL, Campus do Sertão.

Naquela atividade escolar, o critério de seleção dos temas para os seminários, pela professora, deu-se através de assuntos considerados de relevância na atualidade como possíveis temas para redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2018. A atividade tinha o intuito de estimular a capacidade de argumentação desses jovens na modalidade oral, e com isso, colocar em prática a escrita da redação, seguindo os parâmetros de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) no Exame.

Nesse dia, uma das apresentações me chamou a atenção. Estava intitulada de “A complexidade da homofobia”, tema distribuído por sorteio à equipe, que trazia abordagens referentes ao índice de violência crescente no país, em que os LGBTQIA+ são vítimas. Na discussão, os/as estudantes trouxeram reportagens sobre tais casos e apresentaram gráficos gerados em estudos que medem esses índices de violência. Ao final das apresentações, a professora abriu o espaço para debate com os/as demais estudantes presentes em sala. Em específico, na apresentação dessa equipe a discussão se prolongou um pouco mais, pois, aparentemente, esse era um tema de interesse do(a)s jovens, já que se demonstravam envolvido(a)s no debate ao expor seu posicionamento a respeito do assunto.

No decorrer da conversa, uma das alunas integrantes do grupo utilizou o espaço para falar sobre sua sexualidade, assumindo-se bissexual para os/as colegas e a professora. Na ocasião, a garota relatou ter uma boa relação com os amigos e as amigas, tendo sua identidade respeitada dentro do espaço escolar. Porém, afirmou que no ambiente familiar a aceitação ainda era complicada, apontando que a mãe ainda negava sua sexualidade por questões religiosas, já que para ela tal forma de ser não era normal, não sendo aceita socialmente. Em contraposição, a jovem declarou que a relação com o pai foi muito importante nesse processo, pois ele lhe ofertou todo o apoio. Em geral, a garota relatou não sofrer preconceito, afirmando possuir uma boa relação com as pessoas de seu convívio.

Nesse momento, senti a necessidade de um aprofundamento maior na discussão, já que tal temática, e o depoimento da aluna, poderiam servir de ponte para outras discussões, a exemplo do modelo de sociedade no qual vivemos, pautada numa cultura que adota a heterossexualidade como norma, percebendo também a importância da língua no processo de construção das identidades dos sujeitos. Possivelmente, a formação da docente não possibilitava tal compreensão, ficando o debate restrito apenas às discussões sobre violência e os índices expostos pela equipe através das reportagens na apresentação do seminário.

Em decorrência disso, pude notar a importância e a emergência de uma educação linguística *queer*, que privilegie um ensino transversal, permitindo pensar a formação dessas identidades, distanciando-se dos moldes tradicionais, que invalidam e punem aqueles/aquelas que não alinham suas vidas às normas, no intuito de desconstruir pensamentos atrelados ao essencialismo, de sujeito biológico e pronto, passando a compreender esse como sujeito discursivo, que forja suas identidades através de projetos performativos.

Dessa forma, como futuro professor de Língua Portuguesa, passei a perceber mais a importância da formação em Linguística *Queer* e a entender a necessidade de trazer essas discussões para a sala de aula, dado que vivemos uma era de intolerância, na qual os sujeitos considerados desviantes são postos às margens, não tendo validade nessa sociedade, sendo vistos como corpos matáveis, o que leva a esse crescimento gradativo da violência contra LGBTQIA+ no país.

Compreendi que tais estudos são condenados por grande parte da sociedade conservadora, que teme o fim da considerada “família tradicional” (formada por homem e mulher), afirmando ser esse um ensino da homossexualidade às crianças, e um afrontamento à heterossexualidade. Esses conservadores qualificam esse ensino como “ideologia de gênero”, que para Santos Filho (2017a), nada mais é do que uma interpretação equivocada e forma de resistência aos estudos de gênero, sob uma perspectiva não essencialista. Assim, como agente formador de opinião, acredito ser necessário desconstruir tais ideias para possibilitar uma sociedade mais igualitária e sem preconceito.

Dessa maneira, para compor o objeto de análise desse trabalho, consultei a coleção de livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio “Linguagem e Interação”, utilizada pela instituição que tive como campo de estágio, me deparando no livro 3 com um capítulo inicial que trata dos procedimentos de estudo e produção dos gêneros textuais resenha, resumo e síntese. Esse capítulo é composto de textos e propostas de exercícios para a prática desses gêneros textuais. Dentre eles, nos textos 7, identificamos elementos que nos permitem pensar a interface língua(gem), gênero e sexualidade, tendo em vista o ensino de língua transversal, que perpassa os estudos linguísticos. Assim, destaco que a ênfase dada ao livro 3 se deu em decorrência dele estar sendo utilizado pela turma na qual estagiei, e por fazer parte do componente curricular da disciplina de Língua Portuguesa, podendo esse livro ser utilizado pela docente como apoio para as aulas de redação.

Para isso, tomamos como metodologia a leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer*, que nos permite ver o texto como enunciado, sendo esse constituído pela “fala” de um “eu” em direção a um “outro”. Assim, podemos nos distanciar da noção de texto como

conteúdo, na qual se compreende que os sentidos estão fixados na materialidade textual, como se estivessem dados a priori, passando a entender que os sentidos são forjados no processo discursivo, em que há uma proposta de sentidos sendo construída entre os sujeitos que dialogam, tal como argumenta Santos Filho (2012).

Dessa maneira, podemos refletir acerca do problema que norteia essa pesquisa, “É possível pensar a interface língua(gem), gênero e sex(o)alidade na educação sistematizada?”, “É possível pensar a interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade em uma unidade de livro didático destino ao Ensino Médio?”.

Isto posto, temos como objetivo geral: entender, de modo a estranhar, se as questões de “gênero” e “sexualidade” aparecem na educação escolar sistematizada em aulas de língua(gem)”. Com base nisso, temos como objetivos específicos dessa proposta de análise:

- a) inferir outros objetos de conhecimento que perpassam esse estudo a respeito do texto, atentando-se para as questões de gênero e sexualidade;
- b) pressupor o perfil psicossocial construído nesse material didático para os sujeitos da relação educacional;
- c) compreender o projeto performativo de cada texto, pensando a sua inserção no material didático enquanto ferramenta escolar-educativa em Língua Portuguesa;
- d) discutir a necessidade de uma abordagem indisciplinar e “de estranhamento”, subversiva, para essas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio;
- e) apresentar possíveis orientações à/o docente, de modo a favorecer a construção de uma postura *queer* nos estudos linguístico-discursivos.

À vista disso, este trabalho se organiza em quatro capítulos. No capítulo 1, relato como cheguei ao campo de pesquisa no qual desenvolvi esse trabalho, expondo minhas inquietações, e o que me levou a delimitar meu objeto de pesquisa, assim como o posicionamento que assumo na escrita desse trabalho enquanto pesquisador das letras, apresentando a área e metodologia a ser utilizada.

No capítulo 2, situo a área de estudos em Linguística *Queer*, apresentando como essa se configura enquanto campo de pesquisa, abordando suas principais ideias e conceitos. Nesse contexto, listo alguns trabalhos que foram desenvolvidos dentro dessa área desde a sua introdução aqui no Brasil por Rodrigo Borba. Para tal, tomamos como base teórica Borba (2015 [2006]), Butler (2003 [1990]), Lewis (2012), Livia e Hall (2010 [1997]), Finegan (1997), MCBeth (2000), Alkmim (2008) e Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c; 2017b), entre outros.

No capítulo 3, falo dos estudos de gênero e sexualidade na educação sistematizada, focalizando a problematização da interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade. Dessa forma,

busco entender como a educação sexual foi organizada nos últimos anos, no intuito de pensar o atual contexto de rejeição à abordagem de gênero e sexualidade na escola, problematizando a noção de “ideologia de gênero”. Com isso, reflito acerca da necessidade de tais estudos, de modo a pensar a escola frente a esse contexto e a necessidade de rupturas. Para tal, tomamos como aporte teórico as discussões de Bohn (2013), Louro (2007), Borba (2016), Moita Lopes (2013), Pereira (2017) e Santos Filho (2015c; 2016; 2017a; 2017b).

No capítulo 4, através da leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer* teço a análise do *corpus*, buscando entender a esfera na qual esses textos circulam, assim como os sujeitos envolvidos nessa relação discursiva e a construção de sentidos nesse processo. Dessa maneira, busco compreender o projeto performativo de cada texto, pensando a sua inserção no material didático, enquanto ferramenta escolar-educativa em Língua Portuguesa, de modo a notar se as atividades propostas viabilizam ou não tais reflexões, e se essas propostas de textos atendem ao objetivo em questão do capítulo no qual o *corpus* está situado, que é o estudo de resenha, resumo e síntese. Para tal, retomamos algumas discussões dos capítulos 2 e 3, e recorreremos aos aportes teóricos de Gonçalves (2017), Santos Filho (2012) e Lobo (2016).

Nas considerações finais, faço algumas reflexões acerca da minha pesquisa, retratando a importância do presente estudo, de modo que possamos pensar a necessidade de uma abordagem indisciplinar e de estranhamento subversiva nos estudos linguísticos-discursivos frente ao contexto escolar no qual vivemos atualmente, em que são reiterados os parâmetros conservadores da cultura heteronormativa e, conseqüentemente, a resistência aos estudos de gênero e sexualidade. Dessa forma, concluo esse trabalho enfatizando a importância de o/a docente assumir uma postura *queer* nos estudos da língua(gem). Ademais, foi possível concluir que os conteúdos sobre gênero e sexualidade, sobre “novas configurações familiares”, aparecem na proposta didática, junto aos estudos sobre língua(guem) e texto, mas não são enfatizados.

CAPÍTULO 02

ESTUDOS DE LINGUAGEM, GÊNERO E SEXUALIDADE – LINGUÍSTICA QUEER

A Linguística *Queer* é uma área dos estudos em linguagem que visa estudar a relação entre sujeito, linguagem, significado e “identidade”, de modo a problematizar e a estranhar essa relação na cultura que tem a heterossexualidade instituída como norma na construção das identidades, devendo essa ser analisada através da noção de performatividade, conforme menciona Santos Filho (2015a). Para Borba (2015 [2006]), a LQ, área recente nos estudos da linguagem, direciona suas abordagens para a investigação da relação entre linguagem e sexualidade, partindo de noções da teoria *queer*. Assim, esse pesquisador argumenta que a LQ se baseia em uma vertente não essencialista da língua, compreendendo que as identidades resultam de práticas socioculturais pós-discursivas, contrariando a abordagem essencialista, ao se embasar numa perspectiva pré-discursiva, sendo essas identidades resultantes de performances corporais e linguísticas, que perpassam por um processo de negociação, podendo essas reiterarem, refutarem ou subverterem ideologias da cultura dominante. Nessa perspectiva, Miskolci (2015) afirma a não existência de um sujeito pré-discursivo, já que esse é produto criado pelas instituições, pela cultura e pela política.

Dessa forma, notamos a relevância de uma abordagem *queer* nos estudos linguístico-discursivos, tendo em vista que a sociedade regula e mantém essa cultura dominante, que também se reflete no ensino, que por sua vez está centrado em questões essencialistas da língua, o que nos leva a pressupor que os materiais didáticos também assumam tal postura. Tendo isso em mente, é justificada a necessidade de uma abordagem indisciplinar e de estranhamento nas aulas de Língua Portuguesa.

2.1 *Queerly Phrased*

A LQ surgiu como campo de conhecimento na década de 1990, ganhando força após a publicação do livro *Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality*, obra sob a organização de Anna Livia e Kira Hall, composta por 25 artigos, que discutem a interface linguagem, gênero e sexualidade, conforme aponta Finegan (1997) no Prefácio da referida obra. De acordo com Lewis (2012), essa coletânea de trabalhos visa investigar como as identidades de gênero e sexualidade são construídas discursivamente, levando em consideração a noção de “performatividade” proposta por Judith Butler.

A respeito dessa área de saberes linguísticos, é relevante compreendermos que antes da publicação dessa obra, já era possível encontrarmos estudos sobre linguagem e sexualidade. Entretanto, conforme discutem Livia e Hall (2010 [1997]), esses trabalhos não problematizavam a linguagem, tampouco o gênero, sendo esse último visto como categoria interligada ao sexo do sujeito. Nesse sentido, Santos Filho (2015a) menciona que a língua(gem) era tida como expressão do sexo do/a falante e, em decorrência disso, pouco se falava em sexualidade ou orientação sexual nos estudos linguísticos. Para ele, os trabalhos realizados nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, não poderiam ser classificados como estudos que discutiam a interface linguagem e gênero, em razão de tratarem apenas da relação entre linguagem e papel de sexo.

Dessa forma, levando em conta as análises realizadas nesse período, podemos perceber que esses trabalhos estavam voltados para o nível lexical da língua, o que deu origem a diversos dicionários e glossários gays. Nesses materiais, era possível encontrar expressões em que os sujeitos gays faziam menção com frequência, assim como a disposição de uma gama de palavras de uso recorrente por esses falantes. Lewis (2012) chama atenção para o modelo de sujeito adotado como referência na realização desses estudos, de modo a destacar que somente o homem branco homossexual estava apto a participar das pesquisas. Dessa forma, os estudos linguísticos estavam direcionados à observação da língua(gem) dos gays e das lésbicas, sendo analisada em contraposição à língua(gem) dos homens e das mulheres heterossexuais.

Para Livia e Hall (2010 [1997]), a ausência de abordagens nos estudos da língua(gem) que levasse em conta a sexualidade resultou na não problematização dessa categoria. Conseqüentemente, nessas pesquisas, eram utilizados métodos analíticos mais demográficos, já que a sexualidade não era vista como categoria de análise. Em decorrência disso, os informantes gays acabavam sendo incluídos no grupo de informantes masculinos, ao passo que as lésbicas integravam o grupo de informantes femininos. Assim, de acordo com as autoras, os pesquisadores acreditavam que o gênero possuía similaridades que prevaleciam em relação à orientação sexual.

No entanto, esse cenário é transformado com a chegada do *Queerly Phrased*, ao propor avanços para as pesquisas nesse campo, tendo influências da teoria *queer*, que levou as categorias de gênero e sexualidade a uma abordagem independente, apesar de ambas estarem interligadas, e pelos estudos feministas, que contribuíram para a separação das identidades masculinas e femininas, assim como a distinção entre sexo e gênero, sendo vistos, respectivamente, como aspectos biológicos do corpo do sujeito e os modos aos quais os sujeitos se reconhecem socialmente.

Conseqüentemente, tendo em vista a concepção essencialista dos estudos da década de 1970 e 1980, na qual se entendia que a identidade pessoal não é uma categoria a ser problematizada, ao mesmo tempo que os estudos linguísticos são vistos pelas propriedades formais da língua(gem) e na relação estabelecida entre os usos linguísticos e as categorias demográficas, como classe social, raça e sexo, por exemplo, os trabalhos apresentados no *Queerly Phrased* se colocam em oposição a essas noções, ao expandir tais abordagens, no intuito de compreender a conexão entre linguagem e poder, percebendo como esses parâmetros contribuem para criação e manutenção do pensamento ortodoxo. Em síntese, ao refletir sobre esses aspectos, Finegan (1997) argumenta que tais trabalhos querem mostrar que os estudos propostos nesse volume procuram dar conta do papel da língua(gem) na vida dos sujeitos, assim como a inserção desses em grupos menos homogêneos.

Dessa maneira, os estudos em linguagem realizados nas décadas que antecederam a publicação do *Queerly Phrased*, a exemplo dos estudos sociolinguísticos, trabalhavam com a noção de papel do sexo, nos quais era possível compreender a existência de uma linguagem própria da mulher, ao mesmo tempo em que se acreditava que os homens também possuíam uma linguagem específica. A percepção dos pesquisadores da época era a de que havia um significante preso ao seu referente, como se os sentidos já estivessem dados a priori. Em decorrência disso, Livia e Hall (2010 [1997]) destacam a importância em se (re)pensar a ideia de referencial, pois, acredita-se que a língua em si não é capaz de descrever, já que um referente não se gruda ao seu significante, em razão de os sentidos serem construídos via discurso. Nesse sentido, ao ler Judith Butler, as autoras concluem que não há um referente que assegure a existência do “eu” antes do discurso.

Dessa forma, na leitura de Santos Filho (2015a), o *Queerly Phrased* surgiu como proposta de estudos teórico-conceituais e metodológicos aplicados à pesquisa em linguagem, de modo a desenvolver uma abordagem *queer*, no intuito de possibilitar aos teóricos um campo de investigação que subverta a noção de que a língua representa, com o objetivo de criar inteligibilidade e viabilizar todas as formas de ser. Na sequência, discutimos sobre os estudos sociolinguísticos, que antecederam a publicação do *Queerly Phrased*, de modo a compreender as abordagens adotadas por essa área nos estudos da língua(gem), expandido, assim, o nosso entendimento – a problematização – a respeito dos estudos linguísticos de base essencialista.

2.2 Estudos sociolinguísticos

A Sociolinguística, certamente, mais a interacional, é um ramo da linguística que estuda a relação entre língua(gem) e sociedade. Mas, de acordo com Finegan (1997), esse campo está preocupado em compreender o comportamento linguístico de homens e mulheres nas relações discursivas, visando analisar como o discurso é (co)construído e (re)moldado nas ações dos sujeitos em sociedade. É um campo de conhecimento que surgiu por volta da segunda metade do século XX, e tem, na vertente variacionista, como precursor o linguista William Labov, após desenvolver diversos estudos sobre variação linguística na década de 1960. Na abordagem variacionista, as análises tinham como foco a descrição da variação e dos processos de mudança natural da língua, buscando perceber essas ocorrências através de investigações por meio de grupos de informantes, classificados por categorias demográficas, tais como a escolaridade, o sexo, a faixa etária e ou a classe social, por exemplo.

Nesse sentido, segundo Alkmim (2008), compete à Sociolinguística variacionista o estudo da língua falada, na forma como é observada, descrita e analisada, considerando o seu contexto social. Os estudos nesse campo estão direcionados à comunidade linguística, que é composta por um grupo de pessoas que compartilham das mesmas regras e usos linguísticos. Dessa forma, a autora afirma que essa Sociolinguística se interessa pelo estudo da diversidade linguística, tendo em vista que dentro de uma comunidade pode existir diversas formas de falar, as quais serão tratadas pelo campo como variação linguística.

Dessa maneira, Finegan (1997) afirma que os trabalhos realizados nessa área da linguística, especificamente a interacional, em divergência a outros estudos desenvolvidos fora dessa perspectiva, tinham como objetivo a investigação de expressões linguísticas atreladas ao contexto social da vida dos sujeitos, de modo a focar a língua em uso pelos falantes, por acreditar que só assim é possível compreender as complexidades da estrutura social e como essas influenciam na produção dos discursos.

Porém, de acordo com MCBeth (2000), alguns trabalhos linguísticos, a exemplo dos estudos sociolinguísticos, principalmente a abordagem variacionista, eram de base essencialista, pois visavam analisar as diferenças entre a fala de homens e de mulheres, por exemplo, enquanto nos estudos postulados no *Queerly Phrased* essas análises levavam em consideração a sexualidade, de modo constatar uma sexualidade *queer*. Assim, ao invés de mostrar que as categorias de sexo, sexualidade e gênero refletem uma verdade sobre os corpos, sendo essas vistas de maneira imbricada, os estudos em Linguística *Queer* postulados nesse volume subvertem essa lógica adotada pela Sociolinguística clássica, permitindo pensar a

língua(gem) como ferramenta na construção das identidades de gênero e sexualidade. Dessa maneira, através das enunciações podemos “revelar” ou “ocultar” quem somos, ao mesmo tempo em que podemos nos “filiar” ou “resistir” às normas socialmente impostas de como deveríamos ser.

Por esse ângulo, retomamos esse raciocínio de Finegan (1997), quando afirma que a sociolinguística (interacional) está preocupada em analisar o processo de construção e reconstrução dos discursos, percebendo as influências desses na vida dos sujeitos, estando esses pautado em um viés de abordagens mais demográfica. Assim, ele destaca que o trabalho do sociolinguista está centrado na investigação dos usos linguísticos incorporados a situações de fala. Dessa forma, o pesquisador reitera a importância do *Queerly Phrased* para os estudos da língua(gem), que por sua vez traz abordagens que permitem refletir sobre essa situação de fala, de modo a perceber esse falante de forma mais líquida, a fim de notar como esse utiliza recursos da língua para se integrar em determinados grupos sociais.

Nesse conhecimento, refletindo acerca do que MCBeth (2000) chamou de estudos de base essencialista, no tocante às questões de abordagens sob um viés de análise baseado em categorias demográficas, tendo em vista a importância do estudo da sexualidade, em contraponto ao pensamento ortodoxo mencionado por Finegan (1997), que se volta para as conexões entre sexo e gênero, Santos Filho (2015a) afirma que o sexo, nesses estudos, está sendo tratado como essência, ou seja, é como se o sujeito já nascesse com uma identidade grudada à morfologia de seu corpo, de modo que essa essencialidade refletisse em seus usos linguísticos, lógica refutada por MCBeth, ao debater sobre os estudos propostos pelo *Queerly Phrased*. Logo, Santos Filho certifica que nessa perspectiva essencialista a linguagem está sendo vista como reguladora de nosso *script* cultural, já que há usos específicos que estão restritos ao mundo do homem, assim como há usos específicos restritos ao universo da mulher.

Dessarte, Santos Filho (2015a) argumenta que nesses estudos linguísticos de base essencialista, não se problematiza a língua(gem), tampouco é problematizado o sujeito e suas identidades, justificando assim a necessidade do surgimento de uma linguística *queer*, para que possamos desconstruir essa noção do senso comum, que vê a língua(gem) como expressão do lugar de seu falante, possibilitando compreendermos que a nossa língua(gem) nos permite executar no mundo os nossos lugares sexuais e de gênero, conforme discute MCBeth (2000). No tópico seguinte, discutimos sobre a corrente de pensamentos dos estudos feministas, refletindo acerca da construção de gênero, tomando como ponto de partida a noção de “performatividade”, de Judith Butler, de modo a ampliarmos a discussão aqui empreendida.

2.3 Estudos feministas e Judith Butler

Nessa reflexão, precisamos ter em mente que estamos inseridos numa sociedade heteronormativa, na qual existem parâmetros adotadas como válidos para ser e viver em questões de gênero e sexualidade. Dito isso, é importante entendermos que nesse contexto social, as pessoas que não se adequam à norma, que toma o sexo biológico como determinante na construção das identidades de gênero e sexualidade, são postas em condição de precariedade, sendo vistas por um parâmetro de não validade, de modo que tal identidade não possa existir, conforme aponta Butler (2003 [1990]). Nesse sentido, Santos Filho (2017), ao ler “Problemas de Gênero”, de Judith Butler, levando em consideração a noção de gênero inteligível, afirma que essa sociedade institui uma lógica de coerência e continuidade em relação a sexo, gênero, práticas e desejos sexuais, construindo assim o gênero masculino e feminino através de práticas heterossexuais.

Partido desse entendimento, é preciso compreendermos o movimento feminista e o posicionamento de Judith Butler, que surgiram para se opor em grande medida a essa sociedade. Inicialmente, sobre o feminismo, tomamos como base as discussões de Cancian (2016). Segundo ele, o feminismo é um movimento social que surgiu durante a Revolução Francesa, tendo como marco importante a declaração assinada por Olímpia de Gouges, em 1791, que proclamava à mulher direitos naturais e idênticos aos homens. Posteriormente, no século XIX, na Inglaterra, as lutas se voltaram para a igualdade jurídica, de modo que ambos os sexos tivessem direitos equivalentes, como o direito ao voto, o direito à instrução e o direito ao exercício da profissão, por exemplo.

No século XX, mais precisamente entre as décadas de 1970 e 1980, tendo início nos Estados Unidos, as reivindicações se centraram na libertação da mulher, de modo a denunciar toda e qualquer forma de opressão a que as mulheres eram submetidas, considerando a amplitude do contexto no qual estavam situadas, a exemplo das questões políticas, condições socioeconômicas e culturais, trabalhando no sentido de superação das relações conflituosas entre o gênero masculino e o feminino, de modo que a noção de inferioridade fosse abolida. Cancian (2016) afirma que nesse século houve um aumento de pesquisadoras do sexo feminino, citando nomes como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millet.

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou o livro intitulado “O Segundo Sexo”, obra considerada de grande relevância para os estudos feministas, na qual a autora analisa a condição da mulher na sociedade. Graças a esse trabalho, foi possível pensar a respeito da desigualdade de gênero, sendo essa vista como produto ideológico da sociedade que elevou a mulher à

condição do “outro”, pois até então a mulher era lida sob a ótica masculina, conforme aponta Izaal (2019), no texto publicado ano passado no portal O Globo, intitulado “‘O segundo sexo’ chega aos 70 anos. Mas será que a obra de Simone de Beauvoir continua relevante?”, em comemoração aos 70 anos da obra.

Beauvoir lutou pela liberdade da mulher e trouxe à tona questões polêmicas naquela época, como a sexualidade feminina, o trabalho e a independência econômica da mulher, a contracepção e o aborto, por exemplo. Dessa forma, com o “slogan” “Ninguém nasce mulher: torna-se uma”, a pesquisadora possibilitou pensar a noção de gênero como construção social, por acreditar na inexistência de parâmetros que pudessem associar o gênero, o ser mulher, a questões biológicas, chegando assim à compreensão de que esse é fruto de processos de civilização na sociedade.

Porém, para Butler (2003 [1990]), os estudos feministas presumiam a existência de uma identidade definida, que se limitava à categoria “mulher”, pressupondo a constituição de sujeitos dentro de expectativas políticas. Em decorrência disso, a filósofa acredita ser impossível se falar em uma mulher universal, como acontece nos estudos feministas de base essencialista, como os presentes nas décadas de 1970 e 1980, admitindo que a categoria mulher não pode abarcar toda a diversidade de mulheres existentes na sociedade.

Judite Butler surpreende esse campo ao publicar, em 1990, a obra intitulada “Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, na qual visa subverter, em alguma medida, os estudos feministas que se atentavam à oposição entre homens e mulheres, levando a pensar no debate que envolve a oposição entre a homossexualidade e heterossexualidade, tendo em vista os privilégios atribuídos a essa última categoria, possibilitando assim problematizar a heteronormatividade nesses estudos.

Em virtude disso, Butler (2003 [1990]) propõe reflexões a respeito da construção de gênero, de modo a perceber que nos estudos anteriores esse processo acontecia por meio do determinismo social, e por isso, os corpos eram vistos de maneira passiva às normas impostas socialmente e, conseqüentemente, o gênero se tornava uma categoria fixa, na mesma lógica instituída pelo determinismo biológico. Por conseguinte, a pesquisadora destaca a importância de se repensar essa noção, e problematiza o pensamento de Beauvoir, quando afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se uma”, por considerar que há um agente imbricado nesse processo, que se apropria da construção desse gênero.

Para a filósofa, a afirmação de Beauvoir é válida, mas é preciso estar atento para a forma como o sujeito se torna alguém, pois se partir do determinismo social, a construção desse corpo vai ser sempre um produto do sexo biológico. Em decorrência disso, essa obra possibilita aos

estudos feministas compreender que o gênero é construído, ou seja, um sujeito pode se constituir como homem independentemente de “ser macho”. Por conseguinte, Butler (2003 [1990]) relata que essa noção de “construção” perpassaria entre o livre-arbítrio e o determinismo.

Dessa forma, para que possamos entender o pensamento de Butler, é preciso problematizarmos a noção de “performatividade”. De início, precisamos ter em mente que os sujeitos não estão a priori dados, tendo em vista que não há uma verdade sobre os corpos que possa ser constatada e descrita, tampouco a língua seria capaz de representá-la. É importante dizer que esses sujeitos não são assujeitados, já que eles falam, agem, lidam com efeitos de poder, e estão implicados em cenas discursivas, e de interpelação, que perpassam por esquemas normalizadores de inteligibilidade e subversões, conforme aponta Santos Filho (2015c). Por isso, esse pesquisador afirma que os “atos de fala” podem atender ou refutar às exigências de nosso *script* cultural inteligível, que remete a um padrão de normas sociais que exerce uma autoridade moral. “Logo, os enunciados são construídos em diálogo com a autoridade moral cultural, reiterando-a ou negando-a” (SANTOS FILHO, 2015c, p. 17).

Dessa maneira, ampliando o raciocínio anterior, precisamos perceber que Judith Butler está interessada em compreender como essa autoridade moral se faz presente e é sustentada no ato performativo. Sendo assim, Santos Filho (2015c) aponta aspectos que nos fazem pensar sobre tal, afirmando que o ato de fala não é um ato linguístico em si, pois não remete apenas à materialidade semiótica de um enunciado, mas se relaciona a uma cena discursiva, sendo essa vista em seu contexto micro e macrossocial, em que os sujeitos discursivos inter(agem), construindo seus corpos e suas vidas. Dessa forma, ele acredita que cada ato performativo está imerso em uma cultura, sendo que em nosso caso adota-se a heteronormatividade como padrão. Essa, por sua vez, postula *scripts* que prescrevem modos de ser baseados em uma lógica binária, em questões de língua(gem) e identidade, estabelecendo distinção entre *scripts* válidos e não válidos para a nossa cultura.

Assim, o ato performativo é disposto como cena de interpelação, na qual o “eu” do discurso convoca o “outro”, no intuito de imprimir sentidos válidos, na tentativa de convencê-lo. Logo, para esse pesquisador, em consonância ao pensamento de Judith Butler, esses atos de fala autorizam verdades sobre corpos, ou seja, quando se enuncia, essa verdade passa a existir, é posta no mundo. Porém, ele afirma que é preciso entender como a enunciação adquire essa força performativa e consegue interpelar os sujeitos, tendo em vista que para essa filósofa não é correto afirmar que a língua(gem) performatiza, já que não é um conjunto de atos linguísticos em si, pois esse participa de uma cadeia de citações, reiterando atos de fala anteriores ou os

criticando, perpassando por um processo de autorização, punição e de insurgências. Sabendo disso, o pesquisador destaca que

[...] a força do ato de fala não está no sujeito enunciativo, mas no **nexo entre poder e discurso**, questão para a qual a filósofa política argumenta que tal ato de fala está na “frase anterior”, no ato reiterado, pois é a “citação” que dá (ou pode dar) expressão performativa e força vinculante, dando assim o poder de autorização à enunciação e aos sujeitos (SANTOS FILHO, 2015c, p. 19, grifo do autor).

Portanto, na compreensão desse pesquisador, é nesse jogo de “citações” que o ato linguístico se constitui de poder vinculante, podendo se tornar um ato performativo, caso logre êxito, sendo que por meio das “citações” passa a autorizar sentidos válidos, dando força ao enunciado, permitindo, desse modo, a interpelação, ou seja, o convencimento ao “outro” para incorporar tais sentidos. Logo, notamos que os enunciados só funcionam ligados a sua historicidade, que permite ecoar vozes de interpelações passadas.

Dito isso, podemos compreender que tanto os estudos feministas quanto os estudos *queer*, a exemplo dos de Judith Butler, foram de grande importância para a formação do campo da Linguística *Queer*, conforme apontam Livia e Hall (2010 [1997]). Contudo, vale destacar que a teoria *queer* surgiu em oposição aos estudos feministas, no tocante a políticas de identidades, que por sua vez percebiam os indivíduos como pertencentes a grupos marginalizados, a exemplo das mulheres, negros e pobres, estando esses ligados à noção de identidade pessoal, na qual somente pessoas envolvidas nesses grupos possuíam autoridade de fala. Assim, o feminismo possibilitou aos estudos linguísticos pensar o sexo e o gênero, as identidades masculinas e femininas de maneira distinta, ao passo que os estudos *queer* permitiram observar a sexualidade e o gênero de modo separados, mas intrinsecamente ligados. Consequentemente, essas abordagens deram suas contribuições para os estudos da língua(gem), permitindo à Linguística um lugar para a teoria *queer*, ao passo que motivou os teóricos *queer* a olharem para as raízes linguísticas de princípios de sua teoria, conforme menciona MCBeth (2000). Também deram base à elaboração do *Queerly Phrased*, que possibilitou pensar a intersecção na relação entre linguagem, gênero e sexualidade, mostrando o lugar da linguagem na vida dos sujeitos e como essa possibilita a sua inserção em grupos menos demográficos na sociedade, tal como argumenta Finegan (1997). No tópico seguinte, podemos expandir essa discussão, com a configuração da Linguística *Queer* como disciplina de estudos, sendo essa o amadurecimento dessas abordagens que subsidiaram pesquisas anteriores.

2.4 Linguística Queer como campo de investigação

A LQ como ramo da linguística surgiu por intermédio da sociolinguística em conjunto com os estudos *queer*, que transformaram a forma de fazer pesquisa em língua(gem), permitindo pensar as identidades de gênero e sexualidade a partir do discurso, de modo a compreender como essas são construídas. Como vimos anteriormente, o *Queerly Phrased*, publicado na década de 1990 é tido como obra responsável por instituir esse campo de conhecimento, propondo uma nova abordagem para os estudos linguísticos. Dessa forma, vale destacar que até então os estudos desenvolvidos focalizavam nas propriedades formais da língua, tomando-a pela noção de essência, como se os sentidos estivessem prontos e já dados, resultando em uma visão de sujeito pré-discursivo, conforme discutem Finegan (1997), Borba (2015 [2006]) e Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c).

Dando sequência a essas discussões, Santos Filho (2015a) reconhece que alguns desses estudos chegavam a discutir a relação entre linguagem e gênero, mas chama atenção para essa abordagem, já que o gênero era tomado como essência do sexo, e que a língua(gem) era vista como expressão do lugar de sexo de seu falante. Assim, ele justifica não ser correto afirmar a existência de pesquisas sobre linguagem e gênero, mesmo nos anos mais tardios, pois acredita ser possível compreendermos essas como trabalhos que discutiam a interface linguagem e papel de sexo.

Consequentemente, com a introdução da LQ, os estudos linguísticos seguiram caminhos opostos a essas abordagens anteriores. Agora se tornou possível pensar também a categoria de sexualidade, de modo a problematizá-la, assim como o gênero, que antes era visto de modo interligado ao sexo do(a) falante. Com essa nova abordagem, as categorias de gênero e sexualidade passaram a ser analisadas de modo separado, apesar de estarem imbricadas, tal como argumenta MCBeth (2000). Dessa forma, esse pesquisador declara que esses novos estudos nos permitem problematizar a performatização e a execução de nossas identidades de gênero e sexualidade no mundo, visto que com as palavras podemos revelar ou ocultar quem somos diante dos padrões culturais.

De acordo com Borba (2015 [2006]), esse processo, denominado por ele de *queerificação* dos estudos linguísticos, possibilitou perceber o jogo de construção, negociação e estruturação de nossas identidades dentro dessa cultura sustentada por normas, que pressupõe formas de ser e viver, em questões de gênero e sexualidade. Logo,

[...] compreendemos e assumimos a Linguística *Queer* como um arcabouço epistemológico construído através do diálogo entre estudos linguístico-enunciativo-discursivos (pragmáticos) com a Teoria *Queer*, entendida, portanto, como uma proposta analítica da normalização, no jogo de identidades, fora e dentro do centro [...] (SANTOS FILHO, 2015a, p. 20).

Desse modo, pensar a LQ é também pensar no reconhecimento de outras vidas, além daquelas que se encaixam nos padrões da heteronormatividade; é dar voz aquele que se encontra em condição de marginalidade. Sob a ótica desse pesquisador, *queerizar* os estudos linguísticos é levar em conta a relação entre sujeito, linguagem, significado e identidade, a qual deve ser problematizada e estranhada, de modo que possamos adotar a noção de identidade como performatividade. Por esse ângulo, devemos ter em mente que ao enunciar forjamos um “ele”, a não-pessoa, construindo ao mesmo tempo o “eu” e o “outro” enunciativo-discursivos, marcando posições no mundo/ sobre o mundo, não apenas realizando referências” (SANTOS FILHO, 2015a, p. 20-21).

Por conseguinte, esse pesquisador relata que a LQ está interessada em entender como as forças sociais participam dos esquemas de construção das identidades de gênero e sexo(ualidades), tendo em vista a ação das políticas de identidades, haja a vista a não existência de um significado primário, tampouco de um referente transcendental que se grude ao significante, como podemos notar nas discussões de Livia e Hall (2010 [1997]), ao debater o pensamento de Jaques Derrida e de Judith Butler.

Assim, ao compreendermos a ausência desse significado primário, e a inexistência de um “eu” anterior à produção discursiva, notamos a importância do ato performativo, sob a ótica de Butler, para a constituição desse campo nos estudos linguísticos, tendo em vista que todo ato de fala é um ato performativo, uma cadeia de citações, no qual ecoam vozes, que por sua vez carregam um poder vinculante dentro das convenções culturais, que pode imprimir sentidos válidos aos sujeitos, de modo a interpelá-los, conforme já debatemos no tópico anterior.

Nesse contexto, visando ampliar o nosso entendimento sobre esse campo de estudos, com MCBeth (2000), podemos perceber, através de sua discussão, que são os desejos de sujeitos em se relacionar com pessoas do mesmo gênero que nos levam a ponderar outras formas de se fazer pesquisa em linguagem, chamando a atenção para o que ele denomina de linguagem *queer*, a qual nos possibilita pensar e visualizar o mundo de outra forma, ao passo que provoca o conservadorismo a (re)pensar seus princípios. Logo, os estudos em Linguística *Queer* nos permitem reinventar ideais e metodologias linguísticas.

Posta essas discussões, Hoffnagel (2010), ao refletir acerca desses estudos que subvertem as pesquisas de base essencialista, conclui que esses trabalhos em linguagem mais

recentes consideram abordagens sobre linguagem e gênero, levando em conta a produção das identidades por meio das práticas sociais. Em decorrência disso, ela afirma ser possível rever noções sobre estilo linguístico inerente ao homem e à mulher, a exemplo do tratamento adotado nas pesquisas sociolinguísticas, percebendo que esses modos de usar a língua não são performances pré-existentes de suas identidades de gênero, mas que esses usos possam ser vistos como instrumentos aos quais esses indivíduos mobilizam para se constituir como pessoa. Ou seja, se a mulher fala como mulher, não quer dizer que exista um determinante biológico que a leve a produzir tal ação linguística, mas que esse é o meio pelo qual ela se constrói e se torna mulher na sociedade. Essa compreensão só é possível com maior propriedade dentro dos estudos em LQ.

Tendo compreendido essas novas abordagens para os estudos da língua(gem), agora buscamos entender como essas emergem em nosso território. De acordo com Borba (2015 [2006]), a LQ surge no contexto brasileiro com a publicação de seu artigo, intitulado “Linguística *Queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem”, publicado em 2006, tendo como objetivo a apresentação dos principais conceitos da área e trabalhos desenvolvidos nesse espaço de tempo, tendo em vista que esse artigo é revisado e republicado em 2015. Vale destacar que a teoria *queer* chega praticamente em paralelo a Linguística *Queer* na academia brasileira, mas chegando anos antes.

Dessa forma, em solo brasileiro, a LQ se configura com abordagens teórico-metodológicas de uma linguística subversiva, assumindo práticas de pesquisa indisciplinadas, na tentativa de produzir inteligibilidade a questões que vão desde o “centro” até às “margens”, permitindo assim pensar a interface linguagem, gênero e sexualidade, queerizando, dessa maneira, os estudos da língua(gem), tal como discute Santos Filho (2017b). Esse pesquisador, ao refletir acerca das ideias de Louro, afirma que fazer LQ é causar estranhamentos nos estudos em língua(gem), o qual podemos entender como “estranhamento *queer*”, de modo a não estar confortável com o que está posto, de se propor também a problematizar e a (des)construir conceitos, de estar pronto para (re)aprender, tendo em vista as complexidades da vida nessa cultura que nega o outro, aquele que é diferente e que não se adequa aos padrões eurocêtricos.

Partindo desse estudo de Borba que deu vida à LQ em solo brasileiro, podemos fazer menção a outros trabalhos nesse campo da linguística desde então, a exemplo do *Queerly Phrased*, que chega ao Brasil em 2010, com a versão traduzida apenas de sua Introdução para o português, servindo de base para produção de outras pesquisas aqui no país. Com isso, a exemplo de Rodrigo Borba, que permaneceu expandindo seus estudos, outros/outras pesquisadores/pesquisadoras adentraram esse campo e passaram a contribuir com essa área

considerada jovem nos estudos em linguagem, como podemos perceber nos trabalhos de Elizabeth Lewis e Ismar Inácio dos Santos Filho, por exemplo, e alguns que também discutem a interface linguagem, gênero e sexualidade sem mencionar o sintagma “Linguística *Queer*”, a exemplo do próprio Borba e de Luiz Paulo da Moita Lopes, que realiza tais estudos desde o final da década de 1980.

Em 2012, houve a defesa de tese de Santos Filho, intitulada “A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em Linguística *Queer*”, em que é realizado um estudo sobre o posicionamento dos sujeitos bissexuais em conversas em salas de bate-papo do *site* UOL, de modo a perceber como esses forjam suas identidades discursivamente, problematizando a noção de gênero inteligível, visando compreender tais ações através de levantamentos históricos e culturais sobre comportamentos. Dessa maneira, o autor busca perceber como a masculinidade é marcada nessas conversas, de modo a interpretar as masculinidades bissexuais ali construídas. Esse trabalho está pautado em uma metodologia etnográfica de geração de dados, de modo a se amparar em aportes teóricos que permitam entender as complexidades da vida social, dando ênfase aos conceitos de discurso, identidade e performatividade, percebendo assim a construção dessas identidades.

No mesmo ano, Lewis defendeu sua dissertação, denominada “‘Não é uma fase’: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais”, na qual investiga as construções identitárias performativo-discursivas de três ativistas LGBT que se reconhecem como bissexuais, de modo a problematizar essa categoria, popularmente vista como uma fase entre o reconhecimento da heterossexualidade e da homossexualidade, e os preconceitos elencados a essa noção. Esse estudo etnográfico se deu por meio de entrevistas com três participantes do Grupo Arco-Íris, que tem por objetivo dar suporte aos sujeitos bissexuais em diversas instâncias sociais.

Em 2013, a Linguística *Queer* é instituída como disciplina acadêmica, na condição de eletiva, no Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa (UFAL-Campus do Sertão), sob coordenação do Professor Doutor em Linguística Ismar Inácio dos Santos Filho, e está desde então sendo ofertada, a exemplo das ofertas nos semestres 2014.1, 2015.1, 2016.2, 2017.2, 2018.2 e 2020.01. A referida disciplina passou a ser obrigatória com a reformulação do Projeto Político Pedagógico em 2017. Assim, podemos inferir que possivelmente esse Curso de Licenciatura em Letras seja o primeiro a ofertar uma disciplina intitulada de “Linguística *Queer*” no país. É importante ler o capítulo de livro “‘Linguística *Queer*’ como componente curricular: estranhando a relação língua(gem), gênero e sex(o)ualidade”, de Santos Filho (2020).

Em 2014, Borba publicou sua tese denominada “(Des)aprendendo a ser: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador”, na qual é realizado um estudo com indivíduos participantes do Programa de Atenção Integral à Saúde Transexual (PAIST), vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), no intuito de compor um trabalho etnográfico, que discute como os sistemas de conhecimento biométrico patologizam a transexualidade e produzem critérios para identificação de transexuais verdadeiros, criando uma identidade própria para esses sujeitos, de modo a atender aos parâmetros impostos pelo Conselho Federal de Medicina para o Processo Transexualizador. O autor buscou analisar como essas identidades são construídas discursivamente a cada atendimento clínico no programa, destacando a importância da despatologização da transexualidade, que acarretaria no não enquadramento dessa como doença psíquica, deixando esses sujeitos livres para comporem suas identidades, tornando-os mais seguros para se integrar em sociedade.

No ano de 2015, temos a revisão do artigo escrito por Rodrigo Borba, que deu vida à LQ no Brasil, como visto anteriormente. Paralelamente, Ismar Inácio dos Santos Filho publicou um capítulo de livro e publicizou dois ensaios, textos que discutem o campo de investigação em sua amplitude. O primeiro está intitulado “Linguística queer – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante”, capítulo no livro “Escrit@s sobre gênero e sexualidades”, organizado pelo professor doutor em Letras Antônio de Pádua Dias da Silva. Esse texto foi inicialmente usado como material didático para a aula inicial na disciplina eletiva de Linguística *Queer*, no Curso de Letras (UFAL- Campus do Sertão), posteriormente sendo utilizado no formato de videoconferências na disciplina de Linguística III – Linguística Aplicada, do Curso de Letras – Bacharelado e Licenciatura em Língua Francesa (UFPE).

Nesse texto, o autor convida o(a) leitor(a) a pensar sobre a linguística *queer*, abordando a noção de comportamento linguístico, expondo exemplos de como homens e mulheres podem ter um estilo de fala e de comportamentos específicos, de modo a enfatizar a necessidade de surgimento de uma linguística que dê conta dessas questões, apresentando a LQ como campo de estudos, de modo a mostrar como se faz pesquisa nessa área, citando como exemplo a leitura *queer* de uma capa de uma revista.

No primeiro ensaio, denominado “Preâmbulo para uma linguística *queer* – gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos”, o linguista discute sobre o campo de estudos da LQ, refletindo acerca do conceito de cultura heteronormativa, de modo a abordar o cenário de guerra cultural instituída em decorrência dos parâmetros normatizadores impostos aos sujeitos e que prescrevem formas de ser e viver em questões de gênero e sexualidade. Também são discutidos outros conceitos como os de

autoridade moral vinculante, precariedade, gênero inteligível e insurgências, assim como a noção de sujeito nessa área dos estudos em linguagem. Dessa maneira, o autor convida a pensar sobre a cultura em que vivemos e o modelo social instituído como correto e as questões de linguagem.

O segundo ensaio, intitulado “Da emergência da Linguística *Queer*”, é um complemento do ensaio anterior, no qual o autor retoma alguns conceitos importantes para refletir acerca do conceito de performatividade proposto por Butler, problematizando a estrutura do discurso e a autoridade moral que se enraíza nesse. O conceito de *queer* é discutido pelo autor nesse ensaio, apresentando as diversas significações atribuídas ao termo no decorrer do tempo, de modo a ampliar essas noções ao abordar os estudos *queer* e o movimento *queer*. Dessa forma, o autor traça um panorama dos estudos linguísticos, demonstrando a correlação entre linguagem, gênero e sexualidade, de modo a destacar a relevância da LQ como campo dos estudos em língua(gem).

Em 2015, também podemos citar a realização do I Seminário *Queer*, com o tema “Cultura e Subversões da Identidade”, organizado pelo Sesc/SP em parceria com a revista *cult*, que ocorreu na unidade Sesc Vila Mariana, entre os dias 9 e 10 de setembro, com transmissão ao vivo na internet. O evento teve o propósito de discutir os avanços dos estudos *queer* desde a década de 1980, abordando temas dentro das áreas da educação, sociologia, política, cultura e saúde, por exemplo. Dessa forma, torna-se necessário destacar a participação de Guacira Lopes Louro, que produziu uma fala sobre a relação do *queer* na educação, destacando a importância desse campo na ampliação e no reconhecimento de sujeitos em questões de gênero e sexualidade, problematizando a noção de heterossexualidade e a construção inteligível dos sujeitos, tendo como base as ideias de Judith Butler sobre performatividade.

Vale destacar também a participação de Richard Miskolsi, ao realizar uma fala com o tema “O que é *Queer*?”, na qual discute sobre as definições aplicadas ao termo, buscando direcionar suas abordagens para a formação do *queer* como campo acadêmico, de modo a pensar sobre a heterossexualidade e os sujeitos desviantes desse parâmetro, destacando as contribuições da emergência dos estudos de gays e lésbicas, nas décadas de 1970 e 1980, na formação desse conceito. Não podemos esquecer a conferência com a filósofa Judith Butler, na qual falou um pouco sobre o termo *queer* e a teoria da performatividade.

Em 2016, podemos mencionar o TCC de Luana, intitulado “No cordel, a performatização da(s) mulher(es): um estudo em Linguística *Queer*”, no qual discute o lugar dado à mulher na sociedade, em decorrência de processos civilizatórios, de modo a perceber como tais papéis de ser mulher foram naturalizados nesse espaço, através da leitura de cordel

dos séculos XIX e XX, se amparando sob em viés de abordagem teórico-metodológico da Linguística *Queer*.

Em 2017, Santos Filho publicou o livro “Processos de pesquisa em linguagem, gênero e sexualidade e (questões de) masculinidades”, que reúne uma coletânea de trabalhos acadêmicos e jornalísticos produzidos por ele no decorrer das pesquisas para o mestrado (UFMT) e doutorado (UFPE), reunindo textos escritos entre 2006 e 2015, que problematizam a interface linguagem, gênero e sexualidade, com ênfase nas questões de masculinidade. Nesse mesmo ano, o autor também publicou um outro texto intitulado “Linguística *Queer*: na luta discursiva, como/sobre prática de resignificação” como capítulo do livro “Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso”, organizado por Danillo da Conceição Pereira Silva, Iran Ferreira de Melo e Lorena Gomes Freitas de Castro. Nesse texto, o pesquisador discute acerca de práticas linguístico-discursivas de resignificação, compreendendo, dessa forma, a LQ como prática de resignificação dos estudos em língua(gem), das identidades de gênero e sexualidade, de modo a ocasionar uma outra leitura de mundo, fora dos padrões eurocêntricos.

Em 2018, Sara Lewis publica o artigo “Do ‘léxico gay’ à Linguística *Queer*: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias *Queer*”, no qual analisa os estudos em Linguística *Queer*, de modo a perceber se esses são influenciados por uma possível norma oculta homossexual, que priorizam os estudos de homens gays. Dessa forma, a autora visa apresentar trabalhos sobre performances discursivas realizados nesse campo que investiguem outras identidades, além da dicotomia heterossexual/homossexual.

No ano posterior, Santos Filho escreveu o artigo acadêmico “O corpo em cenas de (re)construção da sexualidade: uma perspectiva *queer* de leitura”, no qual analisa cenas de uma telenovela, na tentativa de perceber a relação existente entre linguagem, gênero e sexualidade, tendo em vista a construção das identidades dos sujeitos, sendo essas discursivamente forjadas. Nesse trabalho, o autor realiza uma leitura *queer* de três cenas televisivas nas quais dois homens (re)configuram sua sexualidade através de práticas linguístico-discursivas (e semióticas) de resignificação.

Em 2020, temos grandes acontecimentos nesse campo de estudos, com a publicação do livro “Linguística *Queer*”, de Santos Filho, no qual reúne uma coletânea de trabalhos cinco trabalhos escritos entre 2012 e 2017, mais um Posfácio, produzido entre 2018 e 2019, em que se configura como “leitura avaliativa” desses textos, em forma de narrativa crítica do processo epistemológico subjacente a essas produções acadêmicas. A proposta dessa obra é fornecer a estudantes desse campo acadêmico subsídios para reflexões acerca de uma postura subversiva nos estudos que discutem a relação língua(gem), gênero e sex(o)ualidade. Posteriormente, no

mesmo ano, temos mais uma grande publicação, a obra “Discursos transviados: por uma linguística *queer*”, de Rodrigo Borba, coletânea que reúne dez capítulos de autores brasileiros, e duas traduções de clássicos da Linguística *Queer*, de trabalhos produzidos por pesquisadores norte-americanos. Essa obra visa apresentar possibilidades metodológicas e analíticas através da aproximação epistemológica dos estudos linguísticos e da teoria *queer*. Nesse contexto, na seção seguinte, damos continuidade as nossas discussões, entendendo um pouco mais sobre esse campo de conhecimento, bem como os conceitos importantes que norteiam a LQ.

2.5 LQ e conceitos importantes

Para melhor entendimento desse campo de estudos linguísticos, faz-se necessário compreendermos alguns conceitos importantes, a começar pela noção de sujeito. Conforme aponta Santos Filho (2015a), a partir das ideias de Judith Butler e dos estudos enunciativo-discursivos, o sujeito abordado em LQ é interativo e situado, tendo em vista a sua não existência anterior ao discurso, pois não há uma identidade primária a ser descrita. De acordo com Santos Filho (2015c), esses sujeitos não são assujeitados, pois falam e agem, e estão inseridos em esquemas normalizadores de inteligibilidade. Ou seja, são sujeitos que estão postos em cenas discursivas e de interpelação, nas quais perpassam por efeitos de poder. Santos Filho (2015b) afirma que esses sujeitos não são soberanos de suas ações, tampouco assujeitados, sendo esses efeitos de poder, pois só se tornam sujeitos se cumprirem as normas culturais.

Por conseguinte, a enunciação torna-se um mecanismo de construção de corpos dentro dos padrões socioculturais, sendo toda fala entendida como um ato linguístico-discursivo de performatividade, conforme relata Santos Filho (2015c), noção que, por sua vez, é um ato de fala, uma ação pela linguagem na qual se configura o processo de fazer um corpo, estando os sujeitos então inseridos numa cena discursiva, em que interagem e se constroem. Assim, o ato de fala se configura como uma cena de interpelação, na qual um “eu” gerencia sentidos de modo a tentar convencer um “outro”. Esses atos de fala desempenham determinado poder vinculante, pois, ao enunciar, está construindo algo.

De acordo com Butler (2003 [1990]), o gênero é construído culturalmente, não sendo esse uma categoria fixa, tampouco decorrente do sexo. Em consonância, Livia e Hall (2010 [1997]), abordam que o gênero é performativo, porque os enunciados de gênero são prescritivos e nunca descritivos, pois é no ato de fala que se constrói o sujeito, ao mobilizar as normas sociais que regulam o gênero. Nesse sentido, quando o ato performativo logra êxito e o sujeito

é interpelado pelo “eu”, reconhecendo e validando os sentidos produzidos por ele, tendo em vista essas expectativas sociais de gênero, estar-se configurando o gênero pelos padrões de inteligibilidade, os quais Butler (2003 [1990]) nomeia de “gênero inteligível”, por manterem certa continuidade e determinada coerência (suposta) entre sexo, gênero, prática social e desejo.

Portanto, precisamos ter em mente que estamos inseridos numa cultura sustentada por normas que regulam a construção das identidades de gênero e sexualidade. Dessa forma, nota-se a existência de um ideal de sujeito, sendo esse instituído através da expectativa de gêneros inteligíveis. Assim, tem-se a heteronormatividade, que na ótica de Santos Filho (2015b), é uma cultura de recusas, carregada de preconceitos contra sexualidades e gêneros desviantes da norma. Essa heteronormatividade se configura através da heterossexualidade, sendo essa naturalizada em diversas instâncias sociais, e que compreende que o sujeito que nasce com pênis deve se constituir como homem e ter desejos pelo sexo feminino, o mesmo se aplicando à mulher, sujeito portador de vagina, que deve desenvolver taras e desejos pelo sexo masculino. Qualquer sujeito que configure suas identidades fora desses parâmetros é visto de maneira não válida nessa cultura, a exemplo dos gays e das lésbicas, que desenvolvem suas taras sexuais pelo mesmo sexo, instituindo dessa forma a homossexualidade e a lesbianidade, por exemplo. Assim, nessa cultura, a identidade é vista como algo da essência do sujeito, como afirma Santos Filho (2015b), noção da qual a LQ se afasta.

Dessa forma, os estudos em LQ visam compreender como as práticas discursivas participam do jogo performativo de gênero e sexualidade, atentando-se para a vinculação dessas com as políticas de identidade, de modo a perceber como elas constroem o gênero e a sexualidade. Para isso, é importante pensar em um sujeito pós-discursivo, pois os sentidos não estão dados a priori; pelo contrário, eles são forjados pelo discurso, conforme aponta Santos Filho (2015a; 2015c).

Logo, é necessário ter em mente que a LQ não possui uma metodologia sólida, pois é uma ciência indisciplinar, que está em diálogo com outros campos do conhecimento, visando promover inteligibilidade sobre a interface em questão. Para Lewis (2012), essa área motiva o pesquisador a construir diversas abordagens teóricas e metodológicas no intuito de atender às necessidades impostas pelo objeto em análise.

Dessa forma, a partir de aportes teóricos como os de Borba (2015 [2006]), Lewis (2012) e Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c; 2017a; 2019), podemos notar que os estudos em LQ se estruturam em dois métodos, o primeiro diz respeito à pesquisa etnográfica, na qual se propõem a descrever e a explicar os comportamentos de determinados grupos sociais e dadas culturas, e o segundo é relativo à leitura enunciativo-discursiva, tendo bases nas ideias de Mikhail Bakhtin

sobre discurso, que compreende a linguagem no processo de interação, sob mediação do diálogo, em que há um “eu” que dialoga com um “outro”, produzindo enunciados na tentativa de convencer o outro.

Portanto, essa área de estudos linguísticos se torna emergente nos dias atuais, tendo em vista as complexidades da vida em sociedade, considerando o contexto ao qual vivemos, sustentado por normas que instituem modos de ser e viver em questões de sexo(ualidade) e gênero. Logo, é nítida a necessidade de estranhamentos frente aos estudos linguístico, visto que a escola é um espaço de produção de saberes, e ainda tem a concepção de estudos essencialistas muito enraizada, a exemplo das lições sobre gênero que adotam a noção de papel de sexo, entendendo que há formas de usar a língua específicas para homens e mulheres, tal como discute Santos Filho (2015a), sendo esse tipo de abordagem muito comum em livros didáticos, e na sociedade como um todo. Dessa forma, reconhecemos a importância em *queerizar* os estudos linguísticos, tendo em vista que precisamos problematizar o que já existe, aprender e desaprender ideias, desconstruir conceitos cristalizados nessa cultura heteronormativa, de modo a criar inteligibilidades, conforme reitera Santos Filho (2017b). Sendo assim, precisamos assumir tal postura perante nossa ação enquanto professores/professoras de língua, haja vista que somos agentes de formação de sujeitos, e precisamos estar preparado(a)s a lidar com as diferenças no contexto escolar, problematizando as identidades e as diferenças.

CAPÍTULO 03 ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO SISTEMATIZADA

Inicialmente, precisamos compreender que há muito tempo o tema “educação sexual” é motivo de discussões. Durante um longo período esse tema foi abordado como um “falar de sexo”, no qual se tratava os assuntos por um viés biológico, trazendo ao debate temáticas como namoros calorosos, masturbação e homossexualidade, por exemplo. Podemos perceber isso a partir das publicações da revista Nova Escola, que se propõe a fornecer uma formação continuada a professores e professoras. Assim, levando em conta a produção de conteúdo dessa revista sobre a temática, podemos perceber que esses estudos buscavam preparar o/a educador/educadora para instruir os/as estudantes sobre as mudanças naturais de seus corpos decorrentes de questões biológicas, de modo que a abordagem desses temas contribuísse para que os/as adolescentes soubessem lidar com essa fase de descobertas, tal como aponta Santos Filho (2017a).

Sobre essa discussão, mas de modo diferente, este estudo visa entender, de modo a estranhar, se as questões de “gênero” e “sexualidade” aparecem na educação escolar sistematizada em aulas de língua(gem). Para tal, tomamos como objeto de análise um capítulo de livro didático do 3º ano do Ensino Médio, de modo a compreender se “gênero” e “sexualidade” se configuravam como objeto de aprendizagem das aulas dessa disciplina, instituindo, dessa forma, a interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade como objeto de estudo nesse componente curricular. Para isso, situamos essas abordagens no campo de estudos da Linguística *Queer*.

Dessa forma, discutimos a respeito dos estudos de gênero e sexualidade na educação sistematizada, de modo que possamos problematizar a interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade. Dessa maneira, buscamos compreender como a educação sexual foi vista nos últimos anos, visando entender o atual contexto conservador, de rejeição às questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, de modo a entender o debate em torno da denominada “ideologia de gênero”, conforme as discussões de Santos Filho (2016).

Assim, nesse capítulo de discussão, temos o intuito de refletir acerca do contexto social e cultural no qual estamos inseridos, de modo a perceber a necessidade de discutir outras formas de fazer educação, tendo em vista o momento no qual vivemos, em que os discursos em torno das identidades sexuais e de gênero se fazem fortemente presentes, no qual também há uma certa resistência da sociedade em relação a tais abordagens no contexto escolar, ao ponto de

rejeitar toda e qualquer menção à palavra “gênero” na escola, tal como problematizou Santos Filho (2016), ao discutir sobre o celeuma em torno da aprovação dos planos de educação estaduais e municipais, do estado de Alagoas, durante o ano de 2015, que tinha como foco a extinção do ensino da (suposta) “ideologia de gênero” dos currículos escolares.

Diante disso, notamos a emergência de estudos que visam causar rupturas nesse modelo educacional fundamentalista, tendo em vista a importância da escola na formação dos sujeitos. No tocante ao ensino de línguas, precisamos nos atentar para um ensino que trate da interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade, considerando a relevância dessa para o contexto social no qual vivenciamos, principalmente aqui no sertão, por ser parte de uma região construída através de visões estereotipadas, tal como argumenta Albuquerque Jr (2009), ao mencionar a invenção do Nordeste e trazer como exemplo as produções no campo da literatura sobre o Nordeste e o nordestino, em que trazem visões distantes da realidade, fazendo com que esse espaço seja visto em inferioridade aos territórios localizados mais ao Sul do país. Para esse historiador, a invenção do Nordeste seu deu de maneira cristalizada, em uma cultura homogênea, que vê de maneira uniforme aspectos como a identidade, o corpo, a língua(gem), questões morais e socioeconômicas, por exemplo. Consequentemente, essa região também passou a ser vista como castigada em relação à fertilização do solo, e que, por isso, coloca os seus habitantes em condições de miséria, forçando-os a migrarem para outras partes do país, em busca da sobrevivência. Há ainda uma ideia infeliz de que nessa região não se produz conhecimento, ou seja, a ideia de que a grande massa populacional não teria acesso a uma educação de qualidade.

3.1 Lidando com questões de gênero e sex(o)ualidade na escola

A respeito do que se pode denominar de “educação sexual”, Santos Filho (2017a) expõe que a revista “Nova Escola”, a partir de algumas de suas reportagens, possibilita-nos entender como esses estudos foram constituídos nos últimos anos no Brasil. Sobre essa educação, traz uma polêmica de fevereiro de 2015, ao estampar em sua capa o garoto britânico Romeo Clarke, conforme vemos na sequência:



Figura 1: Capa da Revista Nova Escola

Fonte: Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/1451/capa-de-nova-escola-sobre-genero-tem-repercussao-recorde> >. Acesso em 19 de setembro de 2021.

Nessa capa, o garoto está usando um vestido nas cores rosa e azul, com uma tiara de princesa na cabeça, escolhas de acessórios que provocaram uma problemática, que motivaram a reportagem a pensar acerca de como lidar com esse tipo de aluno em sala de aula. Ao mesmo tempo, críticas foram tecidas em relação a tal postura, do garoto e da revista, de modo que essas fossem totalmente condenadas, não sendo aceitas socialmente, pois tais formas de ser e viver em questões de gênero não são consideradas válidas para essa cultura pautada na heteronormatividade. Conforme Santos Filho (2017a) analisa, a reportagem mencionada permitiu progredir e criar inteligibilidade sobre questões que antes passavam despercebidas, mas que agora necessitam ser discutidas. Em decorrência disso, esse linguista parabeniza a revista, ao considerar que essa exerce um grande papel na formação docente no país, na tentativa de reconhecimento da superdiversidade identitária e superação do preconceito enraizado em

relação aos sujeitos que não seguem os parâmetros normatizadores, que prescrevem e regulam as identidades sexuais e de gênero em sociedade.

De acordo com esse pesquisador, a revista “Nova Escola” está há cerca de 30 anos produzindo materiais que colaboram com a formação continuada de docentes no Brasil, já que, durante esse período, três outras edições estavam voltadas para a temática da “educação sexual”, sendo essas veiculadas nos anos de 2006, 2008 e 2013. Para Santos Filho (2017a), essas edições tratavam o tema como um “falar de sexo”, conduzindo as discussões sob a ótica biológica de instintos e desejos, a exemplo de debates com temáticas relacionadas a “namoros calorosos”, “masturbação” e “homossexualidade”. Dessa maneira, tendo em vista as eventuais dúvidas e curiosidades de adolescentes, a revista tinha como foco a preparação de docentes para saber lidar com esses temas em sala de aula, de modo a contribuir com essa fase da vida, a qual é regradada de descobertas. Sendo assim, a escola e o professor ou a professora seriam vistos como agentes responsáveis na condução desses estudantes em questões referentes ao olhar e entendimento do próprio corpo, guiando tais transformações como um fator natural resultante da biologia dos corpos.

Nesse sentido, o trabalho do educador ou da educadora estaria restrito à conscientização dos jovens sobre as mudanças naturais decorrentes da puberdade, tendo a formação das identidades de gênero e sexualidade como um parâmetro inteligível do sexo biológico. Como reflexo disso, a revista organizava os conteúdos de modo a trazer recortes de experiências de docentes em situações embaraçosas, nas quais eram convidados/convidadas a falar sobre questões referentes ao sexo e à sexualidade, aos tipos de família, sempre sobre a ótica de papéis de homens e mulheres, ficando o gênero restrito à menção de diferenças físicas entre ambos, conforme aponta Santos Filho (2017a). Assim, o tratamento dessas abordagens estava reduzido a projetos institucionais desenvolvidos de maneira à parte dos conteúdos das diversas disciplinas.

De acordo com esse linguista em questão, a “Nova Escola” subverte ao trazer a edição de 2015, pois começa a pensar as questões de gênero e sexualidade para além do desenvolvimento biológico, pois agora também entra em pauta o desenvolvimento psicossocial, considerando o grande passo dado pela revista, ao discutir questões de gênero numa perspectiva não construcionista, como no caso de Romeo, que direciona os debates sobre gênero a uma perspectiva identitária, em que as identidades são forjadas perante a relação na qual o sujeito participa com o meio social. Dessa forma, docentes têm acesso a uma formação que discute a interface sexo, gênero e sexualidade, sob um viés subversivo, em que se entende a necessidade de se trabalhar a superdiversidade, na tentativa de validar todas as formas de ser/viver no

ambiente escolar e social, de modo que os/as adolescentes se sintam integrados/integradas e não se vejam como sujeitos que se encontram às margens, por não estarem dentro das expectativas normatizadoras.

Para melhor entendimento do contexto no qual se situa essa edição da revista Nova Escola, podemos nos atentar para o cenário nacional no período de publicação da capa estampada por Romeo Clarke. É o período da chamada “Escola sem partido”. Conforme aponta Santos Filho (2016), entre os anos de 2014 e 2015, o legislativo debateu a inclusão ou não dos estudos de gênero e sexualidade nos planos educacionais para a Educação Básica Brasileira, tendo enfoque nas questões referentes à noção de “ideologia de gênero”.

Levando em consideração o estado de Alagoas, que protagonizou cenas polêmicas durante a aprovação dos planos de educação municipais e estadual, naquele período foram mobilizados diversos membros sociais, das mais variadas instâncias, no intuito de estruturar os currículos escolares. O motivo da balbúrdia foi causado pela noção de “ideologia de gênero” adotada, em grande medida, pelas casas legislativas, municipais e estadual.

De acordo com Santos Filho (2016), a noção de “ideologia de gênero” foi “pensada” em decorrência da compreensão de Scala (2014) a respeito dos movimentos feministas, que lutavam pela igualdade entre homens e mulheres, denominados como fundados em uma “ideologia feminista”. Scala (2014) nega que a mulher tenha sido historicamente oprimida. Na compreensão dele a “ideologia feminista” ocasionou a ampliação do conceito de gênero, que passou a ser entendido como identidade construída socialmente, não mais estando atrelado à dimensão biológica, aquela que entende que há uma essência nos sujeitos, estando essa pré-determinada no seu sexo, na biologia do seu corpo. Contudo, segundo Santos Filho (2016), Scala (2014) se filia a esse entendimento. Logo, distancia-se das ideias de Simone de Beauvoir e Judith Butler, por exemplo, e acredita que nessas abordagens feminista e *queer* o gênero se sobressai em relação ao sexo, ocasionando assim a negação da natureza humana. Para ele, o importante é a diferença biológica, considerando ser um equívoco a ideia de que a mulher é construída social e discursivamente.

Na ótica de Scala (2014), conforme leitura de Santos Filho (2016), essa noção de gênero daria autonomia à mulher, de modo que essa tivesse poder para competir diretamente com o homem, ocasionando a formação de um “novo mundo”, no qual a cultura feminista superaria a cultura androcêntrica e patriarcal. Assim, entendemos que é esse o mesmo medo que está instaurado por trás da noção de “ideologia de gênero”. Para Scala (2014), com o conceito de gênero e a sexualidade definida iriam desaparecer, não existindo mais a heterossexualidade e a homossexualidade, já que a sexualidade seria polimorfa e ambígua. Sendo assim, essa noção de

gênero daria a libertação às mulheres e, por isso, as discussões e estudos sobre gênero e também sobre sexualidade deveriam ser evitados. Nessas circunstâncias, a noção de Scala (2014) sobre “ideologia feminista” sustenta a ideia de há “ideologia de gênero”, que, conforme muitos legisladores, deve ser evitada no currículo da Educação Básica.

Como exemplo disso, para entendermos a resistência aos estudos de gênero e sexualidade na escola, podemos mencionar o caso do professor Daniel, de São José da Tapera, no Sertão de Alagoas, em matéria publicada no Portal Minuto Sertão, em 2017. A polêmica se desenrolou em torno de um projeto elaborado pelo educador, que foi desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador, da Escola Estadual Lucilo José Ribeiro, atividade na qual teve como demanda a solicitação de estudantes do 2º ano C. Conforme textos jornalísticos, de acordo com o professor, o projeto “Diário de Gente: Gênero e Sexualidade na Escola” teve como objetivo desenvolver oficinas para discutir questões de gênero e sexualidade, de modo a compreender as diversas maneiras de viver em relação à identidade de gênero e à orientação sexual, entendendo os mais variados conceitos implicados nessa área, no intuito de superar o preconceito no ambiente escolar. Tal proposta se concretizou por meio de atividades como apresentações orais em Datashow, rodas de leitura, experimento social, pesquisa e produção de fotografias, por exemplo. O professor relatou que todas as etapas de produção e divulgação dos materiais em redes sociais passaram por autorização da escola e dos pais.

No entanto, tal feito repercutiu de maneira negativa, o que fez com que o professor publicasse um *post* em suas redes sociais, tendo esse viralizado, chegando até na Assembleia Legislativa, sendo criticado pelo deputado Bruno Toledo, que afirmava que a Assembleia deveria tomar uma posição energética em relação à escola e ao professor. Tendo o seu posicionamento refutado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL), que emitiu uma nota sob o slogan “Sinteal diz não à lei da mordada!”, considerando a atitude do deputado como homofóbica e conservadora. Nessas circunstâncias, o docente afirmou temer o que poderia vir a acontecer consigo e com sua família, tendo em vista às diversas mensagens de ameaças recebidas nas redes sociais.

Dito isso, Santos Filho (2016) chama a atenção para a abordagem dos estudos de gênero e sexualidade em documentos legais brasileiros, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que regula(va)m a educação, destacando que essa noção de “ideologia de gênero” não é mencionada em tais materiais, e que as noções de gênero e sexualidade são adotadas como temas transversais. Consequentemente, de acordo com esse linguista, quando for pertinente, o/a professor/professora pode mobilizar os temas transversais de questão identitária para refletir acerca dos modos de ser homem e ser mulher na sociedade. Essa é uma postura oposta à de

Scala, por exemplo, que sustenta a noção de “ideologia de gênero”. No caso de Alagoas, nota-se que grande parcela dos membros desse processo está filiada à noção de Scala sobre ideologia de gênero, interpretando que a “ideologia” de gênero é um modo de ensinar que:

- I) ensina que o sexo biológico dado pela natureza não tem valor algum,
- II) orienta que ninguém nasce homem ou mulher, impondo aos alunos que eles construam a própria identidade de gênero ao longo da vida, escolhendo ser homem ou mulher, ou mesmo ser de gênero neutro, agênero,
- III) ensina como os alunos e alunas devem transar,
- IV) punirá os pais, a partir do Estado, acaso esses tratem as crianças como menino ou menina, sendo assim, opressiva,
- V) afrontará o matrimônio, união que é natural e divina,
- VI) destruirá a família,
- VII) provocando confusão, sendo, portanto, erro mental humano (SANTOS FILHO, 2016, p. 44-45).

Nessas circunstâncias, o ensino pautado nessa suposta “ideologia de gênero” seria uma afronta à família brasileira, à natureza humana. Em decorrência disso, é lançada a ira à palavra “gênero”, no sentido de que essa deveria ser extinta dos planos estaduais e municipais de educação, por causa de seu caráter ideológico, e também a qualquer signo que faça referência à tal “ideologia de gênero”, devendo esse ser extinto, tal como aponta Santos Filho (2016).

À vista disso, compreendendo essa postura de negação às questões de gênero e sexualidade na educação, e a partir desses aspectos listados por Santos Filho (2016) em relação à ideia que gira em torno da “ideologia de gênero”, vemos a educação familiar sobrepondo a educação escolar, na qual os valores familiares referentes à educação moral, sexual e religiosa devem permanecer inquestionáveis, não podendo a escola interferir nesse processo, tal como relatam Fernandes e Ferreira (2021).

Por esse ângulo, tendo em vista esse contexto de repressão aos estudos de gênero e sexualidade na escola, podemos pensar acerca do “Movimento Escola sem Partido”, que surgiu em 2004, tendo como autor o procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib. Esse movimento tem/teve o intuito de obrigar os educadores e as educadoras a realizarem um ensino de maneira parcial e objetiva, de modo a extinguir a “doutrinação ideológica” da escola, que sob a ótica do movimento, consiste em disseminar propaganda partidária e ideias de esquerda, conforme discutem Fernandes e Ferreira (2021).

Em 2014, as ideias do movimento são transformadas em projeto no Projeto de Lei (PL 2974/2014), que foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi lançado a PL 864/2014, para apreciação da Câmara Municipal da cidade do Rio

de Janeiro. Os dois projetos foram disponibilizados por Miguel Nagib na internet, no intuito de que mais projetos fossem elaborados e apresentados às câmaras dos demais estados do país. Nesse cenário, em 2016, os deputados do estado de Alagoas elaboraram o projeto de lei Escola Livre, que previa a “neutralização” ideológica do ensino em escolas estaduais, permitindo punição ao professor ou à professora que descumprissem a ordem. Em 2020, tal projeto foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, com a afirmação de que a liberdade de ensinar é um mecanismo essencial para provocar o/a aluno/aluna e estimular a produção de seus próprios pontos de vista, dada pelo ministro relator Luís Roberto Barroso. A negação do projeto contou com a maioria dos votos dos ministros, e contou com a participação da Adufal (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas), que acompanhou todo o processo de julgamento, conforme matéria publicada no Portal Adufal¹.

Com esses projetos, seriam fixados cartazes na escola, com os “deveres dos/das professores/professoras”, no intuito de listar tarefas e conscientizar os/as estudantes em relação ao que é permitido ser abordado pelo/pela educador/educadora em sala de aula, de modo que os alunos e alunas tenham consciência do direito de não serem doutrinados. Sob a ótica desses projetos, toda e qualquer discussão que envolva questões de religião, gênero e sexualidade devem ser restritas, já que para os mentores desses projetos, o tratamento desses assuntos é de responsabilidade da família, e a religião deve ser sempre o princípio de tudo, conforme esclarecem Fernandes e Ferreira (2021).

Portanto, tendo em vista tal cenário de repressão ao pensamento crítico, sob a ótica distorcida de um ensino que imponha ideologias aos/as estudantes, de modo que comprometa a sua formação intelectual, percebemos a necessidade de se pensar e (des)construir tais interpretações, tendo em vista a importância dos estudos de gênero e sexualidade, por exemplo, no contexto escolar, ao notarmos também o momento no qual vivemos, em que o preconceito e a negação daquele/daquela que não se adequa aos padrões se faz presente. No tópico seguinte, pensamos acerca da influência da religião na escola, tendo em vista essas ideias conservadoras.

3.2 Religião e intolerância sexual e de gênero na educação

De acordo com uma pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* dos Estados Unidos, o Brasil ocupa o segundo lugar no *ranking* populacional de praticantes do Cristianismo, tendo

¹Disponível no endereço eletrônico: <<http://adufal.org.br/Conteudo/30669>>, com acesso meu em 18 de setembro de 2020. Datada em 22 de agosto de 2020.

pouco mais de 175 milhões de cristãos, perdendo apenas para os Estados Unidos da América, que ultrapassa a marca de 246 milhões, ficando à frente do México, que possui 107 milhões de cristãos. A pesquisa também informou que 51,4% da população mundial é composta por católicos, 36% são evangélicos e 12,6% são ortodoxos. O Brasil registra a maior população católica do mundo, de acordo com matéria publicada pelo Portal CNBB².

Segundo dados do Censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sobre a religião (ou a não religião) informada pela população brasileira, no Brasil houve uma redução do percentual de católicos, ao passo que ocorreu um crescimento da população evangélica. Traçando um comparativo com o censo de 1970, a população brasileira era formada por 91,8% de católicos, caindo para 64,6% em 2010, enquanto o percentual de evangélicos saltou de 5,2% para 22,3%. Esse crescimento é justificado pela facilidade de disseminação de templos da igreja evangélica em relação à igreja católica, que por sua vez perpassa por processos tanto quanto burocráticos no que condiz a sua ampliação, tal como vemos na matéria do Portal CNBB.

Em matéria produzida pela revista *Veja*³, no Blog do jornalista Reinaldo Azevedo, em que discute essas projeções do Censo de 2010 do IBGE, o entrevistado Cesar Romero Jacob, cientista político da PUC-Rio, afirma que o crescimento de determinadas vertentes da igreja evangélica no país é justificado pela preservação da família, a exemplo da Assembleia de Deus, que de acordo com o censo de 2010 é o maior segmento evangélico no país, com cerca de 12 milhões de fiéis, perdendo apenas para a igreja católica. Conforme menciona o cientista político, na década de 1990, época em que as igrejas evangélicas atuaram nas favelas, o princípio era a não desestruturação da família, também sendo esse o princípio da Assembleia de Deus.

Posto isso, podemos compreender que a religião se coloca de forma antifeminista, levando em conta a preservação de uma concepção de família divina, aquela formada pelo homem e a mulher heterossexual, que se constituem dentro dos parâmetros biológicos de seus corpos. Nesse sentido, vertentes religiosas se opõem aos estudos de gênero e sexualidade, já que a viabilização de outras formas de ser se caracterizariam como uma afronta aos ensinamentos bíblicos, conforme menciona Santos Filho (2016), ao apontar que os estudos de

²Disponível no endereço eletrônico < <https://www.cnbb.org.br/cristaos-no-mundo-7-bilhoes-de-pessoa-dizem-professar-a-fe-crista-segundo-instituto-de-pesquisa-pew-research/> >, com acesso meu em 18 de setembro de 2021. Datada em 17 de junho de 2017.

³ Disponível no endereço eletrônico < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/> >, com publicação em 29 de junho de 2012, com acesso meu em 18 de setembro de 2021.

gênero e sexualidade ao serem entendidos como “ideologia de gênero” são tomados como um “choque com a palavra de Deus”. Por isso, Santos Filho (2017a) relata que vivemos a era da intolerância, na qual os defensores da família se configuram também como defensores da humanidade, e com a negação de uma suposta “ideologia de gênero”, distorcem os estudos feministas e *queer*, propagando a homofobia e a transfobia, por exemplo.

Por esse ângulo, pensando como isso se reverbera na educação, é importante conhecermos as ideias de Lobo (2016), uma psicóloga evangélica, que afirma que a escola é o espaço que a humanidade escolheu para socializar o saber sistematizado. Para ela, a escola tem a função social de contribuir com o processo de humanização na preparação de crianças e jovens como cidadãos críticos e agentes participativos na sociedade. Logo, ela acredita que a escola não deve interferir no papel de formação do sujeito, que deve ser exercido pela família. Mas, afirma que ambas devem caminhar juntas. Declara que o conceito de gênero tem promovido uma “revolução cultural” ou uma “revolução sexual”, sob a afirmativa de combater o preconceito e a discriminação, de modo que os alunos e as alunas pudessem ter acesso a uma formação na escola que permitisse se pensar a diversidade sexual. Porém, na perspectiva de Lobo (2016), a denominada “ideologia de gênero” vê o sexo como uma construção sociocultural, que perpassa por processo de transformação até chegar a sua configuração final. Segundo ela, esse processo implicaria no extermínio das famílias, tanto as heterossexuais, quanto as alternativas, não tendo mais a família o direito de interferir na educação dos/das filhos/filhas, já que essa seria uma competência do Estado, que adotaria uma abordagem que baniria as diferenças entre masculino e feminino, dando espaço ao tratamento da sexualidade não natural, em que a educação entenderia todos/todas como assexuais. É sob essa ótica que Scala (2014) se posiciona, tal como discute Santos Filho (2016), ao descrever que essa noção de gênero, para ele, ocasionaria a formação de um “novo mundo”, no qual a mulher teria mais autonomia em relação ao homem, em que a cultura feminista superaria a cultura patriarcal e androcêntrica, a qual resultaria na extinção da heterossexualidade e homossexualidade, haja vista que a sexualidade se tornaria polimorfa e ambígua, se essas categorias, de gênero e sexualidade, fossem vistas como produtos socioculturais.

À vista disso, essa psicóloga, que foi também defensora da cura gay, reitera que os termos “ideologia de gênero” e “orientação sexual” surgiram em 2006, dando outro significado ao conceito de “gênero”, que até então significava a oposição entre homem e mulher. Esse processo se deu por meio de uma conferência de ONGs europeias, que reuniu 29 especialistas de 25 países, de modo a buscar clareza e coerência em relação aos direitos dos Estados. Assim, Lobo (2016) defende que, se adotar a perspectiva de gênero nos Planos Educacionais, a escola

estaria regulando e propagando a “revolução cultural e sexual”, que sob sua visão não tem nenhuma relação com o combate à violência e à discriminação em relação aquele/aquela que é diferente. Assim, afirma a necessidade de questionar essa metodologia de ensino nas escolas, por não ter base em ciência legal, buscando fundamentos apenas nas ciências sociais e por levantar uma falsa bandeira de combate ao preconceito e à discriminação, como pretexto para ensinar uma pluralidade de gênero falsa.

Dessa maneira, ela acredita não ser possível encontrar diferenças entre homens e mulheres, tendo em vista que o gênero é produto de uma construção social, não tendo relação com aspectos da biologia do corpo. Por causa disso, a pesquisadora crê que a escola estaria sendo instruída a ministrar conteúdos sobre ideologias, orientação sexual, conceitos morais e religiosos, tomando, dessa forma, uma função própria da família, que está amparada na Constituição Federal e assegurada pelo Pacto de San José da Costa Rica, no qual o Brasil é signatário, em que afirma no artigo 12, inciso IV, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que dispõe: “Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Por consequência, Lobo (2016) acredita ser inaceitável que o Estado interfira nesse processo de formação da criança, devendo a escola fornecer apenas os conhecimentos necessários para a capacitação e inserção do sujeito ao mercado de trabalho, sendo o papel da escola o de permitir ensino e aprendizagem, e não a doutrinação.

Para Lobo (2016), mesmo que os PCNs⁴ proponham que temas como a natureza e a diversidade sejam discutidos em sala de aula, esses fazem parte dos conteúdos contidos nos temas transversais, sendo, portanto, necessário que o/a professor/professora tenha competência para saber agenciar esses saberes, de modo a não ferir a integridade da educação moral dos/das estudantes obtida no âmbito familiar. Para ela, o professor e a professora podem tratar da pluralidade e da diversidade em sala, mas o que não deve acontecer é a desconstrução da

⁴ Dessa maneira, percebemos que os PCNs possibilitaram o trabalho de questões sobre gênero e sexualidade na escola através dos temas transversais, de modo que essas questões pudessem ser debatidas em outras disciplinas além da de ciências biológicas, abrindo portas para discussões sobre diversidade sexual e de gênero na escola. Contudo, de acordo com Franco-Assis, Souza e Barbosa (2021), duas décadas depois, com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), esse cenário mudou, ocorrendo um retrocesso no ensino dessas temáticas, que passaram a ser tratadas pelo componente Ciências da Natureza, na disciplina de Ciências, estando ausente das demais áreas do conhecimento, haja a vista que a sexualidade passou a ser associada pelo documento à saúde e à qualidade de vida. Assim, na BNCC a sexualidade está vinculada apenas à anatomia e fisiologia da reprodução humana, e na sala de aula o falar de sexo deve estar restrito apenas a assuntos referentes a doenças e gravidez indesejada, enquanto o termo “gênero” não é mencionado pelo documento.

sexualidade da família dos estudantes, visto que isso implicaria em conflitos familiares. Assim, os educadores e educadoras devem ter bom senso durante o exercício de sua função.

Em decorrência disso, com a ideologia de gênero, a psicóloga evangélica entende que tal tarefa tem se tornado mais difícil para o/a educador/educadora, em decorrência de o ensino da ideologia se sobressair em relação aos temas transversais, assumindo um caráter de imposição à escola, que por sua vez perde a capacidade de intervir sobre o controle do que é ensinado. Assim, Lobo (2016) acredita que a resistência à inclusão da “ideologia de gênero” na escola é uma ação necessária, por garantir a integridade dessa instituição.

Tendo o conhecimento de que Lobo (2016) defende um ensino dentro dos moldes conservadores, nos quais a escola não pode interferir na educação dada pela família, tampouco nos valores guardadas por essa, podemos nos questionar a respeito do momento no qual estamos vivendo. De um lado, temos os parâmetros que estruturam os currículos escolares, favorecendo um ensino transversal, e do outro as instituições sociais conservadoras, que defendem um ensino de gênero e sexualidade pautado nos parâmetros biológicos, vendo os ensinamentos sobre sexualidade, gênero e religião como competência da família, condenando que toda e qualquer “prática ideológica” seja realizada na escola.

Nessas circunstâncias, Santos Filho (2017a) questiona se não estamos vivendo uma era de intolerância, tendo em vista as restrições no tocante às liberdades morais e sexuais. A partir da leitura do texto de Tom Ambrose, o linguista menciona que essa era de intolerância é homofóbica e religiosa, ao mesmo tempo em que chama atenção para os destaques feitos no texto, apontando que em grande parte do mundo Islâmico a homossexualidade é tida como crime, ao qual se aplica penas brutais, citando também o caso da Uganda, em que os religiosos cristãos defendem o mesmo regime de penas. Apesar disso, o pesquisador expõe os trechos do texto em que fazem menção a relação entre homens, que por sua vez tem sido comum no decorrer de toda a história, a exemplo do “amor grego” na sociedade iraniana, em que o homem mais velho deveria ensinar e proteger o mais novo, mencionando também o caso da Pérsia, no qual o homem mantinha um garoto além da esposa. Dessa forma, se tenta condenar a prática sexual considerada desviante, a partir de princípios religiosos, que se configuram através de parâmetros biológicos inteligíveis, que jugam os sujeitos por, supostamente, se desviarem das normas instituídas.

Todavia, é preciso que pensemos a respeito desse contexto religioso e homofóbico, levando em conta a importância de estudos que desconstruam essas ideias, e nos atentemos para a superdiversidade de identidades em gênero e sexualidade existente na sociedade. Nessas considerações, podemos compreender que a conservação de tal pensamento pode ter

contribuído para uma cultura nazifascista, que dissemina o preconceito e o ódio, tendo as redes sociais como principal canal de propagação, tal como aponta Santos Filho (2017a).

Nessas circunstâncias, o conservadorismo religioso tem contribuído para um verdadeiro cenário de guerra no país, tendo a identidade sexual como objeto de guerrilha, na qual a homossexualidade é a motivação de tanto ódio. Em grande parte, esse conflito se dá nas redes sociais, pelos internautas conservadores, que possuem ideias prontas sobre a vida em sociedade, e se manifestam negando toda e qualquer forma de viver que esteja em contraste aos seus ideais. Em decorrência disso, Santos Filho (2017a) teme que estejamos vivendo uma cultura nazifacista, tomando como exemplo cenas de telenovela.

Para o linguista, cenas como as que foram ao ar pela telenovela “Babilônia”, exibida em horário nobre pela Rede Globo, que veiculou cenas comuns da vida conjugal de duas mulheres lésbicas idosas, com direito a cenas de beijo, motivos aos quais as personagens são discriminadas na novela, permitem pensar o cenário atual da nossa sociedade, regrado de pensamentos cristalizados numa cultura normativa, que por sua vez é regrada de preconceito e recusas. É importante percebermos que tais cenas veiculadas na TV trazem à tona esses debates também em sociedade, propagando essa guerrilha, já que os *haters*, defensores da moral, vão à internet, aos gritos, para condenar a postura da emissora e da produção da telenovela, ao mesmo tempo que negam esses modos de ser na vida real, sob alegação de que as referidas cenas televisivas corrompem os princípios da família tradicional brasileira.

Dizem, conforme Santos Filho (2017a), que há a instauração de uma ditadura gayzista nos últimos anos, fazendo referência aos direitos civis adquiridos pelos sujeitos LGBTQIA+, a exemplo da união civil, da utilização dos serviços do SUS, da adoção de crianças, da mudança de nome etc. Para posicionamentos conservadores, “pela denominação de ‘gayzista’, essa cultura de direitos seria uma ditadura, porque impediria o outro, o heterossexual, de exercer seus direitos, suprimindo-os e ou os restringindo, sendo, portanto, autoritária” (SANTOS FILHO, 2017a, p. 248). Nessa compreensão, o pesquisador relata que a utilização do morfema gramatical derivacional “-ista”, na referida expressão, seria uma alusão aos regimes ditatoriais, a exemplo do nazismo e fascismo, nos quais se assumem posturas nazistas e fascistas, respectivamente. Dizem ainda haver uma “cristofobia”, e posturas contrárias à heterossexualidade, e por isso o nascimento de movimentos de “resistência”, tais como a “Marcha pela família” e “O dia do orgulho hétero”, surgindo também em projetos de lei, a exemplo do Estatuto da Família e o Estatuto da Religiosidade. Em decorrência disso, os conservadores objetivam inverter o quadro, colocando-se na posição de vítima, posição historicamente ocupada pelas minorias sociais, como é o caso dos LGBTQIA+, que vivem em

condições de precariedade na sociedade, sendo alvo de preconceitos, intolerância e negação de suas identidades.

Em síntese, o que Santos Filho (2017a) quer expressar é que tais condutas acarretam no regresso da cidadania, já que no âmbito político, que também é formado em sua maioria por indivíduos heteronormativos, os legisladores usam dessas ideias e artimanhas para reverter os poucos direitos conquistados pelos sujeitos LGBTQIA+, sendo que essa postura jamais estaria associada ao sujeito que realmente está na condição de outro, a vítima. Como ilustração dessa postura política, reverberando sobre a educação, temos a celeuma em torno da palavra “gênero” nos planos educacionais municipais e estaduais, sob a acusação de uma imposição de uma suposta “ideologia de gênero”, noção já discutida anteriormente.

De acordo com Santos Filho (2017a), o Brasil é um dos países que mais mata LGBTQIA+, conforme mostra a pesquisa do IPEa e GGB sobre o mapa da violência no país, de 2013, que aponta a morte de um LGBTQIA+ a cada 28 horas, por violência. Diante disso, ele aponta que tal afirmação em relação à formação da ditadura gayzista não se sustenta, tendo em vista que vivemos uma cultura de recusas, de resistência à homossexualidade, instalando-se, assim, uma cultura homofóbica, que ele nomeia de “cultura nazifacista no Brasil”, sendo essa uma cultura que violenta e mata. Nessas circunstâncias, diante da força de ódio e do preconceito que vem se desenvolvendo no país, notamos a necessidade de voltarmos aos livros, para que possamos estudar a história e compreendermos a atual conjuntura social, no intuito de desconstruirmos esses pensamentos de base conservadora, conforme aponta Santos Filho (2017a). Assim, faz-se necessário compreendermos o ensino de línguas na atualidade e como esse pode ajudar a minimizar o preconceito existente nessa cultura, que invalida aquele/aquela que é diferente.

3.3 O ensino de línguas na atualidade e as questões de gênero e sexualidade

Considerando a escola frente a esse contexto social em que estamos inseridos, que adota uma lógica de coerência na construção das identidades dos sujeitos, postulando um alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade, tendo a heterossexualidade como princípio, Louro (2007) chama atenção para a necessidade do estranhamento *queer*. Para a pesquisadora, é esse alinhamento que regula o funcionamento das diversas instituições sociais, a exemplo da escola, na qual o ensino se estrutura dentro dos parâmetros normativos. Nessa sociedade, apenas os sujeitos inteligíveis possuem direitos perante os serviços do estado, enquanto os sujeitos

desviantes da norma, caso não se adequem a tais parâmetros, são postos em condições de punição, sendo banidos desse espaço, não tendo condições de exercer direitos, pois são vistos como corpos inválidos, sujeitos matáveis. Portanto, a escola, tendo em vista o seu papel social, deve-se colocar à frente desse processo, no intuito de desconstruir essa lógica historicamente enraizada em nossa cultura. Para Louro (2007), o fato de existir sexualidades *queer* já justifica a necessidade de refletir sobre essas identidades. Dessa forma, “o estranhamento *queer* pode ser instigante para se pensar a cultura, a sociedade, para ***pensar o próprio pensamento***” [grifo meu] (LOURO, 2007, p. 4).

Nessa direção, é de grande importância refletir acerca do atual contexto do ensino de línguas no Brasil. De acordo com Bohn (2013), devemos considerar as rupturas que constituem a sala de aula, considerando seus principais sujeitos, o/a professor/professora e o/a aluno/aluna. Para esse teórico, os professores e as professoras conviveram/convivem com uma escola “uniformizada”, na qual se compreende que o/a aluno/aluna é um ser passivo do saber, tendo o/a docente como agente detentor/detentora do conhecimento, sendo esse/essa capaz de instruir e o preparar para a inserção na sociedade. Assim, vale destacar que esse modelo de ensino é pautado numa educação economicista, visando o lucro e os interesses do estado.

Bohn (2013), ao pensar na problemática de Spivak (2012), em “Pode o subalterno falar?”, questiona se esses sujeitos da sala de aula podem realmente falar. Chega à conclusão de que a fala do “subalterno” [subalternizado] na esfera da educação não se concretiza, por falta de auto representação, pois eles não são ouvidos. Ou seja, o lugar que ocupam faz com que sejam silenciados. Para Bohn (2013), docentes e discentes, em específico os da área da linguagem, precisam reconquistar o seu espaço em sala de aula, e, através do discurso, desenvolver a capacidade de se representar, distanciando-se do regime disciplinar imposto pelo Estado. Dessa forma, um caminho alternativo seria o uso das tecnologias digitais como aliado ao processo de ensino e aprendizagem, na tentativa de gerar rupturas em sala de aula, desconstruindo a noção de docente como o único detentor/detentora do conhecimento, já que nesse processo do mundo digital os/as agentes da sala de aula podem dialogar sobre o objeto em questão, produzindo o conhecimento juntos/juntas.

Nesse sentido, Borba e Lima (2016) prezam por uma educação rizomática, em que se atente para a desaprendizagem das práticas sociais tradicionais, visando desconstruir as relações de poder existentes em nossa sociedade, de modo a viabilizar todas as formas de ser. O pesquisador e a pesquisadora estão em comum com as ideias de Louro (2001) e Bohn (2013), e citam seu debate em defesa de uma educação *queer*, prezando pela desconstrução de processos históricos, políticos e culturais que categorizam os sujeitos entre corpos válidos e corpos

inválidos, no intuito de fazer notável que essa condição de construção identitária passe a ser vista como um processo inerente a cada sujeito, sendo esse o objetivo principal das práticas pedagógicas, tendo em vista o estranhamento das normas.

Nesse sentido, Borba e Lima (2016) também citam ideias de Miskolci (2009) no tocante a essas práticas educacionais, ao relatar que ao invés de realizar um ensino pautado na reprodução de normas, preze-se pela ressignificação do que é tido como estranho, buscando transformações sociais, de modo a reconhecer que somos todos/todas iguais. Assim, para esses pesquisadores, o ensino deve estar pautado na crítica, e não na imposição de regras e ordens, pois essa última é tida como uma relação de poder sobre o outro, que ocasiona resistências e linhas de fuga.

Por esse ângulo, o processo de educar implica na sensibilidade docente em perceber as diversidades e trabalhá-las de maneira coerente e ética em sala de aula, de modo a estranhar conceitos já existentes, tendo como propósito a desconstrução de processos políticos, históricos e culturais, que ocasionam a distinção de sujeitos tidos como válidos e sujeitos não válidos nessa sociedade. Educar, nessa perspectiva, é fazer com que os envolvidos em tal processo possam refletir acerca do estranho e do normal, deixando de lado as práticas tradicionais de ensinar e reproduzir o conhecimento que já está pronto, no intuito de desnaturalizar e ressignificar esses conceitos postos à educação em formato de verdades únicas, mesmo que muitas das vezes não tenha os suportes necessários para tal, já que os livros didáticos ainda partem de noções pautadas no sujeito branco, heterossexual, escolarizado e de classe social favorecida.

Por essa perspectiva, para Moita Lopes (2013), atualmente há uma necessidade maior de compreender nossas sociabilidades no tocante à classe social, raça, gênero, sexualidade etc., as quais, nos estudos linguísticos, a Sociolinguística laboviana não dá conta, já que essas categorias passam a ser vistas como móveis, fragmentadas, transitórias e performativas. Nesse sentido, esse linguista aplicado acredita que essas categorias só podem ser analisadas se considerarmos os atravessamentos e entrelaçamentos das socialidades nas performances linguísticas, que, assim, situam as abordagens para o campo do discurso/interação atrelados à etnografias. Dessa maneira, os sujeitos se tornam capazes de reescrever suas narrativas sobre o que são e o que podem ser, subvertendo as narrativas pautadas no apagamento imposto pelo padrão de narrativa hegemônica. Nesse sentido, de acordo com Moita Lopes (2013), os estudos de letramento devem buscar apoio na Linguística Aplicada, tendo em vista que esse campo acredita que a produção do conhecimento e política se desenvolvem em conjunto. Dessa maneira, o pesquisador relata que somente no século XX os estudos de leitura e escrita passaram

a ser estudados ao lado da oralidade, tendo um impulso maior na segunda metade do século, em decorrência do interesse internacional em melhorar o nível da escolarização. Logo, é a partir das décadas de 1980 e 1990 “que os letramentos podem ser pensados como um lugar ou prática sociocultural” (MOITA LOPES, 2013, p. 235). Dessa forma, os letramentos passam a ser vistos na construção da vida social dos sujeitos, tendo em vista que eles agem entre si no meio social e constroem os significados.

Assim, os letramentos deixam de ser vistos pelo viés da decodificação de textos, em que se compreende a existência de um/uma leitor/leitora e escritor/escritora isolado/isolada, passando agora a considerar a importância desses agentes na construção das sociabilidades através também da oralidade. Moita Lopes (2013) chama a atenção para os letramentos digitais, percebendo como os indivíduos interagem nesse espaço na construção de novos sentidos, forjando suas identidades e identidades nas práticas sociais de letramento.

Dito isso, enfocando o contexto social que vivenciamos, tendo em vista a região de fronteira entre os estados da Bahia e Alagoas, parte do sertão nordestino, tomamos como ilustração cenas de ódio proferidas dentro de duas escolas na cidade de Delmiro Gouveia (AL), para situar esse momento de intolerância que estamos vivendo e a necessidade de estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade no ambiente escolar. Tais cenas são reportadas em um trabalho realizado pelo professor Daniel Pereira, com vivências pessoais em seus locais de trabalho, no ensaio intitulado “Enunciados de ódio como prótese/bengala para a masculinidade hegemônica no sertão alagoano”, texto no prelo, a ser publicado como capítulo no livro “Linguística Queer: da fala/discurso de “sujeitos queer” às normatividades e subversões linguístico-discursivas”, sob organização do professor Doutor Ismar Inácio dos Santos Filho.

De acordo com Pereira (2021), são realizadas agressões a meninos que se autodeclaram gays ou a outros que são considerados gays por sujeitos que se filiam aos parâmetros de masculinidade hegemônica, heteronormativos, dentro dos quais tomam como referência o cabra-macho, aquele que se concretiza na figura do cangaceiro, do jagunço, do vaqueiro, por exemplo, o modelo de ser homem rude, com traços viris. Num primeiro caso, palavras como “bicha louca” e “viadinho” são usadas por esses alunos “machos” ao se depararem com o colega assumidamente homossexual-efeminado, que se veste de acordo com uma estética que caracteriza o mundo feminino em nossa cultura. Em uma outra cena, está o caso de um menino adolescente, que se distanciava dos padrões masculinos da heteronorma, que, ao caminhar rebolando e gesticulando com as mãos, depara-se com enunciados como “Como é que o cara nasce homem e vira gay, hein?” e “É um desgosto danado para família”. Ele ouve essas ofensas enquanto passava pelo corredor em direção à fila do lanche. É importante frisar, conforme relata

Pereira (2021), que esse aluno-vítima não tem a sexualidade revelada socialmente, deixando arbitrário essa possível homossexualidade. Numa terceira cena, o pesquisador expõe o caso de um garoto que costuma andar com um casaco amarrado na cabeça, e que, ao ir em direção ao banheiro, no qual estavam dois meninos, é ofendido ao chegar, com os enunciados como “o ‘banheiro feminino’ e de ‘gente sensível’ fica do outro lado”. Nessa cultura, o casaco na cabeça possivelmente faz referência aos cabelos longos. Logo, tal uso é associado ao universo feminino.

Em seu estudo, Pereira (2021) relata ser comum se deparar com esse tipo de cena no seu cotidiano como docente. Ele afirma que é sempre o sujeito com comportamentos de cabra-macho, aquele que se adequa aos padrões da heteronorma, o responsável em produzir situações de constrangimento aos colegas que não regulam seus modos de ser e viver dentro desses padrões. Assim, ele afirma que os discursos dos autores das agressões, aqueles que se configuram conforme os parâmetros do gênero inteligível, funcionam como ferramentas na manutenção dos princípios dessa cultura heteronormativa, que prescreve modos válidos e não válidos de ser e viver em questões de gênero e sexualidade, de forma a manter essas verdades prontas e acabadas, não permitindo pensar em outras formas de reconstrução de sentidos, o que resulta na não efetivação das práticas de ressignificação. Para esse professor, é a língua(gem) que constitui as identidades dos sujeitos. Logo, quando os agressores enunciam palavras como “bicha louca” e “viadinho”, estão reforçando os sentidos dessa cultura, de modo a construir esse homem não válido, a ponto que esses garotos desviantes não tenham lugar naquele espaço.

Nessas circunstâncias, notamos a necessidade dos estudos de gênero e sexualidade na escola, principalmente em nossa região, na qual o discurso hegemônico e a heteronormatividade se fazem muito presentes. Assim, o/a professor/professora precisa estar preparado/preparada para saber intervir em situações como essas, em que os parâmetros normativos alimentam os discursos de ódio, de modo a violentar o outro, aquele que não se adequa aos parâmetros inteligíveis. Portanto, torna-se emergente nos dias de hoje uma educação rizomática, que estranhe essas relações identitárias previamente instituídas nessa sociedade, sendo esse o principal motivo que nos leva a pensar em práticas de letramento *queer*.

Consequentemente, notamos a importância das práticas de letramentos associadas à LA, tal como defende Moita Lopes (2013). Dessa maneira, é preciso ter em mente que a LA possibilita abordagens inovadoras aos estudos que discutem a relação linguagem e vida social, as quais também são tratadas pela Sociolinguística variacionista, mas a LA busca ir além, permitindo-se pensar aspectos como classe social, raça, gênero, sexualidade, etc., como fatores

que contribuem para a formação da identidade do sujeito, que sob a ótica da Sociolinguística o sujeito é já preexistente.

Dessa maneira, nos estudos da língua(gem) faz-se necessário assumir uma postura de “estranhamento *queer*”, de modo a não se contentar com o que é posto como normal, e se propor a (des)construir e a problematizar conceitos, estando sempre pronto/pronta para (re)aprender, tendo em mente as complexidades da vida nessa cultura que nega o outro, aquele que é diferente e não se adequa aos padrões, conforme discute Santos Filho (2017b).

Logo, percebendo o contexto atual da escola, no qual os discursos sobre identidades se tornam cada vez mais presentes, precisamos recorrer a práticas indisciplinadas de ensino e aprendizagem, dando uma atenção maior às questões de gênero e sexualidade, de modo que possamos problematizar os sentidos que já estão cristalizados em nossa sociedade, no intuito de causar estranhamentos e ressignificar tais sentidos, criando, dessa forma, inteligibilidades dentro do espaço educacional. Só assim, adotando práticas de letramento nas quais podemos, nas construções das identidades de gênero e sexualidade mediante a interação dos sujeitos na vida social, viabilizar e reconhecer esse espaço que é posto ao outro, aquele que é desviante da norma.

Compreender as necessidades de tais abordagens aos estudos da língua(gem) atualmente faz com que possamos entender a relevância desse trabalho, tendo em vista o papel da escola na formação dos sujeitos para a vida social, ao considerarmos também o contexto conservador a qual a educação caminha. Desse modo, empreender estudos como esse nos levam a sair da zona de conforto e querer um ensino mais inclusivo, que trabalhe em prol do reconhecimento das diferenças e superação do preconceito na sociedade. Logo, é preciso termos um olhar crítico à educação sistematizada, de modo que possamos estranhá-la sempre. Na sequência, realizamos a análise de nosso *corpus*, adotando essa postura de estranhamento *queer* nos estudos da língua(gem).

CAPÍTULO 04

“NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES”: GÊNERO, SEXO, SEXUALIDADE EM INTERFACES COM ESTUDOS DO TEXTO NO ENSINO MÉDIO (?)

A partir das reflexões acerca de linguagem, gênero e sexualidade, proporcionadas pela Linguística *Queer*, interessei-me em entender, de modo a “estranhar”, se as questões de gênero e sexualidade aparecem na educação escolar sistematizada nas aulas de Língua Portuguesa, motivado também por minha experiência no Estágio Supervisionado II, realizado no Colégio Estadual Polivalente de Paulo Afonso, no município de Paulo Afonso, Bahia, situado no quadrilátero sertanejo, no qual vivenciei uma experiência que me causou inquietações.

Durante as observações de aulas realizadas no Ensino Médio, em uma delas deparei com discussões que perpassavam o campo dos estudos linguísticos e que traziam abordagens referentes a questões de gênero e sex(o)ualidade. Mais precisamente, em uma das aulas de Redação na turma do 3º ano A, que teve como roteiro a apresentação de seminários, o objetivo era o de desenvolver/aperfeiçoar a capacidade de leitura e argumentação dos estudantes, na modalidade oral, com as apresentações dos trabalhos, e na modalidade escrita, com a prática da redação, visto que essas aulas estavam servindo de preparação para o Enem 2018. Nessa aula, os temas, distribuídos aleatoriamente por sorteio pela professora em aulas anteriores, buscavam trazer discussões sobre assuntos considerados de relevância no momento atual, tais como “Mobilidade Urbana”, “Insegurança Urbana no Brasil” e “Cyberbullying e Crimes Virtuais”, por exemplo.

Dessa forma, um desses trabalhos despertou a minha atenção. Inicialmente, chamou-me a atenção pela temática, que era “A complexidade da homofobia”, uma vez que essa proposta visava discutir o crescente número de atos de violência contra pessoas LGBTQIA+, de modo que os/as estudantes trouxessem dados gerados em pesquisas que apontavam índices de violência no Brasil, e relatassem casos de agressões noticiados pela mídia, nos quais esses sujeitos são vítimas, no intuito de estimular discussões em sala. Posteriormente, ao término da apresentação e início da socialização do tema com a turma, uma outra situação me causou inquietações. Ao ver o envolvimento dos/das estudantes na atividade, expondo seu ponto de vista, uma das alunas resolveu utilizar o espaço de debate para falar sobre sua orientação sexual aos/às colegas de turma e à professora, assumindo sua bissexualidade. Trouxe relatos de suas experiências na escola no tocante à aceitação de sua identidade, mencionou os conflitos vividos no núcleo familiar, ao relatar a não aceitação por parte de sua mãe, devido a questões religiosas,

por ela considerar que essa não seja uma forma válida de ser, em contraste à vivência com o seu pai, que a deu todo o apoio.

Nesse contexto, pude perceber o mesmo objeto da aula permitindo reflexões além dos estudos do texto, possibilitando, assim, pensar a respeito das relações familiares e de questões de gênero e sex(o)ualidade na sociedade. Entretanto, vi que essa possibilidade passou despercebida, talvez pela falta de conhecimento da docente ou por não ter tido acesso a uma formação que a levasse a pensar tais abordagens.

Assim, desse interesse, decidi consultar a coleção “Língua Portuguesa – Linguagem e Interação”, destinada ao Ensino Médio, utilizada na referida instituição de ensino, com validação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para os anos de 2018, 2019 e 2020, tornando uma de suas unidades didáticas como *corpus* para minha pesquisa de conclusão de curso. Essa unidade didática tem como proposta o ensino de gêneros textuais, a exemplo da síntese, do resumo e da resenha. Esse livro didático é tratado aqui como enunciado.

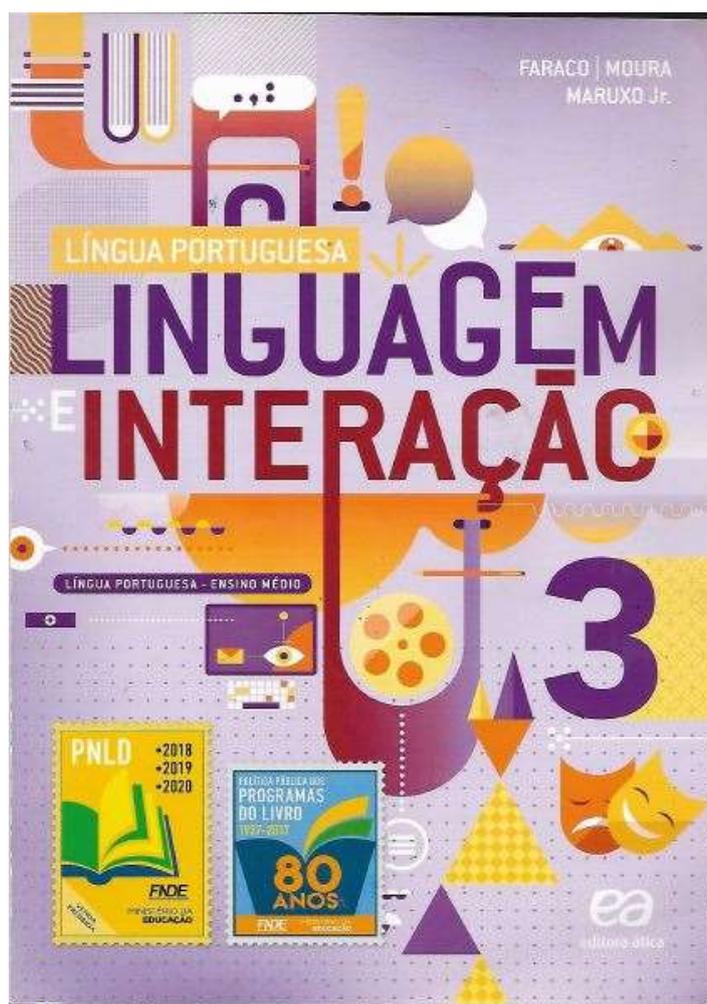


Figura 2: Capa do livro 3 – Língua Portuguesa: Coleção Linguagem Interação
Fonte: FARACO (2016).

Nesse aspecto, o objeto de estudos delimitado é compreendido como “múltiplo e complexo”, tal como argumenta Signorini (1998), por seu conteúdo não se tratar apenas de questões da Linguística, ou de linguagem em si, para o qual, desse modo, necessitamos mobilizar saberes de outros campos de conhecimento, exigindo, portanto, uma abordagem transdisciplinar.

Nessa compreensão, o objeto de investigação nesse estudo, então, pode ser visto como um “conteúdo” que viabiliza um estudo indisciplinar, já que o material didático selecionado mobiliza conhecimentos que vão além de questões da língua, perpassando por questões sobre organização familiar, questões de gênero e sexualidade, por exemplo. Dessa forma, há um entrelaçamento entre campos de investigação relevantes para o estudo desse objeto, o que possibilita pensarmos em uma abordagem relacionada à epistemologia das práticas sociais, de modo a viabilizar a produção de inteligibilidade sobre questões emergentes, que estão às margens da sociedade.

Em síntese, o estudo passa a ter caráter indisciplinar, por nos possibilitar pensar as práticas discursivas teorizando-se a si mesma, visto que nesses estudos descentralizados não há teorizações anteriores para lidar com os discursos emergentes, conforme argumenta Moita Lopes (2006). Logo, o plano de estudo construído se dá em diálogo com o objeto em estudo. Mas qual é *corpus* e o objeto de análise? Na referida coleção didática (para os anos letivos de 2018, 2019 e 2020), deparei no livro 3 com dois textos, sob a rubrica “Novas configurações familiares”, intitulados de “Normalidade e ficção”, de Paulo Roberto Ceccarelli, e “Afetividade e vínculos”, de Rodrigo da Cunha Pereira, ambos artigos de opinião publicados em 2016, que têm discussão, já explicitada no título, sobre o surgimento de outros tipos de famílias no Brasil e o questionamento se a sociedade e a lei brasileira estão prontas para lidar com essa outra realidade.

Esses textos, “Texto 7”, e suas atividades, ocupando oito páginas (da pág. 32 a 39), estão no “capítulo inicial”, seção comum também nos livros 1 e 2, em que se visa apresentar o texto e seu funcionamento, de modo a possibilitar atividades com o texto na esfera escolar. Para fins de análise, busquei compreender se “gênero” e “sexualidade” se configuravam como objeto de aprendizagem nas aulas dessa matéria escolar, nesse livro didático, colocando-me a pensar acerca da interface “linguagem, gênero e sex(o)ualidade” como objeto de conhecimento nesse componente curricular em aulas do Ensino Médio. Vale lembrar que nesse livro a abordagem do texto é sobre os gêneros discursivos escolares resenha, resumo e síntese.

4.1 Aspectos Metodológicos

Para análise do objeto em estudo, mencionado no parágrafo anterior, utilizamos como metodologia a leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer*, tendo em vista a compreensão de que o texto é um enunciado, sendo visto “como uma ‘fala’ de um ‘eu’ em direção a um ‘outro’, em um dado momento histórico, que é político e ideológico” (SANTOS FILHO, 2012, p. 33). Nessa compreensão, podemos nos distanciar da ideia de leitura pela perspectiva da decodificação, na qual se percebe o texto como conteúdo, no qual os sentidos estariam aprioristicamente dados, presos à superfície das palavras. Seguindo esse raciocínio bakhtiniano, podemos entender a leitura como uma atividade que vai além da interpretação unicamente do sistema linguístico, já que os sentidos não estão grudados na materialidade textual. Ao contrário, compreendemos que esses são forjados no processo discursivo, no qual há uma proposta de sentidos sendo construída entre os sujeitos que dialogam no texto, conforme discute Santos Filho (2012).

Assim, para seguirmos com a análise, devemos levar em consideração alguns aspectos, conforme menciona esse linguista: primeiramente, temos de entender o texto como enunciado, vendo-o como a fala de um “eu” em direção a um “outro”, devendo nos atentarmos ao perfil psicossocial desse “outro”, tendo em vista que esse será um aspecto relevante nas escolhas linguístico-discursivas que o “eu” realiza. Nessas considerações, identificar o gênero discursivo é de grande importância, já que cada texto exerce uma função social. Esses aspectos podem nos dar pistas sobre as “intenções” centrais do “eu” em relação ao “outro” com quem dialoga, permitindo-nos fazer inferências sobre a proposta de sentidos no texto.

Dessa maneira, faz-se necessário tomar conhecimento a respeito do veículo de comunicação no qual o texto circula, considerando que esse também exercerá influências na proposta de sentidos desse “eu” em relação ao “outro”, visto que possui uma determinada função na sociedade. A percepção da história também se faz necessária, haja vista que falamos dentro de nosso tempo, pois somos sujeitos situados, em um contexto macrossocial no qual estamos inseridos, na história, que influi diretamente nas “escolhas” linguístico-discursivas que realizamos, e nas vozes que ecoam em nosso texto, conforme reitera Santos Filho (2015a).

Desse modo, entendemos que a consciência do “eu” é de ordem coletiva, na qual a expressão do sujeito é resultante de sua atividade mental em consonância com o meio social em que vive. Consequentemente, o discurso do “eu” passa a ser uma apreciação de discursos do “outro”, que pode ser usado em sua totalidade (direta ou indiretamente) ou de forma crítica, em oposição, como menciona Santos Filho (2012).

No tocante às questões de gênero e sex(o)ualidade, é relevante considerarmos a enunciação e sua implicação na construção dos corpos, isto é, devemos compreender que o

corpo é mediado pelas práticas discursivas. Diante disso, Santos Filho (2015c) afirma que devemos ter em mente que o enunciado é um ato de fala ou ato performativo, que não é um ato linguístico em si, pois não diz respeito apenas à materialidade linguística ou semiótica de um texto. Logo, o enunciado deve ser visto como ação e deve ser observado como uma cena discursiva, em dimensões micro e macrosocial, em que os sujeitos discursivos interagem e se constroem, construindo seus corpos e suas vidas. Dessa maneira, cada ato performativo está inserido em uma cultura, por sua vez, mantida por *scripts* de significados que interferem na formação dos corpos e no uso da língua(gem) desses sujeitos. “Logo, os enunciados são constituídos em diálogo com a autoridade moral cultural, reiterando-a ou negando-a” (SANTOS FILHO, 2015c, p. 17).

Dito isso, saímos da noção de sujeito singular, aquele pronto, o sujeito natural e biológico, para a compreensão de sujeito histórico-discursivo, forjado discursivamente nas relações sociais em dado contexto sócio-histórico. Nessa compreensão, entendemos que não há um modo de ser preso à morfologia, ou morfofisiologia, do corpo. Ao contrário, os sujeitos estão imersos em um contexto no qual circulam propostas de sentidos, projetos performativos, projetos de produção de sujeitos, jeitos de fazer um corpo, aos quais podem se filiar ou se distanciar.

Portanto, o estudo desse objeto complexo proposto nesse estudo da unidade didática se desenvolve dentro do campo da Linguística *Queer*, que, de acordo com Santos Filho (2015a), é uma área que estuda a relação entre sujeito, linguagem, significado e identidade, problematizando e estranhando essa relação na cultura heteronormativa, pela noção de performatividade. Nessa perspectiva, compreendemos que as “identidades” são construídas por meio do discurso, nas interações socioculturais dos sujeitos, tendo em vista que essas são geradas através de performances corporais e linguísticas, que perpassam por processo de negociação, reiterando, negando ou subvertendo ideologias da cultura dominante, tal como discute Santos Filho (2015c).

Mas o que é a performatividade? Conforme Butler (2003 [1990]), a performatividade deve ser entendida como um ato de fala, devendo compreendermos também que o ato performativo não é um ato linguístico em si, por não remeter a uma materialidade semiótica em si, de um enunciado, mas por estar implicado em uma cena discursiva, em contexto micro e macrosocial, em que os sujeitos discursivos interagem, formando suas vidas e corpos, conforme já dissemos. Assim, cada ato performativo está inserido em *scripts* culturais, que os controlam, e prescrevem modos de ser válidos e outros não válidos, regulando a construção dos sujeitos. Logo, podemos notar que o ato performativo é também uma cena de interpelação, na

qual o “eu” do discurso convoca o “outro”, visando imprimir sentidos válidos, na tentativa de convencê-lo e interpelá-lo.

Nesse sentido, a enunciação adquire a força performativa, e consegue interpelar os sujeitos, quando reitera discursos anteriores, tendo em vista que é a “citação” que dá ou não a força vinculante aos enunciados, dando, assim, o poder de autorização ao discurso, que passa a autorizar sentidos válidos, possibilitando a interpelação. Dessa forma, os enunciados só funcionam lincados a sua historicidade, ecoando as vozes, importantes nas interpelações, conforme reitera Santos Filho (2015c).

Dessa maneira, nesse processo, buscamos, dentre outros aspectos já mencionados, compreender como as vozes sócio-históricas se fazem presentes no enunciado, de modo a inferir quais sentidos estão sendo forjados na relação entre os sujeitos que dialogam nesse texto, ao passo que dialogam com outros textos anteriores, conforme discute Santos Filho (2012), tomando as ideias do círculo de Bakhtin e de Judith Butler. À vista disso, entendemos que “os sentidos não estão fixados na superfície textual, no sistema, são sempre propostas de sentidos, são tentativas de produzir sentidos, são efeitos de sentidos desejados, que podem ser alcançados ou não, quando da leitura pelo outro, o interlocutor” (SANTOS FILHO, 2012, p. 33).

Dessa forma, podemos perceber a conexão da leitura das citações, nas quais “encontramos” vozes passadas, com a ideia de performatividade, de modo que possamos compreender a relação das “citações” com a noção de dialogismo. Assim, é possível estabelecermos o diálogo entre as discussões dos autores mencionados anteriormente e as abordagens de Gonçalves (2017), para a realização desta análise. Nessa perspectiva, partindo das ideias de Gerard Genette (1982), essa pesquisadora afirma que um texto “se inscreve sempre sobre outros textos” (GONÇALVES, 2017, P.56), podendo ocorrer de forma declarada ou não, sendo essa ação denominada de transtextualidade, que se manifesta de diferentes formas:

a) intertextualidade (copresença entre dois textos); b) paratextualidade (relação com elementos periféricos do texto: título, subtítulo, prefácio, notas, ilustrações); c) metatextualidade (comentários críticos sobre o texto); d) arquitextualidade (relação do texto com seu arquiteito, constituído de categorias gerais às quais se subordinam as obras literárias, tais como gênero, tipos de discurso, modo de enunciação, estilos literários); e) hipertextualidade (relação que une um texto B – o hipertexto – a um texto anterior A – o hipotexto – de modo que B se nutre de A por uma transformação, sem necessariamente fazer alusão a ele (GONÇALVES, 2017, p. 56).

À vista disso, adotamos o aspecto da transtextualidade, da intertextualidade, em nossa análise, de modo a perceber essa relação de copresença entre dois ou mais textos. Assim, podemos compreender como transtextualidade o complexo de relações que um texto estabelece

com o outro, ou com uma propriedade constitutiva do texto, no qual essa relação pode estar declarada ou não, tal como discute Gonçalves (2017). Dessa forma, a autora afirma que no entrecruzamento das vozes há a presença de diversas posições ideológicas que penetram na constituição do discurso. Logo, essas vozes são um eco de outras vozes do seu tempo, da sua história, dos valores e da cultura desse grupo social.

Nessa compreensão, com base nas ideias de Koch (1998), Gonçalves (2017) apresenta a distinção entre “intertextualidade em sentido amplo” e “intertextualidade em sentido restrito”, na qual a primeira é entendida como condição de existência do próprio texto, correspondendo ao conceito de dialogismo de Bakhtin, e a segunda, correspondendo as relações específicas entre os textos. Para alcançar a primeira, pretendemos perpassar pela leitura e análise da segunda. No tocante a intertextualidade em sentido restrito, a autora ressalta que há a presença do intertexto, que pode ocorrer de forma explícita, quando está declarada, ou de forma implícita, quando aparece de forma pressuposta. Dessa forma, “a intertextualidade explícita ocorre em citações ou referências da fonte; a implícita ocorre sem citação. Nesse caso, o reconhecimento da fonte dependerá apenas da experiência de leitura e da bagagem do leitor” (GONÇALVES, 2017, p. 58). Nesse propósito, na sequência, tomamos conhecimento a respeito da proposta do capítulo do livro didático ao qual “extraímos” o nosso *corpus*, visando compreender como ele se organiza, bem como organiza sua proposta didática e sua proposta de sentido.

4.2 Uma leitura sobre o *corpus*

Como vimos anteriormente, esses textos em análise estão dispostos no capítulo inicial do livro 3, da coleção “Língua Portuguesa – Linguagem e Interação”, que é um capítulo à parte, dedicado ao estudo do texto. Nesse capítulo, a proposta é trabalhar as técnicas de elaboração dos gêneros discursivos da esfera escolar resenha, resumo e síntese. Dessa forma, na primeira seção é abordada a resenha, de modo que esse gênero discursivo seja trabalhado a partir de três textos. Assim sendo, vale pensar aqui sobre a noção de livro didático para esse estudo, vendo esse como enunciado, considerando os seus interlocutores frente à esfera escolar.

Segundo Salla (2015), o livro didático é o material pedagógico mais utilizado na história da educação, e serve de fonte de informação para estudantes e docentes. Dessa maneira, o livro didático assume o papel de currículo e serve de base para orientação do/da professor/professora no planejamento da aula. Um ponto importante a se pensar é que o conteúdo do livro didático muito tem a ver com o que está acontecendo na sociedade do momento, visto que a elaboração

dele também depende de processos que visam atender às demandas do mercado. Consequentemente, o livro didático pode ter forças para ocasionar mudanças no currículo escolar.

Nesse sentido, é importante termos em mente que o livro didático é também uma ferramenta ideológica, haja vista que a educação é a princípio ideológica, já que a todo momento estão sendo transmitidos/propostos valores. Logo, para o nosso estudo, faz-se necessário entendermos o livro didático como um enunciado, como a fala de um/a conteudista, “eu” discursivo, em relação aos seus interlocutores, que nessa esfera escolar podem ser entendidos como os/as alunos/alunas e professores/professoras.

Sendo esse enunciado da esfera escolar, devemos entender que a escola é o espaço escolhido pela sociedade para socializar o saber sistematizado, tendo a função de contribuir com o processo de humanização e preparação de crianças e jovens como agentes participativos na sociedade, exercendo seu papel como cidadãos críticos. Todavia, de acordo com Lobo (2016), em um olhar conservador, a escola não deve interferir no papel de formação do sujeito exercido pela família, não devendo, portanto, ministrar aulas sobre gênero e sexualidade, que seria assuntos de abordagem exclusiva do pai e da mãe.

Assim, podemos ampliar as nossas reflexões pensando a nossa realidade escolar aqui no quadrilátero sertanejo, que pode ser observada a partir das discussões de Pereira (2017), já realizadas no capítulo 3, em que ele, como professor em escola pública, tece em decorrência de trabalho uma análise sobre cenas de violência verbal vivenciadas no seu dia a dia por meninos afeminados ou declaradamente gays no ambiente escolar.

Diante dessa experiência do docente, podemos visualizar uma força ideológica se fazendo presente no cotidiano da escola, na qual vemos que a todo instante os/as estudantes lidam com os padrões impostos por essa cultura que tem a heterossexualidade como norma, e como os sujeitos que se distanciam dessas normas são postos à margem. Logo, para Pereira (2017), diferentemente do que pensa Lobo (2016), tratar de gênero e sexualidade na escola é urgente, sendo um posicionamento contracultural, tendo em vista a nossa sociedade conservadora, já que, no cotidiano escolar, é possível percebermos comportamentos de recusa e preconceito em relação aos sujeitos considerados “diferentes” nessa cultura.

Para Lobo (2016), o/a docente precisa conseguir agenciar esses saberes/vivências que fazem parte do contexto da escola, haja vista que os PCNs propõem temas dessa natureza para serem discutidos em sala, mas ela acredita que isso deve ser trabalhado de modo que não fira a integridade da educação moral dos/das estudantes no âmbito familiar, devendo o/a professor/professora ter bom senso no exercício da função. Na verdade, ela se pauta na recusa

dessa abordagem no cotidiano escolar. A vista disso, é notório que vivemos em um contexto no qual circulam ideologias, e que parte dessas atendem a uma cultura dominante, sendo que nem sempre o/a educador/educadora é livre para tratar de temas considerados mais polêmicos, haja vista a necessidade de manter cautela na hora de exercer a função.

Por conta de posicionamentos como esse, Bohn (2013) acredita que o espaço da sala de aula precisa ser reconquistado pelos/pelas discentes e docentes, em específico os da área de Letras, já que trabalham diretamente com o discurso, de modo que esse possa contribuir e ajudar a desenvolver a capacidade de se refletir acerca dos modos de ser e viver em sociedade, distanciando-se do regime disciplinar imposto pelo Estado. Ele defende a necessidade de um ensino e uma aprendizagem que privilegiem gerar rupturas no ambiente da sala de aula, produzindo conhecimento em conjunto sobre tudo, inclusive sobre aquilo que é marginalizado.

Tendo essas reflexões, seguimos entendendo mais sobre o nosso *corpus*, a unidade didática que se propõe ao estudo do resumo, resenha e síntese, mas como textos que discutem sobre sexualidade, e gênero. No *corpus* delimitado, o capítulo de livro, o "texto 1" é um poema, intitulado "Tênis". Nessa proposta, é apresentado um exercício em que estimula os/as estudantes a reflexões sobre as características do texto, de modo que possam se atentar para a estrutura textual, levando em conta questões de linguagem literária, tais como métrica, rima e ritmo, por exemplo, e também questões de interpretação textual. Ao final, é proposto que eles/elas escrevam um texto expressando as principais ideias do poema.

O "texto 2" é uma resenha, sobre o documentário "Eu, Malala – A minha luta pela liberdade e pelo direito à educação", na qual é retratada a biografia dela e algumas informações sobre a produção e estreia de seu documentário no cinema. Esse texto é acompanhado de um exercício, composto por uma questão, que propõe aos/às estudantes a formulação de um comentário sobre o filme, de modo que sejam destacados os aspectos que mais chamaram a atenção do autor da resenha.

No "texto 3", intitulado "O novo disco de Adele é um emotivo (e cansativo) diário aberto", é uma matéria jornalística sobre o álbum "25", lançado pela cantora pop Adele. Esse texto é acompanhado por um exercício que dispõe de cinco questões, trazendo indagações sobre o álbum e a cantora. Nas atividades, são apresentados alguns aspectos em comum entre os "texto 3" e "texto 2", de modo que os alunos e as alunas possam refletir acerca da estrutura predominante nesses textos, tal como as escolhas linguísticas e discursos predominantes. Na quarta questão, é sugerido que os estudantes refaçam a resenha sobre o "texto 1", agora com os conhecimentos adquiridos nas atividades do "texto 2" e "texto 3". Na questão final, a partir da

leitura da crônica “Medo da eternidade”, de Clarice Lispector, é proposto que os alunos e as alunas elaborem uma resenha crítica sobre o texto, em equipe.

Na seção 2, que traz abordagens sobre resumo e sínteses, é exposto um texto explicativo sobre esses gêneros discursivos escolares, de modo a apresentar as técnicas de redução textual, mostrando as diferenças entre ambos. Na sequência, é apresentado o “texto 4”, sob a rubrica “Primeiro passo: leitura global do texto”, que por sua vez já está incluso na primeira questão que compõe o exercício, na qual traz um recorte de uma notícia, de Salvador Nogueira, intitulada de “Um banho de lua em Encélado”, em que trata do sobrevoo da espaçonave Cassini para fazer imagens do satélite natural de Saturno, buscando investigar as possibilidades de vida no planeta e a possível existência de água em Encélado. Esse exercício é composto por doze questões, divididas em duas partes, que se atentam para identificação de aspectos estruturais do gênero textual, tais como assunto, identificação do tipo e características do gênero discursivo e veículo de circulação, por exemplo, bem como para os aspectos referentes ao léxico do texto, levando em conta a relação desse com o campo de conhecimento ao qual está situado. Ao final das atividades, é proposto aos/às estudantes a realização do estudo do texto em partes, fazendo uma leitura detalhada, no intuito de produzir enunciados que sintetizem as ideias tratadas no texto.

O texto dessa proposta faz parte do “texto 5”, que por sua vez é uma notícia, que tem como título “Escolas incentivam estudantes a trocar cartas ‘à moda antiga’”. Esse texto é acompanhado por um exercício, que está dividido em três partes. Na primeira, com quatro questões, é proposta a análise de aspectos estruturais, tal como identificação do gênero discursivo, do assunto, do ambiente de circulação e das características do texto. Já na segunda parte, também com quatro questões, é trabalhado o vocabulário presente na notícia, de modo que esse possa ajudar na compreensão do texto. Na terceira parte, as sete questões apresentadas remetem à prática da redação do resumo, já estudada na proposta do texto anterior, de modo que os/as estudantes possam praticar mais a técnica do resumo com esse texto. Ao final, há mais uma orientação de atividade de prática do resumo, agora com um texto localizado no capítulo 7 do livro.

No “texto 6”, é apresentado um artigo de opinião, intitulado “O mundo que chegou pelo correio”, de Carl Sagan, em que o autor traz um relato no qual observa a vida de dois camarões em um aquário, em comparação com a vida humana no mundo, pondo em questão seus conhecimentos científicos sobre ecologia. Dito isso, vale ressaltar que esse texto não acompanha exercícios.

O “texto 7”, sob a rubrica “Novas configurações familiares”, é composto por dois artigos de opinião. O primeiro, intitulado “Normalidade e ficção”, de Paulo Roberto Ceccarelli, tece considerações sobre o tema e discute a respeito do lugar do sujeito nas relações parentais, de modo a refletir acerca da configuração tradicional de família. Já o segundo artigo, denominado “Afetividade e vínculos”, de Rodrigo da Cunha Pereira, põe em questão um novo conceito de família, no qual a entende como fenômeno da cultura e não da natureza, de modo a perceber como esses novos arranjos familiares vão se tornando possíveis em nossa sociedade, e como a nossa legislação tem lidado com isso. Esses textos são acompanhados de um exercício, composto por quatro questões, nas quais, as duas primeiras, propõem-se a identificar o tema central dos artigos de opinião, e propõe aos alunos e às alunas a prática do resumo, tal como foi estudado nas propostas anteriores do capítulo.

Nas outras duas questões, é trabalhado o gênero síntese a partir dos resumos feitos nas questões anteriores, de modo que os/às estudantes possam elencar questões em comum aos textos, fornecendo orientações de como comparar tais aspectos em forma de quadro comparativo, para então elaborar a síntese. No decorrer do exercício, é apresentado um texto com orientações que contribuirão para a escrita da síntese. A partir dessas informações, a última questão propõe uma revisão do que já foi feito, para a escrita de uma versão final da síntese. Como suporte à técnica de resumo e síntese, ao final, são apresentados dois exemplos de resumos das propostas do “texto 5” e “texto 6”.

Assim, tendo em vista a organização desse capítulo e as propostas de textos e atividades, utilizamos o “texto 7”, “Novas configurações familiares”, que ocupa oito páginas (da página 32 a 39), para compor o *corpus* de nossa análise. Vale lembrar que esses textos se encontram na esfera escolar, fazendo parte do material didático da disciplina de Língua Portuguesa, para alunos/alunas do terceiro ano do Ensino Médio.

Nesse contexto, vale frisar que compreendemos que a escola tem como papel a preparação dos sujeitos para o convívio social, de modo a contribuir para a sua formação intelectual e profissional, preparando-os/as para a convivência com os mais diversos tipos de pessoas e culturas, tendo os/as alunos/alunas e os professores/professoras como principais sujeitos nessa esfera de comunicação. Logo, podemos entender esses textos como projetos performativos/educacionais que visam educar corpos e identidades para além de simplesmente ensinar sobre resumo e síntese, devido ao entrelaçamento da proposta de aula discutida. Levando em consideração as propostas que compõem o nosso *corpus* de estudo, podemos já inferir, a partir dos títulos, que essas nos levam a aprender/pensar o conceito de família na sociedade, além de resumo e síntese.

Sabendo o papel do livro didático, tal como vimos anteriormente com as discussões de Salla (2014), já tendo em mente a sua grande importância para orientar o/a professor/professora no processo de ensino e aprendizagem, bem como na sua formação continuada, servindo também de fonte de informação para o processo de formação dos/das estudantes, haja vista que o mesmo é considerando uma ferramenta ideológica e transmite valores, lembremos que estamos considerando aqui como enunciado uma unidade de livro didático que se propõe a ensinar sobre gêneros discursivos escolares, como o resumo, resenha e síntese, compreendendo esse enunciado como um projeto educativo, que é também um projeto performativo, no qual, nessa unidade didática são inseridos outros enunciados, a exemplo dos dois artigos de opinião, que se propõem a falar sobre família.

Dada essa configuração do *corpus* em estudo, na sequência, realizamos a análise das propostas de textos e as atividades que compõem esse material didático selecionado, considerando a utilização de uma leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer*, na qual entendemos o texto como enunciado, levando em consideração que a produção de sentidos se dá por meio da relação discursiva entre “eu” e o “outro”, tal como argumenta Santos Filho (2012), e que o texto se dá como um projeto performativo, que deve ser “estranhado”.

“Novas configurações familiares”

Você vai ler a seguir dois artigos de opinião publicados sob o título geral *Novas configurações familiares*, que discutem, cada um à sua maneira, formas de organização familiar que surgem em nosso país.

TEXTO 7

Novas configurações familiares

Nas últimas décadas, a chamada família tradicional — composta por um homem, uma mulher e seus respectivos filhos — passou a conviver com diversas formações. Hoje, é cada vez mais comum o surgimento de famílias monoparentais, homoparentais e multiparentais, entre tantas outras. Será que a lei brasileira está pronta para acolher essas famílias? Como a sociedade deve se adaptar a esses novos arranjos? Discutem o tema o psicólogo e psicanalista Paulo Roberto Ceccarelli e o presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Rodrigo da Cunha Pereira.

Normalidade e ficção

por Paulo Roberto Ceccarelli

As últimas décadas têm sido marcadas por profundas mudanças sociais, cujas origens remontam à Revolução Industrial no século 18, passando pela chamada “revolução sexual” dos anos 1960. Fortemente apoiadas nos movimentos feministas, as repercussões dessas mudanças nas relações homem/mulher foram profundas: a liberação, em alguns países, do aborto, o morar juntos sem que as pessoas envolvidas fossem casadas, as relações homoafetivas e o aumento exponencial de separações, entre outros cenários, passaram a integrar a paisagem social.

As reações a essa “nova ordem” foram imediatas: falou-se do fim da família, da decadência dos costumes e da moral. A mulher que trabalhava fora, e que tinha acesso à pílula, estaria mais exposta às tentações de relações extraconjugais. Previam-se problemas psíquicos terríveis para os filhos de pais separados.

Entretanto, quando olhamos para trás e reavaliamos os temores das décadas precedentes, constatamos que nada de dramático aconteceu: as famílias continuam compondo-se e decompondo-se. Os filhos e filhas de casais separados estão bem, em alguns casos melhores do que aqueles cujos pais não se separam.

Na atualidade, um dos grandes debates gira em torno das chamadas *novas organizações familia-*

res — ou *novas famílias, novos arranjos familiares* —, enfim, trata de ligações afetivas entre sujeitos nas quais o exercício da parentalidade não responde aos padrões tradicionais: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinato, temporárias, produções independentes, embriões congelados, procriação artificial, barriga de aluguel, doador de esperma anônimo e, mais cedo do que se espera, a clonagem. Essas novas organizações familiares têm suscitado questões, tais como: as crianças criadas por apenas um dos genitores (às vezes, o outro é totalmente desconhecido) ou aquelas criadas por um casal do mesmo sexo terão necessariamente problemas de subjetivação? Ou seja, a falta de um dos genitores — monopaternidade — ou a presença de duas pessoas do mesmo sexo — homopaternidade — terão repercussões particulares nos processos identificatórios e, por conseguinte, na organização psíquica do sujeito?

Na organização familiar tradicional, os papéis do homem e da mulher eram estanques: o pai, o “cabeça da família”, o provedor, aquele que sempre tinha a última palavra, trabalhava fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana. A mãe, a “rainha do lar”, ficava em casa cuidando de tudo — da comida, da faxina, das crianças... —, para que o bem-estar de todos e o andamento do lar fossem os melhores possíveis. Ainda hoje, esse modelo de organização familiar continua servindo de referência nas discussões sobre a família e seus descaminhos, como se ele

Figura 3: Texto 7: Novas configurações familiares

Fonte: FARACO (2016).

No “Texto 07”, o primeiro texto, intitulado de “Normalidade e ficção”, de Paulo Roberto Ceccarelli⁵, trata das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, mais precisamente a partir da revolução industrial no século 18, perpassando pela revolução sexual na década de 1960, até os dias atuais, no que se refere às relações entre homens e mulheres, questões de ordem política e social, como, por exemplo, a liberação do aborto em diversos países do mundo, o morar junto entre pessoas sem a formalização do casamento, o aumento das separações e as relações homoafetivas. Para o autor, todas essas mudanças causaram grandes impactos na esfera social. Em decorrência dessa temática no capítulo é que selecionamos esse bloco, “Texto 07”, para análise.

Sob a rubrica de “**nova ordem**”, o autor menciona a repercussão envolvendo tais mudanças, nas quais se temia/teme o fim da família, a decadência dos costumes e da moral. Contudo, reconhece que essas transformações fazem parte da história, visto que a composição e recomposição foi/é um fato comum entre as famílias, não sendo esse um aspecto determinante para a saúde psicossocial dos/das filhos/filhas, pois a separação não necessariamente seria um agente causador desse processo.

Desse modo, o psicanalista situa esses acontecimentos na atualidade e fala dessas “**novas configurações familiares**”, discutindo, assim, o lugar dos sujeitos nas relações parentais, problematização que inserida no material didático leva o/a aluno/a e o/a professor/professora a pensar a respeito dessas questões, sobre essas **novas** formas de formação familiar e como essas relações entre os sujeitos vão sendo construídas dentro desse núcleo. A criação de crianças por apenas um dos genitores (muitas vezes por desconhecimento de filiação), procriação artificial, barriga de aluguel/solidária e adoção são questões postas em reflexão, de modo que os/as agentes da sala de aula possam problematizar e compreender se essas configurações influenciam ou não na organização psíquica do sujeito.

Nesse sentido, Ceccarelli discute sobre a **organização familiar tradicional**, relatando que os papéis de homens e mulheres eram/são estanques, previamente definidos, sendo o pai materializado na figura do homem, o “**cabeça da família**”, o provedor, aquele que trabalha fora e o responsável por tomar as decisões em casa. Enquanto a mãe, materializada na figura da mulher, vista como a “**rainha do lar**”, exerce as atividades domésticas, cuidando da comida, faxina e das crianças, sendo de sua competência manter o bem-estar dos/das membros/membras

⁵ Psicólogo, psicanalista, Doutor em Psicopatologia fundamental e Psicanálise, e Pós-doutor pela Universidade Paris 7 – Diderot. É professor e orientador de pesquisas de mestrado de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência/MP, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretor científico do Centro de Atenção à Saúde Mental

dessa organização. Nesse aspecto, o psicólogo afirma ser essa a noção de organização familiar defendida em nossa esfera social, sendo vista como **único modelo** capaz de manter a ordem social e produzir **subjettivações sadias**, por ser de **ordem “natural”**.

Dessa forma, o psicólogo expõe que estudos antropológicos desconstroem essa noção de relações genitor/pai e genitora/mãe como universais, já que os modelos de família são **construídos socialmente**, ao mesmo tempo que não existe apenas um modelo de filiação, já que esses aspectos podem variar de acordo com a cultura e o contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido, formando, assim, o modelo de família que é posto como natural. Em virtude disso, os papéis de homens e mulheres são determinados. Essa lógica de construção familiar dita a ordem, de modo a sustentar ideologias através da imposição de poder, o que torna tal **modelo como universal e imutável**, sendo isto uma **criação considerada sagrada**.

Assim, Ceccarelli conclui a discussão argumentando que a construção familiar subverte essas questões de ordem social, já que esses aspectos não determinam a organização psíquica dos sujeitos, levando a pensar que esses debates adentram o campo das relações de gênero e interação dos grupos, sendo essas novas configurações de família vistas como ameaça à estabilidade social, que para ele reforça ainda mais essa noção de **caráter imaginário** dessa ordem, pois, se fosse fixa e sem possibilidades de mudanças, não seria vista como ameaça. Ao expor exemplos clínicos registrados em seu consultório, de relações parentais e problemas de relações entre membros/membras, o psicólogo justifica que não existe uma forma de organização familiar que garanta o desenrolar mais sadio para a constituição do sujeito, já que na ordem psíquica as relações são estabelecidas pelos laços afetivos, enquanto na ordem social essas relações são compostas de questões morais baseado em aspectos biológicos dos sujeitos.

Dito isso, realizamos uma leitura mais cuidadosa desse texto. Tomando como ponto de partida o título desse artigo de opinião, agora texto escolar, “Normalidade e ficção”, podemos, a partir de acepções do léxico, observar os sentidos dessas palavras, percebendo como essas contribuem para a construção do sentido do texto. De acordo com o Dicionário *On-line* de Português, a palavra “normalidade” diz respeito à qualidade daquilo que é normal, segundo normas e regras estabelecidas, ou qualidade do que é comum, habitual. Também pode ser entendido como característica do que é permitido, aceito pela sociedade. Já no tocante à palavra “ficção”, no mesmo dicionário, podemos encontrar o significado referente ao ato ou efeito de fingir, de simular intenção ou sentimento; falsidade. Também podemos compreender como criação imaginária ou invenção fabulosa, que se opõe ao que é real; fantasia. Logo, a associação dessas duas palavras para compor o título do artigo/texto escolar dá-nos o entendimento de que

há uma ideia de “normal”, que é permitida ou aceita pela sociedade, mas que essa não é a única forma válida para essa sociedade, apesar dessa se pautar em ficção, fantasia.

Dando sequência, no decorrer do texto, notamos a recorrência da palavra “nova(s)” em determinados sintagmas, como podemos destacar no trecho a seguir, entre as linhas 27 e 47 do texto:

Na atualidade, um dos grandes debates gira em torno das chamadas *novas organizações familia-*

res — ou novas famílias, novos arranjos familiares —, enfim, trata de ligações afetivas entre sujeitos nas 30
quais o exercício da parentalidade não responde aos padrões tradicionais: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinato, temporárias, produções independentes, embriões congelados, procriação artificial, barriga de 35
aluguel, doador de esperma anônimo e, mais cedo do que se espera, a clonagem. Essas novas organizações familiares têm suscitado questões, tais como: as crianças criadas por apenas um dos genitores (às vezes, o outro é totalmente desconhecido) ou 40
aquelas criadas por um casal do mesmo sexo terão necessariamente problemas de subjetivação? Ou seja, a falta de um dos genitores — monopaternidade — ou a presença de duas pessoas do mesmo sexo — homopaternidade — terão repercussões 45
particulares nos processos identificatórios e, por conseguinte, na organização psíquica do sujeito?

Figura 4: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Vemos que o adjetivo “novos(as)” é inserido antes de outros substantivos, como acontece em “**novas** organizações familiares”, “**novas** famílias” e “**novos** arranjos familiares”, de modo a recuperar essa noção de algo que é, aparentemente, “recente”. No tocante a essa questão, podemos nos questionar se de fato a noção que está sendo construída é realmente a de algo “recente”. Será que o “novo”, nesse caso, comporta o mesmo significado de “recente”? No contexto, na cultura, o que significa essa ideia de “novo” em relação à “família”, quando consideramos os sintagmas nos quais esse adjetivo aparece?

Tendo em vista que, nesse caso, “novo(a)” exerce a função de adjetivo, vale a pena ampliarmos a nossa compreensão a respeito dessa classe gramatical de palavra. De acordo com Cunha (2017), o adjetivo é caracterizado essencialmente como um modificador do substantivo,

e serve para caracterizar seres, objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, da mesma maneira que designa a função de estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de propriedade, de finalidade, de procedência, etc.

Nessa compreensão, possivelmente o “novo” tem assumido um contraponto àquilo que é tido como “**tradicional**” em nossa sociedade, que, na abordagem do autor do artigo de opinião/texto escolar, seria esse conceito “**antigo**” de família. Mas isso não quer dizer que outras possibilidades de família jamais existiram, já que o que pode ter ocorrido é que somente agora esses arranjos passaram a ter reconhecimento dentro desse modelo de sociedade, de modo a subverter essa noção de “antigo”, de família “tradicional”, atribuindo, assim, essa ideia de “novo” para “família”.

Por esse ângulo, ao mencionar o “novo” em contraponto ao “tradicional”, podemos perceber, no decorrer do texto, que ele recorre a palavras que participam da construção semântica da noção de família, a exemplo de “ordem”, “sadias” e “natural”, que são usados de forma a reforçar uma noção de família tida como válida na sociedade, como podemos verificar no recorte a seguir, no trecho entre as linhas 48 e 62, na sequência:

Na organização familiar tradicional, os papéis do homem e da mulher eram estanques: o pai, o “cabeça da família”, o provedor, aquele que sempre tinha a última palavra, trabalhava fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana. A mãe, a “rainha do lar”, ficava em casa cuidando de tudo — da comida, da faxina, das crianças... —, para que o bem-estar de todos e o andamento do lar fossem os melhores possíveis. Ainda hoje, esse modelo de organização familiar continua servindo de referência nas discussões sobre a família e seus descaminhos, como se ele fosse o único capaz de sustentar a ordem social vigente e de produzir subjetivações sadias, pois é reflexo de uma ordem “natural”.

Figura 5: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Tendo essa leitura, podemos fazer alguns questionamentos a respeito dessa configuração tratada no texto. Quais os sentidos de “tradicional” para fazer referência à família? Como a

família é formada? Por que esse modelo de família é tido como a único capaz de manter **subjettivações sadias**? O que são essas subjettivações sadias sob a ótica do autor do artigo de opinião que se transformou em texto escolar? E por que as outras configurações de famílias, fora desse padrão, tidas como “novas”, são vistas como ameaça a essa ordem social, sendo vistas como a decadência dos costumes e da moral? O que é o padrão nesse contexto?

A esse respeito, entendemos “tradicional” como um adjetivo que recupera a noção de “tradição”. De acordo com definição de Evanildo Bechara, a palavra “tradição”, disposta no Minidicionário da Língua Portuguesa, diz respeito “a cultura passada para as gerações futuras. Costume, hábito adquirido” (BECHARA, 2009, p. 869). Assim, “tradicional” estaria atribuindo como referência à noção de família um valor cultural de costumes que foram convencionados a esse modelo, estabelecendo, dessa forma, um contínuo de coerência de hábitos a serem passados e respeitados pelas gerações subsequentes.

No tocante à formação desse arranjo familiar, tendo em vista esses valores que foram convencionados na sociedade, vistos como padrão a ser seguido, podemos perceber que esse modelo está pautado nas normas de inteligibilidade estabelecidas pela cultura heteronormativa, que regula as identidades dos sujeitos em questões de gênero e sexualidade, tal como vimos no segundo capítulo, com as discussões de Santos Filho (2017), ao refletir sobre as ideias de Judith Butler, na obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicada em 1990, no tocante à noção de “gênero inteligível”, entendendo que há na sociedade uma lógica esperada de coerência e continuidade em relação a sexo, gênero, práticas e desejos sexuais, resultando na construção dos gênero masculino e feminino através de práticas heterossexuais.

Assim, ao compreendermos que estamos inseridos numa cultura sustentada por normas que regulam a construção das identidades de gênero e sexualidade dos indivíduos, ao instituir a existência de um ideal de sujeito, podemos entender a heteronormatividade como uma cultura de recusas e preconceitos em relação à sexualidade e ao gênero desviantes da norma, que por sua vez é pautada na heterossexualidade, sendo essa naturalizada, por convencionar que o sujeito que nasce com pênis deve se constituir como homem e desenvolver desejos pelo sexo feminino, ao passo que o sujeito portador de vagina deve se constituir como mulher e ter desejos pelo sexo masculino.

Sendo assim, qualquer sujeito desviante desse padrão deve ser visto de maneira não válida nessa cultura, tal como vimos no capítulo segundo, com as discussões de Santos Filho (2015b). Dessa maneira, por meio dessa lógica do determinismo, a construção dos corpos, em questões de identidades, será sempre um produto do sexo biológico, tal como destaca Butler (2003 [1990]). Assim, podemos pensar no arranjo de família que vem sendo discutido no artigo

de opinião em questão, na qual essa sociedade elegeu um padrão de família dentro desses moldes do gênero inteligível, contrariando todo e qualquer arranjo que não siga esses parâmetros.

Nesse sentido, para ampliarmos nossas reflexões, observemos o recorte do parágrafo compreendido entre as linhas 63 e 77, na sequência.

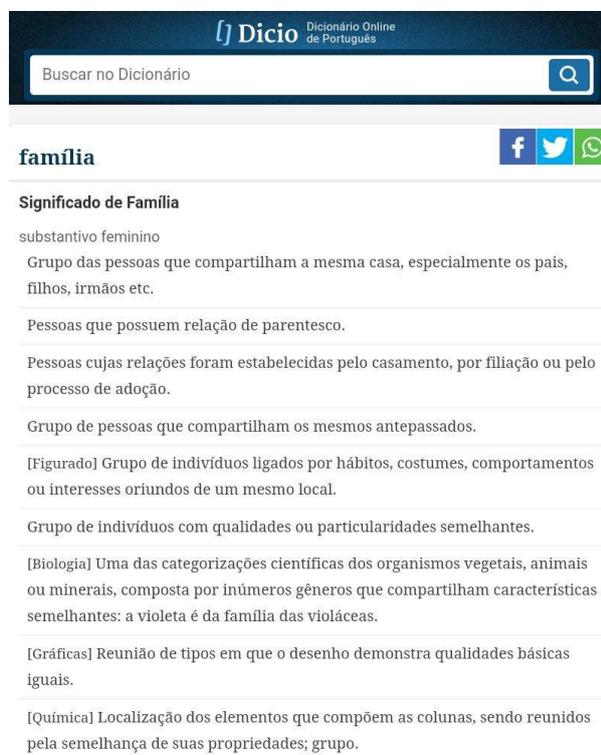
Estudos antropológicos nos informam que as relações genitor/pai e genitora/mãe não são universais, e que os modelos de família são socialmente construídos, não existindo um modelo de filiação único: em cada cultura, dentro de um determinado momento sócio-histórico, produz-se um modelo de família que é apresentado como natural. Com isso, determinam-se as posições dos homens e das mulheres no tecido social e nas relações de trabalho. Todo modelo de família é tributário da ordem social que o produz. Ordem essa que sustenta o discurso ideológico gerador de poder, o qual apresenta a família não como um constructo social arbitrário e convencional, mas como algo universal e imutável, e por vezes sagrado.

Figura 6: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Ampliando a reflexão, com a leitura desse recorte, e também com as reflexões de Judith Butler, anteriormente discutidas, podemos constatar que a noção de “família **tradicional**” é resultante de uma construção social, não sendo resultado de padrões biológicos e universais, o que torna válida a variedade de arranjos familiares. Mas, o articulista destaca que apenas um desses modelos é adotado pela sociedade como natural. Nesse trecho, percebemos a recorrência de vocábulos que contribuem para essa ideia de família, pois tais usos nos dão pistas em relação a esses enunciados, levando-nos a pensar a respeito de sua origem. Nesse seguimento, destacamos as palavras “universais”, “natural”, “ordem”, “universal”, “imutável” e “sagrada”, de modo que possamos notar como esses dão sentido a essa noção de “família **tradicional**”.

Ao realizarmos uma busca rápida no Google sobre a palavra “família”, deparamos com imagens que remetem à configuração familiar formada por um homem e uma mulher, imagem que é adotada como modelo familiar em nossa cultura, conforme discute Ceccarelli em seu artigo. Se procurarmos pelo conceito de família em dicionários, provavelmente encontraremos

definições recorrentes que se enquadrem nessa perspectiva. Tomemos como exemplo as definições a seguir, dispostas no Dicionário *On-line* de Português e no Infopédia.



The image shows a screenshot of the Dicio online dictionary website. At the top, there is a search bar with the text "Buscar no Dicionário" and a magnifying glass icon. Below the search bar, the word "família" is displayed in a large, bold font. To the right of the word are social media icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. Underneath the word, the section "Significado de Família" is highlighted. The definition is presented in several paragraphs, each starting with a specific context: "substantivo feminino", "Grupo das pessoas que compartilham a mesma casa...", "Pessoas que possuem relação de parentesco.", "Pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento...", "Grupo de pessoas que compartilham os mesmos antepassados.", "[Figurado] Grupo de indivíduos ligados por hábitos...", "Grupo de indivíduos com qualidades ou particularidades semelhantes.", "[Biologia] Uma das categorizações científicas...", "[Gráficas] Reunião de tipos em que o desenho demonstra...", and "[Química] Localização dos elementos que compõem as colunas...".

Figura 7: Verbetes de dicionário: significado de família

Fonte: Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/familia/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.



The image shows a screenshot of the Infopédia online dictionary website. At the top, there is a search bar with the text "família" and a magnifying glass icon. Below the search bar, the word "família" is displayed in a large, bold font. Underneath the word, the section "Língua Portuguesa" is highlighted. The word "família" is followed by its phonetic transcription "fa.mí.li.a • fe'milje". Below this, the word is identified as "nome feminino". The definition is presented in a numbered list of eight items, each starting with a specific context: "1. conjunto de pessoas com relação de parentesco que vivem juntas; agregado familiar", "2. grupo de pessoas formado pelos progenitores e seus descendentes; linhagem, estirpe", "3. grupo de pessoas unidas pelo vínculo do casamento, afinidade ou adoção", "4. conjunto de pessoas unidas por quaisquer laços de parentesco", "5. grupo de pessoas com origem, ocupação, ou outra característica em comum", "6. conjunto de coisas com propriedades ou características idênticas", "7. BIOLOGIA grupo taxinómico (categoria sistemática) constituído por seres que se assemelham por determinados caracteres e que compreende um ou mais géneros", and "8. LINGUÍSTICA grupo de línguas que derivam de uma língua comum".

Figura 8: Verbetes de dicionário: significado de família

Fonte: Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fam%C3%ADlia>>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

Ao ler esses verbetes, podemos inferir que a ideia de família nas definições está pautada na união de pessoas, que atendam a determinado padrão, no intuito de construir um lar, concretizado, na maioria das vezes, pelo matrimônio. Ainda, é possível notarmos que algumas definições marcam a relação de parentesco entre pessoas, o que nos leva a pensar na genealogia biológica desses indivíduos, e como esses compartilham de uma mesma ideologia e cultura, tendo interesses em comum. Possivelmente, é esse o conceito de família imposto pela nossa sociedade, sendo visto como natural, por ser construído dentro dos moldes da biologia, considerando a reprodução natural como princípio. Dessa consideração, podemos parar para refletir acerca do surgimento dessa noção de família. De onde surgem essas ideias? Qual área estaria interessada em discutir tais noções? De que modo essas ideias podem ser usadas para manter os padrões de uma dada sociedade?

Se observarmos atentamente em nossa cultura, podemos inferir que há um campo que busca se fundamentar em torno dessas questões, de modo a justificar e reforçar essa concepção de “família tradicional”. Esse campo em ênfase é a religião, que, de acordo com Bezerra (2019), está preocupada em explicar a existência humana, desde onde viermos até onde iremos, a partir da ideia de um criador. Para ela, a religião pode ser entendida como aquilo que nos religa ao sagrado. No Cristianismo, predominante em nosso país, o criador é concretizado na figura do Cristo Jesus, como intermediário do Deus Pai, ao qual devemos estar em comunhão para alcançar a salvação.

Ao compreendermos que o Cristianismo é a religião predominante no Brasil – conforme observamos no capítulo terceiro, com as informações levantadas através da pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* dos Estados Unidos, e pelo senso do IBGE aqui no Brasil, entendemos que a igreja católica se sobressai com o maior número de fiéis no mundo, sendo o Brasil o país com o maior número de adeptos/adeptas dessa religião – podemos buscar indícios desses discursos que sustentam essa noção de família tradicional na Bíblia, livro que possui textos sagrados, considerados de grande valia para essa prática religiosa.

Na Bíblia, em diversas partes, podemos encontrar fragmentos de textos que sustentam a noção de “família tradicional”, de modo a notar que esses enunciados prescrevem parâmetros normatizadores na configuração desse arranjo de família, que é adotado pelos/pelas fiéis como modelo de vida a ser seguida. Ao observarmos o Evangelho de São Marcos, (cap. 10; vers. 6-9), “mas, no princípio da criação, Deus os fez homem e mulher. Por isso, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne. Assim, já não são dois, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus uniu” (BIBLIA SAGRADA, 2004, p. 1334), é possível notarmos que essa noção de formação da “família tradicional” é resultante

de uma suposta ordem natural e divina, já que, em nome do criador, são produzidos sentidos que constroem e autorizam essas vidas para essa cultura, de modo a atribuir a cada gênero o seu papel, sendo o homem pai e a mulher mãe nessa relação familiar.

Observemos também a Epístola aos Efésios, (cap.5; vers. 21-33), ao tratar dos “deveres recíprocos dos esposos”, na qual essa compreensão é ampliada:

Sujeitai-vos uns aos outros no temor a Cristo. As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres aos seus maridos.

Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificá-la, purificando-a pela água do batismo com a palavra, para apresentá-la a si mesmo toda gloriosa, sem mácula, sem ruga, sem qualquer outro defeito semelhante, mas santa e irrepreensível. Assim os maridos devem amar as suas mulheres, como a seu próprio corpo. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Certamente, ninguém jamais aborreceu a sua própria carne; ao contrário, cada qual a alimenta e a trata, como Cristo faz à sua Igreja – porque somos membros de seu corpo. Por isso, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois constituirão uma só carne (Gên 2, 24). Este ministério é grande, quero dizer, com referência a Cristo e à Igreja. Em resumo, o que importa é que cada um de vós ame sua mulher como a si mesmo, e a mulher respeite o seu marido (BIBLIA SAGRADA, 2004, p. 1502).

Há também as “Recomendações às mulheres e aos homens” presentes na Primeira Carta a Timóteo, (cap. 2; vers. 8-15), em que se amplia a noção de papéis atribuídos a cada gênero, nessa perspectiva:

Quero, pois que os homens orem em todo lugar, levando as mãos puras, superando todo ódio e ressentimento. Do mesmo modo, quero que as mulheres usem traje honesto, ataviando-se com modéstia e sobriedade. Seus enfeites consistam não em primorosos penteados, ouro, pérolas, vestidos de luxo, e sim em obras, como convém a mulheres que professam a piedade. A mulher ouça a instrução em silêncio, com espírito de submissão. Não permito à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem, mas pertença em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir, e sim a mulher que, enganada, se tornou culpada de transgressão. Contudo, ela poderá salvar-se, cumprindo os deveres de mãe, contanto que permaneça com modéstia na fé, na caridade e na santidade (BIBLIA SAGRADA, 2004, p. 1518).

Desse modo, é possível percebermos nessa epístola que mais uma vez é reforçada essa noção de “família tradicional”, formada pela união entre um homem e uma mulher, assim como a noção de casamento, que é uma maneira de concretizar essa formação de “família tradicional”. Na Primeira Carta a Timóteo, vemos também a posição dada à mulher, nessa cultura com embasamento na religião, na qual ela deve se portar sempre em inferioridade ao homem, com obediência e respeito, carregando o peso de ser transgressora, por ter comido o fruto proibido, podendo ser perdoada caso cumpra com seus papéis de mulher, dona do lar e fiel à sua família.

Nesse sentido, compreendemos que o homem e a mulher foram obras do criador, ao qual devem todo o temor, visto que ambos foram feitos um para o outro, devendo esses viverem em harmonia, sendo essa uma união divina e, portanto, natural. Assim, para nossa cultura, toda e qualquer formação de família que não atenda a essa lógica deve ser vista com recusas, pois não pertence à ordem natural. Está aí a preocupação de Lobo (2016)?

Tendo esse conhecimento, podemos refletir acerca de algumas questões. Por que essa formação de família dita tradicional é eleita como a única válida nessa cultura? E por que as formações fora desse padrão são invalidadas nessa sociedade? Por que a união entre o homem e a mulher é vista como sagrada para essa religião?

Para o Cristianismo, a família tradicional é o único arranjo possível em sociedade, por permitir gerar filhos/filhas de maneira natural/biológica, e por atender aos padrões cis heteronormativos impostos por essa cultura, que regulam as identidades de gênero e sexualidade. Em contraponto, os outros arranjos que não atendem a esses parâmetros, conseqüentemente, tornam-se invalidados nessa cultura. Por esse ângulo, podemos entender que a religião se coloca de forma antifeminista ao levar em conta a preservação de uma concepção de família divina, que atende aos padrões cis heteronormativos e nega toda e qualquer forma de reconhecimento de outros arranjos, o que reflete também na produção de conhecimento, já que o meio acadêmico nos permite pensar essas identidades de gênero e sexualidade, bem como a existência de outras formas de ser, fora desses padrões. Assim, tal como já discutimos no capítulo anterior através das ideias de Santos Filho (2016; 2017a), esse raciocínio é visto pelos conservadores como um “choque à palavra de Deus”, levando-nos a pensar que estamos vivendo em meio a uma era de intolerância, na qual os estudos feministas e *queer* são distorcidos pelos/pelas “defensores”/“defensoras” da família e da humanidade, a exemplo de Lobo (2016).

Retomando a nossa linha de pensamento, como reflexo disso, o matrimônio passou a ser a única forma de concretização dessa união ou formação de família, sendo esse um ritual em que o homem e a mulher realizam um juramento, atendendo a padrões sociais,

governamentais, culturais e religiosos, nos quais as partes se comprometem a respeitar e a cuidar um do outro, de modo a levar esses valores consigo e passá-los para as gerações futuras, dando continuidade ao legado da religião, tal como vimos na Epístola aos Efésios.

Nessas circunstâncias, o sujeito é instruído por esses valores a constituir sua família perante esses moldes religiosos, no qual o casamento é visto como uma benção a essa união, e uma autorização para que essa família cresça e procrie. Esses sentidos são reforçados com a imagem da Sagrada Família, concretizada nas figuras de Maria Santíssima, São José e Jesus Cristo, como modelo de família válido a ser seguido pelos/pelas fiéis no caminho da salvação, por viverem em virtude de Deus e para Deus. Vejamos abaixo uma das cenas da Sagrada Família utilizada pela igreja católica, na qual percebemos a figura de Maria Santíssima sentada à esquerda da imagem, trajando vestes que cobrem todo o seu corpo, desde a cabeça aos pés, posicionando a mão direita sobre o colo, enquanto a mão esquerda está posicionada atrás de Jesus Cristo, como se estivesse produzindo um gesto de apoio, direcionando seu olhar para ele, imprimindo certa seriedade e confiança a ele. A figura de São José é apresentada ao lado direito da imagem, também vestindo trajes que cobrem a maior parte de seu corpo, exceto a cabeça, que está inclinada com um olhar em direção ao filho, enquanto segura na mão esquerda um ramo de flores brancas, estando a mão direita posicionada atrás de Cristo, que se encontra na parte central da cena, vestindo trajes semelhantes ao do pai, em tom de cor claro, estando com a cabeça inclinada para cima, direcionando o olhar para o alto, enquanto posiciona seus braços e mãos para o alto, produzindo um gesto de clamor e oração.



Figura 9: Representação da Sagrada Família

Fonte: Disponível em: <<https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2018/02/01/consagracao-das-familias-cristas-a-sagrada-familia-2/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2020.

Nessa cena, podemos perceber como a igreja valida o modelo de “família tradicional”, formada por homem e mulher, ambos assumindo o papel de pai e mãe, respectivamente, devendo esses viverem em harmonia, sendo capazes de instruir seus/suas filhos/filhas para a vida. Nesse aspecto, Rolf Madaleno atribui a esse modelo o conceito de “família matrimonial”, em que

O casamento identifica a relação formal consagrada pelo sacramento da Igreja, ao unir de forma indissolúvel um homem e uma mulher e cujos vínculos foram igualmente solenizados pelo Estado, que, durante largo tempo, só reconheceu no matrimônio a constituição legítima de uma entidade familiar, marginalizando quaisquer outros vínculos informais (MADALENO, 2018, p. 47).

Assim, tendo esse conhecimento, conseguimos compreender que, quando Ceccarelli, autor do primeiro artigo de opinião em análise, texto escolar no livro didático, menciona as mudanças ocorridas na sociedade no decorrer dos últimos anos, e como essas têm sido vistas

como ameaças à configuração “familiar tradicional”, logo, ele recupera esses sentidos presentes em nossa cultura sobre a noção de família. Como exemplo disso, percebemos que ele situa o seu discurso através de determinadas citações, de dadas vozes sociais, quando em seu texto faz menção a vocábulos como “natural”, “ordem”, “universal”, “imutável” e “sagrada”. Dessa forma, podemos inferir que recupera enunciados que estão situados na esfera religiosa, tal como vimos anteriormente.

Assim sendo, quando o psicólogo trata dessa configuração “tradicional” de família, imediatamente associamos a essa noção de família imposta pelo âmbito religioso, pois, assim como ele menciona no texto, é nítida a existência de papéis estanques associados a cada indivíduo, sendo o pai materializado na figura do homem, devendo ser o “cabeça” da família, aquele que toma as decisões e o responsável em manter a ordem das coisas, enquanto a mãe, materializada na figura da mulher, a “rainha do lar”, é o apoio da família, sendo responsável por manter o bem-estar dessa entidade. Assim, Ceccarelli afirma que para a nossa sociedade essa noção de família tradicional ainda é vista como a única formação capaz de manter a ordem social e produzir subjetivações sadias, já que essa é de ordem “natural”, divina, e atende aos parâmetros da cultura cis heteronormativa, vigente em nossa sociedade.

Dito isso, e após já questionarmos anteriormente, voltemos a pensar a respeito da noção de “subjetivações sadias” mencionada por Ceccarelli. A palavra subjetivação, no singular, é derivada do verbo subjetivar, que na definição do Dicionário *On-line* de Língua Portuguesa, diz respeito a tornar algo subjetivo, pouco concreto ou abstrato, tornar pessoal, próprio ou individual. Ou seja, em linhas gerais, é o processo de formação da subjetividade dos sujeitos, no tocante a questões como identidades, aquisição da linguagem, escolhas filosóficas etc. Esse processo de formação da subjetivação perpassa por questões externas ao sujeito, que podem interferir na construção dessa subjetividade. De acordo com as pesquisadoras Hennigen e Guareschi (2006),

Na perspectiva dos estudos culturais, não é o sujeito que produz as práticas de significação, são elas que vão constituir os sujeitos. Cada indivíduo tornar-se-á sujeito à medida que se tomar a partir de certas práticas de significação, assim, estará posicionado na rede discursiva de uma determinada forma. As práticas de significação emergem de uma determinada episteme, que cria regimes de verdade. Contudo, as práticas de significação somente se constituem como tal à medida que são tomadas como verdades (GUARESCHI; HENNIGEN, 2006, p. 10-11).

Logo, a subjetividade do sujeito se dá por um processo de negociação de sentidos, que, por vez, já estão postos pela cultura dominante, podendo serem reiterados ou subvertidos pelo “eu” discursivo, dependendo do contexto ao qual estão situados. No campo dos estudos linguísticos, podemos entender esse processo por meio da noção de dialogismo, compreendendo a produção de sentidos na relação discursiva, no qual o discurso se apresenta de forma biface, já que nasce da interação entre o “eu” e o “outro”, estando esses organizados socialmente. Assim, a palavra do “eu” é sempre direcionada a esse “outro”, que na perspectiva do círculo de Bakhtin, jamais haverá enunciado sem ouvinte, independentemente de ser “real”, em uma relação de interação cotidiana, ou presumido, no qual o “outro” é compreendido como representante de um determinado grupo social, conforme argumenta Santos Filho (2012). Nesse contexto, esse pesquisador afirma que o discurso é sempre constituído dentro de alguns aspectos, tal como espaço, tempo, objeto ou tema do enunciado e a posição dos interlocutores em relação aos fatos, ou seja, a avaliação sobre o objeto do discurso. É dessa maneira que o “eu” forja a sua posição em relação ao objeto e ao “outro”.

Retomando o nosso raciocínio, no tocante aos papéis de gênero, podemos ampliar nossas reflexões em relação a essa cena religiosa que mostra essa configuração familiar. No posicionamento dos “personagens”, é possível perceber que José aparece na cena centralizado ao fundo, imprimindo o gesto de proteção à esposa e ao filho. O fato de estar posicionado em pé também chama atenção, dando a esse personagem na cena uma dinamicidade e autoridade maior, que no texto de Ceccarelli podem ser percebidas na descrição dada ao homem: “o pai, o ‘cabeça da família’, o provedor, aquele que sempre tinha a última palavra, trabalha fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana” (p. 32).

Já no caso de Maria, podemos notar que ela aparece posicionada mais à frente na cena, imprimindo a imagem de apoio e proteção ao filho. Nesse caso, vemos ela sendo mostrada sentada, em uma postura mais retraída, com uma expressão de seriedade, enquanto a cabeça está levemente inclinada para frente e o olhar centrado mais abaixo. Observemos então o trecho em que o psicólogo descreve a mulher no texto: “a mãe, ‘a rainha do lar’, ficava em casa cuidando de tudo – da comida, da faxina, das crianças... –, para que o bem-estar de todos e o andamento do lar fossem o melhor possível” (p. 32). Logo, podemos pensar nesse modelo patriarcal, que se perpetuou por muito tempo em nossa sociedade, que ainda se faz presente nos dias atuais, que vê a mulher numa posição de inferioridade em relação ao homem, modos que são preservados pela cultura cis heteronormativa, mas que vem sofrendo rupturas nos últimos tempos, ocasionadas por mudanças de ordem social, a exemplo da revolução sexual.

A título de conhecimento, a revolução sexual a qual Ceccarelli menciona como uma das causas das mudanças nos arranjos familiares surgiu em consequência da revolução industrial e científica. De acordo com Barros (2017), esse movimento que se ergueu junto à contracultura, num cenário mediado pela Segunda Guerra Mundial, teve como objetivo gerar rupturas na sociedade extremamente conservadora da época, permitindo pensar sobre questões como a violência de gênero e a sexualidade feminina, por exemplo. Essas ações possibilitaram rever valores patriarcais e capitalistas presentes na sociedade, no intuito de subvertê-los, bem como deram espaço e fortaleceram o movimento feminista, que, por vez, era menosprezado por essa cultura ditatorial.

Nesse sentido, a revolução sexual foi fundamental na busca por uma existência autêntica dos sujeitos, visto que ampliou conceitos no tocante à política, à compreensão do corpo, da sexualidade e do comportamento dos indivíduos, por exemplo. O valor dado ao casamento também foi objeto de problematizações, já que a mulher só era apta a casar se estivesse virgem, tendo sua sexualidade reprimida. Barros (2017) afirma que esse movimento deu uma nova consciência em relação a questões que antes eram consideradas de menor importância, permitindo pensar a sexualidade e questões sobre o corpo, de modo a perceber como as instituições, a exemplo da escola, estado e família, as controlam de forma autoritária. Para Barros (2017),

A nova era marcada pelo advento da pílula anticoncepcional (o que simbolizava para as mulheres, o sexo não apenas para a procriação, mas para o prazer), das comunidades em detrimento da família tradicional, da “curtição” em contraponto ao casamento monogâmico e do prazer em detrimento à ânsia de poder propagada pelo sistema capitalista, foram algumas das propostas contraculturais relacionadas ao campo da sexualidade. A necessidade de se combater todas as formas de poder e opressão advindas da sociedade patriarcal estabeleceu a interseção com o movimento feminista. Podemos afirmar que o feminismo foi e é uma contracultura em seu discurso intelectual, filosófico e político na busca da equidade de gênero (BARROS, 2017, p.6).

Destarte, o movimento causou grandes mudanças na sociedade da época, extremamente conservadora, em que se tinha papéis de gênero previamente definidos. Essa década subverteu grande parte desses valores, com o surgimento de métodos contraceptivos, a exemplo da pílula, que deu à mulher mais autonomia e liberdade em relação ao seu corpo, possibilitando que essa pudesse se dedicar a outras atividades em sociedade que não a do papel conservador de dona do lar e mãe. Dessa forma, a sexualidade foi sendo desvinculada dos padrões morais da religião

e do Estado, permitindo às pessoas “**novas**” formas de vivência familiar e afetividades sexuais. Logo, o casamento perdeu o seu valor moral em sociedade, dando liberdade às pessoas para gozarem do prazer, sem o peso da procriação.

Dessa maneira, no tocante aos papéis de gênero, percebemos a relação com as abordagens de Ceccarelli, ao descrever as funções dadas a cada gênero na configuração familiar tradicional. Logo, em nossa sociedade, ainda é possível vermos resquícios dessa cultura conservadora, a exemplo das citações presentes no artigo do psicólogo, que marcam a presença desse discurso religioso, tal como vimos em algumas passagens da Bíblia, sendo esses discursos inquestionados até a Segunda Guerra Mundial, mas que agora possuem visibilidade e são colocados em debate, graças às posturas desenvolvidas com o movimento contracultural.

À vista disso, adotando como metodologia a leitura enunciativo-discursiva em perspectiva *queer*, na qual podemos ver o texto como enunciado, compreendendo que esse é constituído pela “fala” de um “eu” em direção a um “outro”, tendo em mente a noção de texto não como conteúdo, em que os sentidos estão fixados a materialidade textual, mas entendendo que os sentidos são forjados no processo discursivo, em que há uma proposta de sentidos sendo construída entre os sujeitos que dialogam, conforme argumenta Santos Filho (2012). Assim, através da noção de enunciado, é possível compreender que esse texto/enunciado é tecido por citações, nas quais podemos encontrar vozes anteriores, tal como relata Gonçalves (2017), que, ao discutir sobre as ideias de Gerard Genette (1982), recupera a afirmação de que um texto se inscreve sempre sobre outros textos.

Diante desses conhecimentos, de modo a ampliar o nosso entendimento a respeito dos estudos acerca do círculo de Bakhtin, Santos Filho (2012) relata que a plurivocalidade, inerente a qualquer enunciado, pode se caracterizar em dois estilos. Para esse linguista, o primeiro, estilo linguístico-discursivo é denominado de *linear*, aquele que não aparenta a existência de réplicas e comentários em relação a apreciação pelo “eu” discursivo, e que pode ser marcado através do *discurso direto* e do *discurso indireto impessoal*. Já o segundo estilo linguístico-discursivo, nomeado de *pictórico*, é marcado por meio do relativismo das apreciações sociais, ocasionando o enfraquecimento das fronteiras entre os discursos. Esse estilo pode ser marcado pelos *discursos indireto, indireto impressionista, direto preparado, direto esvaziado, direto substituído* e *indireto livre*, podendo ainda apresentar a tendência do *discurso do gênero intercalado*.

Com a leitura desse primeiro artigo de opinião, fica evidente a presença do estilo pictórico, através do *discurso indireto*, aquele que, segundo Santos Filho (2012), através dos estudos de Volochínov e Bakhtin ([1929b] 2004), é “(...) é incorporado, mas não na língua

própria. Ele é demarcado, entretanto, as marcas são fracas e, assim, tem como ‘alma’ a análise. Desta forma, ‘ouve’ de forma diferente o discurso do outro” (SANTOS FILHO, 2012, p. 18). Logo, percebemos que essa voz aparece, mas essa percepção só é possível mediante a interpretação do leitor, visto que o articulista vai assumindo essa voz, não de forma a reproduzi-la, mas como uma possível tradução ou interpretação.

No primeiro parágrafo, compreendido entre as linhas 1 e 12, o autor do artigo constrói um panorama do cenário atual da sociedade, marcada por grandes debates e fortes mudanças socioculturais. Observemos que ele faz menção a acontecimentos que desestabilizaram os padrões da sociedade para começar a falar de uma “**nova ordem**”. Assim, percebemos a existência de outros discursos, com informações que, possivelmente, podem ser encontradas em livros e jornais, mas que não foram marcadas nesse texto. Em alguns momentos, a exemplo de quando é feita menção aos movimentos da Revolução Industrial, Revolução Sexual e Movimento Feminista, o “eu” discursivo contribui para ampliar a percepção **do(a) interlocutor(a)**, no caso em questão, **do(a) aluno(a), do(a) professor(a)**, em relação aos sentidos que o autor tenta produzir, ao tratar dessas mudanças ocorridas em sociedade, mas essas vozes não são marcadas explicitamente, tampouco esse “outro” está aparente. Dessa forma, através desse jogo de menção, o articulista consegue situar o(a) interlocutor(a) dentro desse contexto ao qual essas vozes circulam, de modo a conduzir a percepção desse “outro” em relação ao que está sendo dito.

No decorrer do texto, entre as linhas 27 e 47, o autor faz menção a termos que remetem a outras formas de composição familiar, que vão além do arranjo tradicional, a exemplo da procriação artificial, barriga de aluguel, adoção, homoparentalidade e monoparentalidade. Na sequência, o “eu” discursivo também utiliza como recurso o uso de perguntas, possivelmente para estimular uma reflexão com o(a) interlocutor(a), ou ainda para reforçar esse diálogo, para tentar deixá-lo mais envolvido com os sentidos que estão ali sendo negociados. Notemos que, mesmo assim, o estilo predominante é o *discurso indireto*. Logo, percebemos que por meio desse estilo, o articulista consegue despertar mais a atenção do(a) interlocutor(a) [estudantes, docentes], situando-o(a) em relação a esses sentidos que estão sendo produzidos, e mais uma vez, tentando dar pistas sobre o contexto ao qual essas vozes circulam, haja vista que elas aparecem traduzidas através da voz do articulista.

Quando o autor fala da organização familiar tradicional, fazendo associações do pai como o “cabeça da família” e da mãe como “rainha do lar”, levando em conta esses papéis previamente atribuídos a cada gênero nessa cultura tradicional, tal como observamos no trecho entre as linhas 48 e 77, apesar desse discurso se aproximar muito de ensinamentos bíblicos, a

exemplo do que vimos na Epístola aos Efésios e na Primeira Carta a Timóteo, essas vozes não aparecem marcadas explicitamente, e essa apreciação vai depender do(a) interlocutor(a) [estudantes, docentes], que precisam recuperar esses sentidos. A adoção desse estilo pelo articulista nesse projeto de dizer deixa o acesso a esses sentidos nas mãos do(a) interlocutor(a), e do professor/a, e de sua memória discursiva, haja vista que esse/essa precisa acessar esses sentidos para fazer tal relação entre as vozes, e assim acessar essa proposta de sentidos que está sendo negociada.

Ao tratar de “organização familiar”, discutindo a respeito dessa noção dada ao modelo tradicional de família, como a única capaz de manter a “ordem social” e produzir “subjettivações sadias”, sendo vista como reflexo de uma ordem “natural”, e ao destacar que os estudos antropológicos vêm em contraposição a essas ideias, rompendo essas barreiras impostas por essa cultura que regula a vida dos sujeitos e prescreve forma de ser e viver em questões de gênero e sexualidade, bem como noções de família, o autor tenta validar a compreensão de que as identidades e o modelo de família são resultantes de especificidades de cada cultura, que propõe os papéis sociais de cada sujeito, não sendo esses imutáveis, universais e sagrados, termos esses que remetem ao campo religioso, mas reconhecendo que esses fatores perpassam por esquemas de discursos ideológicos, geradores de poder, adentrando questões de ordem convencional e arbitrária.

Desse modo, ao discutir sobre os estudos antropológicos, que causam rupturas nos padrões impostos nessa cultura, reconhece essas mudanças na organização familiar como algo inerente à vida social, vendo essas como parte da “história da família”, tal como observamos nas reflexões feitas no trecho compreendido entre as linhas 78 e 111, associando às noções anteriormente discutidas com saberes oriundos das vivências acadêmica e profissional desse “eu” discursivo, ao trazer relatos de experiência na clínica infantil para justificar que nem sempre o arranjo tradicional de família é suficiente para que as coisas caminhem bem na organização familiar, trazendo, assim, informações do seu campo de atuação para justificar a tese discutida em seu artigo.

Com isso, percebemos que o “eu” discursivo mantém a predominância do *discurso indireto*, utilizando a sua voz em todo o texto, e usufruindo de um recurso que é relevante para o(a) interlocutor(a) na negociação dos sentidos. O autor, através do jogo linguístico-discursivo, recorre ao recurso da alusão, figura de linguagem muito utilizada na intertextualidade para fazer referência a objetos, pessoas, acontecimentos, fatos históricos, ou até mesmo a citações, relacionando uma ideia à outra, podendo ocorrer de forma implícita ou explícita. Como parte da intertextualidade, a alusão possibilita realizar a ligação entre textos, tal como observamos

em conteúdo publicado no Portal Figuras de Linguagem, disponível no endereço eletrônico <<https://www.figuradelinguagem.com/alusao/>>, com acesso meu em 17 de julho de 2021. No caso do nosso objeto de estudo, percebemos que a alusão é feita de maneira implícita, dependendo do interlocutor para ser efetiva, visto que esse precisa conseguir acessar esses sentidos e recuperá-los em sua memória discursiva.

Portanto, precisamos ter em mente que o artigo de opinião em análise se configura também como um gênero intercalado, haja vista a noção de intertextualidade abordada por Golçalves (2017), na qual entende o texto como um mosaico de citações de outros textos. Assim, esse recurso está para a arquitextualidade, ou seja, a compreensão das ligações existentes entre os textos, na qual ocorre de forma a considerar a relação do texto com o arquitexto, em que se deve observar os aspectos estruturais empregados, tais como gênero, tipos de discurso, modos de enunciações e estilos, por exemplo. Dessa forma, a empregabilidade desses recursos possibilita ao conteudista da unidade didática a construção do seu projeto educativo/performativo, visto que o artigo de opinião dialoga com outros textos e é mobilizado na construção desse enunciado/texto escolar.

A família mudou

O segundo texto, intitulado “Afetividade de vínculos”, de Rodrigo da Cunha Pereira⁶, traz uma abordagem sobre o conceito de família, entendendo tal como um fenômeno da cultura, e não da natureza, sendo esse o motivo de tantas variações. Dessa maneira, compreendendo mudanças nas configurações familiares, o advogado relata que desenvolveu um “Dicionário de Direito de Famílias e Sucessões Ilustrado”, que possui cerca de 1.000 páginas, no intuito de fornecer aos sujeitos o significado e o significante dos mais diversos modelos de família em seus verbetes. Observemos a seguir a imagem do Dicionário.

⁶ Presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Direito Civil, autor de vários artigos e livros em Direito de Família e Psicanálise e advogado em Belo Horizonte.

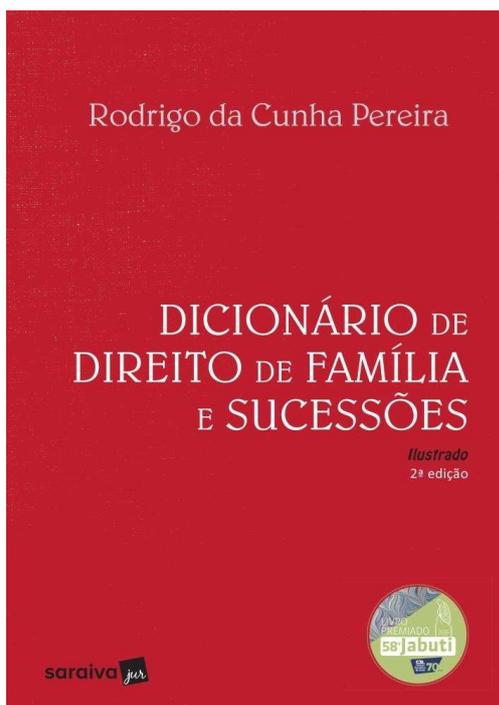


Figura 10: Dicionário de Direito de Família e Sucessões

Fonte: Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/dicionario-de-direito-de-familia-e-sucessoes-ilustrado-2-ed-2017-9892592/p>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

Em seu artigo de opinião, no livro didático texto escolar, o autor menciona o declínio do patriarcalismo e a ascensão do movimento feminista, no século 20, como possíveis motivadores das mudanças nas configurações familiares, em virtude de as mulheres começarem a reivindicar o seu espaço e a sua condição de sujeito do próprio desejo, ocasionando, segundo ele, o abalo à estrutura e à organização da família, dando espaço à “desestruturação” do casamento.

Para o autor-advogado, foram essas transformações que ocasionaram mudanças em relação ao sustento do laço conjugal, que deixou de ser baseado nos núcleos econômicos e reprodutivos para dar espaço ao amor, ao afeto e ao companheirismo. Conseqüentemente, para ele, o divórcio surgiu permitindo o **recasamento**, a **recomposição** de famílias, tendo em vista que o amor deixou de ser algo imutável e se tornou uma variável. Assim, com essa “**nova**” configuração familiar, tornou-se comum reunir filhos de casamentos anteriores nesse novo modelo de família. Pereira, então, relata que com o surgimento da engenharia genética, a partir da década de 1980, as pessoas que não pudessem ter filhos por vias naturais puderam recorrer a métodos como inseminação artificial, útero de substituição, material genético de bancos de sêmen e óvulos, por exemplo, independentemente de ter parceiro ou não. Dessa forma, a paternidade e a maternidade foram desprendidas das relações conjugais e/ou sexuais.

A esse respeito, a título de conhecimento, de acordo com Ramalho, Lazo e Magalhães (2010), relatam que os primeiros indícios do divórcio no Brasil apareceram após a Proclamação da República, com a separação entre Estado e Igreja, que possibilitou o Registro Civil, assim como o Casamento Civil, sendo que a indissolubidade do matrimônio passou a ser regra na constituição de 1934, tendo sua permanência nas constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969. De acordo com as autoras,

Em 1977, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 09 que altera o parágrafo 1º do artigo 175 da constituição vigente àquela época (Constituição da República Federativa do Brasil de 1967), que possuía a redação: “O casamento é indissolúvel” e que passou a ter a seguinte redação: “O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos”. Esta emenda foi necessária para que a lei que regulamentaria o divórcio no Brasil não fosse considerada inconstitucional quando promulgada (RAMALHO, LAZO, MAGALHAES, p. 3, 2010).

Nessas circunstâncias, somente em 26 de dezembro de 1977, a Lei nº 6.515, de autoria do senador vigente na época, Nelson Carneiro, que instituía o divórcio no Brasil, permitiu a dissolução legal do casamento, passando a vigorar no país desde então, transformando os termos “desquite por mútuo consentimento” e “desquite” em “separação consensual”, bem como a mudança do termo “desquite religioso” para “separação judicial”, lembrando que tal feito não tem validade para o Matrimônio, visto que esse está sob normas do campo religioso, mais precisamente da Igreja Católica, tal como apontam Ramalho, Lazo e Magalhães (2010). Segundo elas, até a data de publicação de seu estudo, em 2010, haviam diversas propostas de mudanças em relação à legislação do divórcio, a exemplo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 413/03 e 33/07, que propõe a suspensão da separação judicial, estabelecendo a dissolução do Casamento Civil pelo Divórcio Consensual e Litigioso.

Após esse parêntese, dando sequência a nossa leitura do texto, em reflexo disso, o advogado afirma que o afeto ganhou valor no âmbito jurídico, no que se refere ao direito da família, sendo o afeto o responsável por derrubar concepções “**antigas**” e instalar “**novas**” concepções. Em consequência, ele reitera o surgimento de “**diversas**” configurações de famílias, conjugais e parentais, para além do casamento.

Nesse contexto, é mencionado uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo realizado entre os anos de 2000 e 2010, que aponta o crescimento das “famílias **recompostas**” no país, das uniões estáveis, da liderança de mulheres nas famílias e dos divórcios, esse último tendo dobrado durante esse período. O advogado justifica que isso

se deu em decorrência da simplificação da Emenda Constitucional nº 66, de 13/7/2010, que facilitou os tramites da separação judicial. Outro dado importante apresentado foi a permissão da união de pessoas do mesmo sexo, tendo seu primeiro caso registrado em 2013, após o seu reconhecimento como entidade familiar, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2011, dispondo do reconhecimento também em Cartórios de Títulos e Documentos, após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovar a Resolução nº 175, na qual permitiu a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, entendemos como família **recompostas**, **reconstituídas** ou **pluriparental** “[...] a estrutura familiar originada em um casamento ou uma união estável de um par afetivo, onde um deles ou ambos os integrantes têm filhos provenientes de um casamento ou de uma relação precedente” (MADALENO, 2018, p. 50). Assim, diante dessas mudanças na rigidez das regras **sociais** ou legais em relação à família, principalmente no tocante à dissolução do casamento, Madaleno (2018) afirma ter sido possível outros arranjos de família, a exemplo da **família formada por pessoas do mesmo sexo**, **famílias “paralelas”** ou **“reconstituídas”**, rompendo com a concepção única de família cristalizada na sociedade.

Dando sequência à leitura do texto, Pereira declara que a constituição de **novas** famílias já é possível no âmbito jurídico, do mesmo modo que a paternidade socioafetiva se tornou realidade, levando em conta que agora os laços de afetividade se sobressaem em relação aos laços genéticos, possibilitando ao/a filho/filha adotivo/adotiva gozar dos mesmos direitos de um/uma filho/filha biológico/biológica. Ele relata que a dupla maternidade/paternidade também tem sido possível, graças à teoria e à prática da socioafetividade. Dessa forma, a **“multiparentalidade”** se tornou realizável, tendo em vista a compreensão de maternidade e paternidade como funções exercidas pelo sujeito.

Para concluir, o advogado discute que ainda há muito o que se fazer nesse campo jurídico, inclusive no corpo legislativo, ao mesmo tempo em que enfatiza os avanços, falando também das estranhezas em torno desses. Ele menciona a tramitação do Estatuto da Família no Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), que validará todas as configurações de família, dando o devido reconhecimento no meio social. Assim, deduz que essas mudanças sempre causarão desestabilizações na sociedade conservadora, mas as vê como parte do processo evolutivo, assegurando a legitimidade de todas as formas de ser.

Nesse segundo artigo de opinião/texto escolar, que tem como título “Afetividade e vínculos”, percebemos que a escolha das palavras também nos leva a fazer inferências sobre o conteúdo do texto. Podemos, através de acepções do léxico, pensar a respeito da construção desse título. Temos o substantivo “afetividade”, que de acordo com o Dicionário *On-line* de

Português, no ramo da psicologia é usado para fazer referência ao conjunto de fenômenos afetivos, tal como as tendências, emoções, sentimentos, paixões etc., por exemplo. Também pode ser entendido como o impulso de caráter íntimo e individual de cada indivíduo constituído pelos fenômenos afetivos. Já no tocante a palavra “vínculos”, na qual configura o plural do substantivo “vínculo”, que por sua vez deriva do verbo “vincular”, verbo que atribui a noção de estabelecimento de uma relação de dependência entre coisas, ou ainda o ato de associar uma coisa à outra. Logo, conforme definições do Dicionário *On-line* de Português, esse substantivo tem o mesmo sentido de: ligo, associo, uno, prendo, por exemplo. Assim, a união dessas duas palavras, pode nos fazer inferir que há, nesse enunciado, a noção de uma união dos fenômenos afetivos, o que nos leva a pensar essa ideia de formação de família sob a visão do autor desse artigo.

Dando continuidade à leitura desse texto, no primeiro parágrafo, a presença de três vocábulos nos chama a atenção. O autor já inicia o texto falando sobre “família”, fazendo menção às transformações que essa instituição vem passando ao longo dos tempos, enfatizando a liberdade das pessoas em constituírem os laços familiares. Dessa forma, ele cita os campos da psicologia e da psicanálise para esclarecer que a família não é um fenômeno da “natureza”, mas da “cultura”. Logo, se é produto da cultura, podemos pensar nessa como produto de uma construção social, já que não se configura dentro dos moldes biológicos e, portanto, divinos, permitindo essa maior flexibilidade na formação desses arranjos, tal como já discutimos anteriormente a partir do texto “Normalidade e ficção”. Observemos o recorte a seguir, no parágrafo compreendido entre as linhas 1 e 18.

A família está cada vez melhor. Ela não está em crise nem em desordem. Está apenas diferente do que era antes. As pessoas estão mais livres para estabelecerem seus laços familiares. A antropologia e a psicanálise já demonstraram que a família não é um fenômeno da natureza, mas da cultura. Por isso ela tem sofrido tantas variações. Por isso ela transcende a própria historicidade.

A família é um núcleo estruturador e estruturante do sujeito. É o *locus* onde se forma a pessoa. Daí

poder-se dizer que ela é a célula da sociedade. O conceito tradicional de família, limitado à ideia de um pai, uma mãe e filhos, vem dando espaço para novas configurações. São tantas novas famílias, que dediquei a elas um dicionário: *Dicionário de Direito de Famílias e Sucessões Ilustrado*, que tem quase 1000 páginas e traduz ao leitor o significado e o significante de cada nova família nos seus verbetes.

Figura 11: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Na sequência, observemos que o uso de alguns sintagmas nominais pode nos levar a pensar a respeito do contexto ao qual o enunciador situa o seu discurso. Ao tentar justificar o momento em que essas mudanças nos arranjos familiares se tornam mais aparentes, o autor faz menção a duas correntes de pensamento, expondo a queda do “patriarcalismo” e a ascensão do “movimento feminista”, momento em que a mulher passou a reivindicar o seu espaço e a sua condição de “sujeito do próprio desejo”, tendo em vista que em grande parte da história a mulher ocupou uma posição inferior ao homem, o que fez com que ela fosse silenciada e não pudesse gozar dos mesmos direitos que os homens, sendo essa mudança o possível propulsor da “desestruturação” do casamento. Vejamos o trecho a seguir, compreendido entre as linhas 19 e 38.

Com o declínio do patriarcalismo e a ascensão do movimento feminista, no século 20, as mulheres começaram a reivindicar seu “lugar ao sol”, sua condição de sujeito do próprio desejo. Isso abalou a estrutura e a organização da família, o princípio da indissolubilidade do casamento ruiu. A partir desse momento, o sustento do laço conjugal passou a ser o amor, o afeto e o companheirismo. E assim as famílias deixaram de ser, essencialmente, núcleos econômicos e reprodutivos para ser o lugar do amor, do respeito e da solidariedade.

Foi então que surgiu o divórcio, já que o amor às vezes acaba. O divórcio possibilitou o recasamento e deu origem às famílias recompostas, ou seja, aquelas que se constituem de pessoas que dissolveram o vínculo pretérito e constituem uma nova entidade familiar. Nessa configuração familiar, é comum que se reúnam filhos comuns do casal, com os filhos das relações anteriores. Isto é, os meus, os seus, os nossos.

Figura 12: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Assim, para que possamos progredir em nosso estudo, a título de conhecimento, podemos compreender o patriarcalismo como noção ideológica que concede ao homem supremacia nas relações sociais. No Brasil, surgiu durante a colonização, no século XVI, através das heranças culturais portuguesas, sob influência das raízes ibéricas e do modelo patriarcal mulçumano. Esse pensamento permite que o homem tenha soberania em relação aos demais indivíduos (de uma família com laços de sangue) no meio social, podendo exercer poder em relação a sua mulher, seus filhos, escravos e súditos, por exemplo. Nesse sentido, o homem passa a ter autoridade nas decisões perante a sociedade, estando isento de qualquer interferência alheia, tal como argumenta Fernandes (2020).

Por outro lado, como já discutimos no capítulo segundo deste trabalho, com as discussões de Cancian (2016), entendemos que o movimento feminista surgiu durante a Revolução Francesa, tomando uma amplitude maior no século XIX, na Inglaterra, mediante a luta por igualdade jurídica para ambos os sexos, como a do direito ao voto, direito ao exercício da profissão e acesso à educação, por exemplo. Posteriormente, nos Estados Unidos, no século XX, mais especificamente entre as décadas de 1970 e 1980, com a centralização das reivindicações na libertação da mulher, que teve o objetivo de denunciar toda e qualquer forma de opressão a que era submetida, buscando combater as relações conflituosas entre os gêneros masculino e feminino, na tentativa de acabar com a noção de inferioridade dada à mulher.

Nesse contexto, nos remetemos também à discussão em torno da Revolução Sexual, tendo em vista que esse movimento contribuiu para a liberdade da mulher no tocante ao controle de seu corpo, tema explorado por Simone de Beauvoir (1967), ao direcionar seus estudos para questões que nos levaram/levam a pensar a condição da mulher na sociedade, trazendo à tona assuntos polêmicos como “A sexualidade feminina”, “O trabalho e a independência econômica da mulher” e “A contracepção e o aborto”, por exemplo. Dessa forma, Beauvoir (1967) dá sua grande contribuição para os estudos de gênero ao proferir a sentença “Ninguém nasce mulher: torna-se uma”, de modo a levar a compreensão da noção gênero ao âmbito da lógica da construção social, e não a associação aos parâmetros biológicos do sujeito.

Em virtude disso, notamos que essas mudanças nos papéis de gênero na sociedade causaram desestabilizações nos valores tradicionais atribuídos ao casamento, o que permitiu o divórcio e a possibilidade de um novo casamento. Nesse sentido, percebemos que o autor do segundo artigo de opinião/texto escolar utiliza a palavra “recasamento”, que por sua vez é derivada do verbo “casar”, que de acordo com o Minidicionário de Língua Portuguesa, significa “unir(-se) por casamento; ensejar o casamento de.; combinar(-se), harmonizar(-se)” (BECHARA, 2009, p.173). Já a palavra “casamento”, é substantivo que diz respeito ao “contrato celebrado entre duas pessoas que desejam constituir uma vida em comum, legitimado pelo direito e/ou pela religião; cerimônia que celebra esse contrato” (BECHARA, 2009, p.173). Tendo esse conhecimento, entendemos que na cultura cis heteronormativa esse ato está baseado no pacto entre homem e mulher.

Logo, a utilização do vocábulo “**recasamento**”, dentro desse contexto de mudanças nos papéis de gênero e nos arranjos familiares, leva-nos a pensar na viabilização de outras formas de união, que vão além do que está imposto nessa cultura tradicional, permitindo visualizarmos a união de pessoas, independentemente de suas identidades. A vista disso, o que é posto em questão pelo autor do artigo/texto escolar como critério de união é o vínculo afetivo, tal como vemos no recorte a seguir, no parágrafo compreendido entre as linhas 47 e 55, no qual chamamos a atenção para os usos dos vocábulos “**velhas**” e “**nova**”.

Com a valorização dos vínculos conjugais sustentados na afetividade, o direito de família atribuiu ao afeto um valor jurídico. É esse sentimento que tem derrubado velhas concepções e instalado uma nova 50 ordem jurídica para a família. A consequência disso é o surgimento de diversas configurações de famílias conjugais e parentais, para além do casamento: uniões estáveis hétero e homoafetivas, multiparentalidades, famílias monoparentais, simultâneas, etc. 55

Figura 13: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Dessa forma, tendo em vista a importância do vínculo afetivo nas relações das pessoas, podemos perceber que tal percepção impulsionou mudanças em nossa legislação, de modo a tornar possível aos sujeitos o **recasamento**, independente desses atenderem ou não aos esquemas normativos impostos pela sociedade. Também se tornou possível concretizar a união entre sujeitos que estão fora dos esquemas de gênero inteligível. A esse respeito, o autor utiliza os vocábulos “**velhas**” e “**novas**” para expressar esse processo de mudança no âmbito jurídico, de modo a validar esses “**novos** arranjos de famílias”, que implicam em mudanças de concepções na legislação.

Conforme discutimos anteriormente, com a leitura do primeiro artigo de opinião, a palavra “novas”, forma flexionada em número e gênero, do morfema lexical “nov-”, que exerce a função de adjetivo, em ambos os casos, tem a função de modificador do substantivo, conforme aprendemos com Cunha (2017). Já a palavra “velhas”, forma que também está flexionada em número e gênero, referindo-se a “velh-”, que se caracteriza como antônimo de “novo”, atribuindo, dessa maneira, o sentido contrário empregado a essa, em que conduz o significado de algo que é tido como antigo, que existe há muito tempo, ou que está ultrapassado, tal como podemos verificar nas definições apresentadas pelo Dicionário *On-line* de Língua Portuguesa.

Dessa maneira, podemos nos questionar: Em qual campo do saber esse texto está situado? E qual a noção de família está sendo construída neste texto? Logo, para responder a esses questionamentos, tendo como base as discussões elencadas anteriormente a respeito do conceito de família e sobre alguns vocábulos que chamam a atenção nesse texto, podemos inferir que nesse artigo circulam discursos do campo da história, da biologia e do direito, pois é possível notarmos esses indícios em relação ao campo de saber ao qual esses discursos estão vinculados, quando o advogado fala sobre os aspectos causadores do abalo à estrutura familiar e da desestruturação do casamento, por exemplo.

Ao mencionar o período de mudanças compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, em que se começou a questionar o regime patriarcal, motivado pelo crescimento do movimento feminista e a revolução sexual – tal como discutimos na leitura do artigo de opinião anterior, em que se passou a questionar os papéis de gênero na sociedade, bem como a noção de organização de família, que por sua vez, foi sendo desvinculada dos interesses socioeconômicos e religiosos –, dá vez ao amor, ao afeto e ao companheirismo, como princípios constituintes do laço conjugal, adentrando o âmbito jurídico, ocasionando no surgimento de leis que garantissem o direito desses sujeitos, permitindo, assim, o divórcio, possibilitando também a “**des**construção” e “**re**construção” do casamento.

Ao tratar sobre as **novas** configurações de família, no que concerne aos aspectos como a união e a filiação, o advogado centraliza o seu discurso, recuperando citações que justifiquem o seu posicionamento, a exemplo de quando fala do “**re**casamento”, remetendo a esse período em que a mulher começa a sair desse contexto de submissão, e no qual a prática sexual deixa de ser um parâmetro normativo, pois deixa de ser exercida para fins de procriação, permitindo agora se pensar no sentir prazer, estando esse associado a desejos afetivos, independentemente desses estarem ou não associados aos parâmetro heteronormativos de “gênero inteligível”, nos quais os sujeitos mantêm apenas relações com o sexo oposto.

Logo, não tendo mais esse fundamento divino e biológico, permite-nos pensar em outras possibilidades de ser e viver em questões de sexualidade, o que justifica a união homoafetiva, a qual Pereira menciona já ser reconhecida em âmbito jurídico. Ao mesmo tempo fala dos avanços na engenharia genética a partir da década de 1980, para afirmar as **novas** possibilidades de filiação, graças aos métodos de inseminação artificial, útero de substituição, reprodução por via de material genético em banco de sêmen e óvulo, por exemplo, os quais possibilitam que pessoas tenham filhos independentemente de terem parceiros ou não. Concomitantemente, esses avanços viabilizaram aos casais homoafetivos a paternidade ou maternidade. Notemos aqui que o advogado também recupera discursos do campo da biologia, para legitimar essas **novas** formações familiares, que em partes não se filiam aos esquemas inteligíveis de gênero, de modo que esses/essas possam passar por esse processo de maternidade ou paternidade mesmo sem recorrem aos métodos biológicos postos como naturais pela sociedade, tal como vemos no trecho destacado:

A partir da década de 1980, com o desenvolvimento da engenharia genética, quem não pudesse 40 ter filhos, e não quisesse adotar, poderia recorrer às técnicas de inseminações artificiais, útero de substituição, busca de material genético em bancos de sêmen e óvulos, independentemente de ter parceiro ou não. Isso desatrelou a maternidade/paternidade 45 das relações conjugais ou sexuais.

Com a valorização dos vínculos conjugais sustentados na afetividade, o direito de família atribuiu ao afeto um valor jurídico. É esse sentimento que tem derrubado velhas concepções e instalado uma nova 50 ordem jurídica para a família. A consequência disso é o surgimento de diversas configurações de famílias conjugais e parentais, para além do casamento: uniões estáveis hétero e homoafetivas, multiparentalidades, famílias monoparentais, simultâneas, etc. 55

Figura 14: Texto 7: Novas configurações familiares
Fonte: FARACO (2016).

Nesse aspecto, Barth (2005) relata que a engenharia genética surgiu a partir da realização dos estudos feitos com o gene que foi capaz de descobrir o DNA, ou seja, a substância que contém o nosso material genético, durante os séculos XIX e XX, tendo maior notoriedade no ano de 1973, com a descoberta do DNA recombinante, no qual tornou possível o recorte e recolagem da cadeia do DNA. Dessa maneira, com a conclusão do Projeto Genoma Humano, em 26 de julho de 2000, foi possível decodificar os 3 bilhões de pares básicos do genoma humano, fato que permitiu o conhecimento de toda a estrutura do DNA humano e como essas estão dispostas entre os 23 pares de cromossomos. Logo, esse autor acredita que

Esse conhecimento abriu caminho para o domínio humano na área da reprodução, da transmissão da herança genética e do sistema nervoso, além de impulsionar os esforços de novas ciências, como a genética, a biologia molecular, a citologia, a engenharia genética, a sociobiologia, e desenvolveu enormemente ciências, como a medicina e a biologia (BARTH, 2005, p. 362).

Dessa maneira, tendo essa compreensão, e levando em consideração a abordagem central desse texto, em que vemos as discussões em torno de ações no âmbito jurídico, na qual demonstram o trabalho em busca da permissão de mais liberdade aos sujeitos em relação a suas formas de ser e viver em sociedade, percebemos no discurso utilizado por Pereira, sobre as

novas configurações familiares, a recuperação de noções oriundas da Constituição Federal (CF), de 1988, que buscou adequar à legislação a realidade social, atribuindo **novos** valores para o direito da família, como podemos perceber no Art. 226; §§ 4º, 5º e 6º:

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio (BRASIL, 1988, Art. 226. §§ 4º, 5º, 6º).

Dessa forma, atentando-nos a esses pontos da CF, podemos notar que Pereira recupera tais sentidos. No parágrafo 4º, no tocante ao reconhecimento familiar, considerando que desde então passa a ser válido os mais diferentes arranjos de famílias, a exemplo das famílias monoparentais e as famílias recompostas, tendo em vista que os/as filhos/filhas também passam a gozar dos mesmos direitos, independentemente de serem legítimos/legítimas ou ilegítimos/ilegítimas. No parágrafo 5º, qual podemos notar a recuperação da noção de igualdade de gênero no que se refere aos direitos conjugais nesse âmbito jurídico. E, no parágrafo 6º, em que é recuperado a noção do divórcio, permitindo, dessa maneira, os rearranjos familiares.

Em síntese, podemos compreender que a família perante à Constituição Brasileira deixou de comungar de valores patriarcais, tais como eram postulados no Código Civil de 1916, para compartilhar de valores plurais, permitindo a igualdade entre os sujeitos, tendo em vista que a preocupação passou a ser a felicidade de seus/suas membros/membras, já que o afeto se tornou um parâmetro primordial, tal como discute Rios (2012). Logo, para o âmbito jurídico, as configurações familiares não devem estar restritas ao arranjo tradicional imposto pela cultura heteronormativa, mas deve ser dado o reconhecimento aos demais arranjos que não se filiam a esse modelo. Podemos visualizar isso no trecho a seguir, compreendido entre as linhas 82 e 104.

A possibilidade de constituição de novas famílias já é realidade nos tribunais que vêm reconhecendo e legitimando cada vez mais os arranjos não
 85 tradicionais, tal como a paternidade socioafetiva, aquela que se constitui com base nos laços de afeto, para além do laço genético, como já acontece com a adoção. As relações de consanguinidade, na prática social, não são mais importantes que
 90 as oriundas de laços de afetividade. Um filho socioafetivo pode ter os mesmos direitos de um filho biológico, por exemplo.

A dupla maternidade/paternidade também já vem sendo acolhida pelos tribunais, sustentados pela teoria e prática da socioafetividade. Há
 95 filhos que já têm em seu registro de nascimento duas mães ou dois pais. Há até aqueles que têm duas mães e também dois pais, seja em razão das adoções homoafetivas ou simplesmente porque a
 100 madrasta ou padrasto também se tornaram pais.

A multiparentalidade tornou-se uma realidade no ordenamento jurídico brasileiro a partir da compreensão de que paternidade e maternidade são funções exercidas. Ela representa ainda o respeito

Figura 15: Texto 7: Novas configurações familiares
 Fonte: FARACO (2016).

Nesse recorte, podemos destacar o uso de mais dois sintagmas que nos dão pistas na compreensão da noção desses **novos** arranjos familiares. A menção a “paternidade socioafetiva”, quando consultada, de acordo com o Dicionário *On-line* de Português, a primeira palavra diz respeito a um substantivo que comporta o sentido do estado ou qualidade de ser pai, ou ainda pela relação jurídica entre pais e filhos/filhas, enquanto a segunda, com base nas informações presentes no mesmo dicionário, faz referência a um adjetivo relativo à afetividade, ou seja, às relações de afeto desenvolvidas no meio social, nas quais se estabelece um vínculo entre os sujeitos. Tal expressão leva-nos à noção da qualidade de ser pai mediante os vínculos afetivos, independentemente da existência de vínculos biológicos.

O outro termo em menção, “multiparentalidade”, que se derivada do substantivo “parentalidade”, que por sua vez diz respeito à característica parental daquele ou daquela que assume legalmente a posição de pai ou mãe da criança, ou seja, responsabilidades parentais, podendo esses/essas estarem em conjunto ou não, tal como descreve o Dicionário *On-line* de Português. Logo, essa palavra acrescida do prefixo “multi”, que comporta a noção de muito ou

múltiplas vezes, conforme verificamos no Dicionário *On-line* de Português, atribui ao termo “multiparentalidade” o sentido dado ao reconhecimento do exercício de direito à convivência familiar de crianças e adolescentes em relação a paternidade/maternidade socioafetiva sem que sejam descartados os vínculos com a paternidade/maternidade biológica, conforme descreve Abreu (2014).

Dessa forma, ampliemos o nosso olhar para esse texto, seguindo os parâmetros de leitura com base nas ideias propostas pelo círculo de Bakhtin ([1929]2004), através de estudos de Santos Filho (2012), no tocante a noção de plurivocalidade, podendo essa ser caracterizada em dois estilos, linear e/ou pictórico, tal como já discutimos na análise do artigo anterior. À vista disso, com a leitura desse segundo artigo de opinião/texto escolar, notamos a predominância do *discurso indireto livre e discurso direto preparado*.

Ao relatar sobre o declínio do patriarcalismo e a ascensão do movimento feminista, no qual resultou na libertação da mulher quanto aos seus direitos cívicos em sociedade, notamos, no trecho compreendido entre as linhas 19 e 24, que há a predominância do discurso indireto, visto que é recuperado a noção de família regida por valores do patriarcalismo, em que o homem ocupava um lugar de soberania em relação a mulher, considerando o arranjo familiar decorrente de laços de sangue, tal como observamos em Fernandes (2020) e Cancian (2016). Esse discurso aparece incorporado pelo “eu” discursivo, mas apesar de ele fazer menção à corrente de pensamento do patriarcalismo e do movimento feminista, esse discurso aparece demarcado de maneira enfraquecida, deixando por parte do/da interlocutor/interlocutora [estudantes e docentes] a recuperação desses sentidos, conforme entendemos em Santos Filho (2012). Percebamos que a menção ao patriarcalismo e ao movimento feminista não acontece de forma aleatório, dado que é empregado o recurso da alusão para fazer relação a esses fatos históricos, possivelmente, de conhecimento pelo/pela o/a interlocutor/interlocutora [estudantes e docentes].

Na sequência, no trecho entre as linhas 39 e 46, ao tratar do surgimento da engenharia genética, vemos fortemente o discurso da ciência sendo marcado, também na forma do discurso indireto, sendo utilizado o mesmo recurso da alusão, para que o/a interlocutor/interlocutora consiga acessar os sentidos que estão ali sendo produzidos, visto que precisa recuperar em sua memória discursiva esses progressos ocasionados pela engenharia genética, a exemplo do mapeamento da estrutura do DNA humano, como vimos em Barth (2005).

No trecho a seguir, compreendido entre as linhas 47 e 55, vemos a permanência do discurso indireto, por meio do recurso da alusão, através do qual o “eu” discursivo recupera noções da Constituição Federal, de 1998, no tocante às mudanças no campo do direito da

família, no qual o Art. 226; §§ 4º, 5º e 6º apresenta o reconhecimento dos diversos arranjos de família, a exemplo da família monoparental, multiparentais, homoafetivas, atribuindo também a possibilidade de dissolução do casamento, e o recasamento, tendo em vista que a afetividade se sobressai em qualquer situação.

Tendo essas transformações em mente, ao citar dados do censo do IBGE, entre os anos de 2000 e 2010, ao tratar do aumento no número de divórcios, o “eu” discursivo menciona a simplificação da Emenda Constitucional nº66, de 13/7/2010, como principal responsável, haja vista que essa medida extinguiu os prazos para os trâmites do divórcio. Vejamos essa ocorrência no trecho compreendido entre as linhas 61 e 67, no qual percebemos o discurso direto preparado sendo utilizado pelo “eu” discursivo, em que faz menção ao texto da Emenda Constitucional, mas trata essas informações dando apreciações, sendo as fronteiras enfraquecidas pelas entonações do “eu”, tal como explica Santos Filho (2012).

No parágrafo entre as linhas 68 e 81, o “eu” discursivo permanece utilizando a mesma estratégia anterior, ao tratar do reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo, citando a Resolução nº 175, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, em que autoriza os Cartórios de Títulos e Documentos do país a realizarem o casamento civil ou converter união estável em casamento a pessoas do mesmo sexo. Notemos que ao anteceder essas informações do corpo da lei, o “eu” discursivo realiza uma apreciação sobre o assunto, estabelecendo uma ligação com os assuntos anteriormente discutidos. Assim, o discurso direto preparado é empregado por ele de modo a quebrar as fronteiras rígidas dessa voz que é reproduzida, sendo enfraquecida pela sua voz através das entonações realizadas.

Ao final do artigo, enquanto reflete acerca das mudanças no tocante ao conceito de família, o “eu” discursivo afirma que essas transformações não são “o fim da família”, como muito tem sido debatido, mas acredita que seja um **novo recomeço**, trazendo a seguinte afirmação e questionamento como forma de reflexão: “as mudanças fazem parte do processo evolutivo. Fim dos tempos? Não” (p. 35). Observemos que ele utiliza novamente da alusão para fazer analogia às teorias que preveem o fim da humanidade, mas que tem um sentido maior quando recai para os escritos do campo religioso, como no livro de Apocalipse, ao qual traz previsões do dia do Juízo Final, quando o filho de Deus retornará para o acerto de contas com seus fiéis, sob o peso do pecado, que poderá dar ou não a morada no reino dos céus. Nesse sentido, se considerarmos que o Cristianismo reconhece apenas o arranjo tradicional de família, toda configuração que vá contra isso deve ser vista como erro e, conseqüentemente, pecado. Logo, quando o “eu” discursivo utiliza essa alusão se refere aos valores que a cultura heteronormativa prega, da família tradicional, e que o “desvio” desse padrão, acarretaria na

decadência dos costumes, e possível fim dos tempos. Assim, vemos a recorrência ao discurso indireto nesse trecho, haja vista que esse entendimento depende da experiência do/da interlocutor/interlocutora para acessar tais sentidos.

Tendo esse entendimento, a partir dessa leitura, já possuindo a compreensão de que esse texto é um enunciado, podemos pensar a respeito de outras questões, pertinentes à análise desse objeto. Onde esse texto nasce? Quem é que enuncia? Para quem enuncia? Que gênero é esse? Para que ele serve? Qual tema ele traz? Que diálogos se estabelecem? E por que o autor optou por essa estrutura para escrita de seu texto? De início, busquemos compreender a origem desse texto. Ao realizarmos busca no site de pesquisa Google, com o título “Normalidade e ficção”, identificamos que esse material está disposto no Portal Sesc São Paulo, na seção “on-line” da guia “conteudoteca”, em que são disponibilizados artigos de opinião dos mais diversos campos de debates sociais. Esse texto em específico, está composto por dois artigos de opinião, no mesmo formato em que foi disposto no material didático, com postagem datada em 25 de outubro de 2015, no endereço eletrônico <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9469_NOVAS+CONFIGURACOES+FAMILIARES>.

Direcionando, nesse momento, a abordagem ao primeiro artigo disposto nesse texto, que tem como título “Normalidade e ficção”, sendo esse escrito pelo psicólogo e psicanalista Paulo Roberto Ceccarelli, no qual configura o “eu” nessa relação discursiva, pensemos agora no ambiente no qual esse texto circula, que por sua vez é um artigo de opinião, estando esse disposto em uma plataforma de compartilhamento de mídias e conteúdo das mais diversas áreas, assemelhando-se a uma revista digital, tendo um público bem diversificado, que compõe o “outro” nessa relação discursiva.

De acordo com Marinho (2020), o artigo de opinião é um texto argumentativo que tem a função de expor e defender um ponto de vista sobre um determinado assunto da esfera social. É um texto que utiliza uma linguagem mais próxima da norma-padrão da língua, de modo que sua leitura seja acessível aos diversos tipos de pessoas. Para ele, esse gênero textual é muito comum no cotidiano dos sujeitos, e pode ser encontrado em jornais, revistas e *blogs*, por exemplo. Nesse gênero discursivo, geralmente, os assuntos tratados são de interesse público e possuem certa relevância no contexto em que são escritos, por se tratar de temas da atualidade, de modo a promover o debate público. Logo, nesse caso, com a inserção desse texto no material diádico, podemos inferir que se trata de uma abordagem para debates no âmbito escolar, tal como propuseram as aulas no Estágio Supervisionado II, já mencionado no início deste capítulo.

No tocante à estrutura desse texto, Marinho (2020) relata que ela é composta pela introdução, em que são apresentados o assunto abordado e o ponto de vista defendido pelo autor, sendo esse último entendido como tese. Posteriormente, temos o desenvolvimento, no qual são apresentados os argumentos que comprovem o ponto de vista. Nessa etapa, são apresentadas a fundamentação e a análise, a primeira correspondendo aos fatos, informações, dados e referências utilizadas, enquanto na segunda é realizada a relação entre essas informações e a tese defendida. Na etapa final, é apresentada uma síntese do desenvolvimento, acompanhado da tese, agora sustentada pelos argumentos.

A vista disso, notamos que o autor desse artigo traz o tema “família” para debate, fundamentando seus argumentos de acordo com o seu campo de atuação, que é a área da psicologia. Logo, sendo a referida temática, levando em consideração o momento em que esse texto foi escrito e veiculado, o ano de 2015, que por sinal, foi marcado por grandes transformações no âmbito jurídico no que se refere ao Direito da Família, tendo em vista que o amor passou a ser considerado como parâmetro na construção familiar, assim como para o ato do casamento, o que possibilitou o reconhecimento de outras formas de representação de família, firmando, desse modo, um grande avanço nas crenças e costumes sociais, o que justifica a relevância desse tema para os/as leitores/leitoras e sua inclusão como texto escolar em um livro didático

Nesse sentido, considerando esse processo de mudanças no campo do Direito da Família, em um outro artigo de sua autoria, Pereira (2017) afirma que mesmo diante de tais transformações, esse momento foi marcado pela resistência de conservadores/conservadoras, principalmente dos/das que estão do lado da denominada bancada legislativa da Bíblia, que dificultaram/dificultam o processo de formalização de evoluções no âmbito dos direitos humanos, sob a crença do natural e divino, ao qual é possível manter a moral e os bons costumes na sociedade. Contudo, ele ressalta que foi possível comemorar a aprovação do RE (Recurso Extraordinário) 898.060, em 22 de setembro de 2016, que trata da consolidação a tese da socioafetividade e da multiparentalidade, permitindo o reconhecimento da dupla paternidade e reconhecimento das mais diversas formas de filiação, indo além dos parâmetros da família biológica. Também podemos fazer menção à tramitação da RE 878.694, em 31 de agosto de 2016, que prevê a igualização de direitos entre conjugues e companheiros. Em suma, temos um período de grandes polêmicas, marcado por ações que subvertem aos costumes da cultura conservadora para dar reconhecimento a sujeitos até então marginalizados.

Tendo esse conhecimento, no que se refere à estrutura do texto, atende aos procedimentos de escrita do gênero, expondo já na introdução a tese referente ao surgimento

de novas configurações de família no âmbito social, apresentando os fatos, dados e referências no decorrer do desenvolvimento, assim como a retomada dessas reflexões para fundamentar e sustentar a tese ao final. Destarte, diante do que já discutimos anteriormente, percebemos que esse tema é de grande relevância para a sociedade do tempo em que ele circula, tendo em vista que as demandas sociais obrigam que tais debates sejam feitos, visando mudanças nas crenças e costumes em nossa cultura, assim como pela necessidade de inclusão desses sujeitos, desviantes das normas sociais, que ao longo da história são apagados por ser e viver de modo diferente do que foi adotado como padrão.

Dando sequência a essas reflexões, observamos agora o segundo artigo de opinião intitulado “Afetividade e vínculos”, escrito Rodrigo da Cunha Pereira, em que configura o “eu” nessa relação discursiva, estando esse em circulação em uma plataforma de compartilhamento de mídias e conteúdos diversos, tal como já discutimos anteriormente, tendo o público em geral como o “outro” nessa relação discursiva. Considerando os conhecimentos de Marinho (2020) a respeito do gênero artigo de opinião, e visando dar continuidade às reflexões impostas pelos questionamentos já realizados anteriormente, no tocante à estrutura do texto, observamos que esse atende aos parâmetros descritos, apresentando já na introdução como tema “o conceito de família”, apontado o seu ponto de vista em relação ao tema, afirmando que a família é um fenômeno da cultura e não da natureza. No corpo do texto, vemos que são apresentados os argumentos que sustentam esse ponto de vista adotado pelo autor, no qual ele aponta as mudanças na legislação para o reconhecimento dos mais variados arranjos de família existentes na sociedade, bem como a influência do afeto nas relações dos sujeitos. Ao final do texto, é apresentada uma síntese das discussões, de modo a sustentar e justificar sua tese com os argumentos expostos. Logo, esse texto atende aos requisitos do gênero textual.

Pensando o porquê da escolha dos autores para a construção do texto nesse formato, e ao considerar o contexto ao qual esses textos surgem, vemos que há a necessidade em se discutir um tema polêmico e de grande relevância para a sociedade, o que se torna possível através do artigo de opinião, já que nesse gênero o autor pode expor o seu posicionamento sobre o tema, trazendo argumentos coerentes, de modo que possa sustentar o seu ponto de vista, tal como vemos nos textos de Ceccarelli e Pereira, com o objetivo maior de promover o debate público em relação ao assunto.

Nesse contexto, ao realizar uma leitura mais aprofundada dos textos, podemos refletir acerca dos discursos que ecoam nesses artigos de opinião. No primeiro artigo, Ceccarelli estabelecendo diálogos com discursos situados nos campos da psicologia, biologia e da religião. Já no segundo artigo, vemos Pereira traçando diálogos com discursos do campo do direito, da

biologia e da filosofia feminista. Assim, pensando a intertextualidade, algumas reflexões são pertinentes ao nosso estudo. Quais enunciados são mobilizados nesses textos? De que forma essas citações são feitas? Como os recursos linguísticos são mobilizados para sustentar essas citações? Em qual relação esse texto está situado?

Antes de pesarmos a respeito dessas questões é necessário voltarmos as discussões realizadas no início desse capítulo na seção sobre aspectos metodológicos, na qual observamos que a intertextualidade pode ser entendida como a relação de co-presença entre dois ou mais textos, ou melhor dizendo, é o complexo de relações que um texto estabelece com outro, ou com uma propriedade constitutiva do texto, podendo essa relação estar declarada ou não, conforme discute Gonçalves (2017). Nesse aspecto, a autora afirma que no entrecruzamento das vozes há a presença de diversas posições ideológicas que adentram na constituição do discurso, visto que essas vozes são um eco de outras vozes, situadas em seu tempo, história, valores e cultura de determinado grupo social. Dessa maneira, é necessário termos em mente que esse texto não é uma representação da realidade, visto que a língua deve ser tomada como ação, como atividade que ela regula. Logo, sendo esse texto um enunciado, pensemos a respeito dos seguintes questionamentos para entendermos o seu funcionamento: Qual a noção de língua adotada? Qual a noção de sujeito? Qual a influência desse texto para a vida dos sujeitos em processos de escolaridade, quando se torna texto escolar?

A língua, por sua vez, deve ser entendida como ação, visto que surge da necessidade de o sujeito dizer algo ao outro, em decorrência da necessidade de se unirem em grupo, formando uma comunidade, tal como descreve Santos Filho (2012), ao refletir acerca das considerações de Volochinov ([1929a)1993). Logo, a língua(gem) deve ser pensada como atividade coletiva na qual os sujeitos passam a ter objetivos em comum. Nesse sentido, levando em conta as ideias do círculo de Bakhtin, Filho e Torga (2011) afirmam que língua não é um sistema abstrato de signos, tampouco deve ser vista como expressão do pensamento individual, já que ela se torna uma atividade essencialmente social ligada às condições inquestionáveis de comunicação entre os falantes, devendo essa ser compreendida em seu uso real, no âmbito de sua capacidade de evolução através do tempo e no seu modo de existência atrelada à comunidade discursiva à qual está vinculada (cultura, história, tempo etc.).

De acordo com Santos Filho (2015a), tendo como base as ideias de Judith Butler e dos estudos enunciativos-discursivos, o sujeito é interativo e situado, tendo em vista a sua existência não anterior ao discurso, já que não há uma identidade primária a ser descrita. Em Santos Filho (2015c), compreendemos que esse sujeito não é assujeitado, pois ele fala e age, e está inserido em *scripts* de esquemas normalizadores de inteligibilidade, ou seja, estão inseridos em cenas

discursivas de interpelação. Logo, esses sujeitos não são soberanos de suas ações, sendo efeitos de poder, visto que só se tornam sujeitos se cumprirem as normas culturais.

Tendo esse saber, esse texto/enunciado deve ser entendido como projeto performativo, visto que tenta categorizar vidas, tenta categorizar os sujeitos e suas relações. Assim, é do nosso interesse pensar as enunciações como “‘decisões’ sobre corpos, no sentido de que desencadeiam um processo de ‘fazer’ um corpo, de fazer um sujeito, dentro das convenções culturais” (SANTOS FILHO, p. 1, 2015c). Dessa forma, analisando esse texto como um todo, que comporta esses dois artigos de opinião, em que discutem as novas configurações familiares, buscamos compreender o projeto performativo desse para a sociedade. Lembremos que circulam numa plataforma virtual de compartilhamento de mídias, tendo como leitor/leitora o público em geral. Assim, esse texto vem problematizando essa noção de família tradicional/família natural formada por homem e mulher, com filhos/filhas biológicos/biológicas. Tendo oposição a essa visão, os autores vão desconstruindo tal ideia e vão construindo sentidos que validam outros arranjos de família, a exemplo da família recomposta, família monoparental, família adotiva, família por produção independente e por procriação artificial. A vista disso, podemos entender que o papel performativo desse texto é o reconhecimento da família eudemonista.

De acordo com Madaleno (2018), o termo “família eudemonista” é utilizado para fazer referência ao núcleo familiar que tem como objetivo a felicidade individual, vivendo, dessa forma, um processo de emancipação de seus membros. Logo, para o Direito da Família, o que prevalece é o direito pela conquista da felicidade a partir da afetividade. Assim,

[...] Na sua versão atual do “Estatuto das Famílias” do IBDFAM, o artigo 3º protege a família em qualquer de suas modalidades e as pessoas que a integram, e expõe em sua “justificativa” que, além do casamento, o “Estatuto das Famílias” regula a união estável, a família parental, na qual se inclui a família monoparental e a pluriparental e, bem assim, atende às famílias que se constituem com egressos de vínculos afetivos anteriores que formam as famílias reconstituídas (MADALENO, 2018, p. 69).

Na sequência temos uma imagem ilustrativa sobre os diferentes tipos de família. A imagem está publicada no *Facebook* na página do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a legenda “As famílias são de diferentes tipos e tamanhos”⁷. Nessa ilustração, podemos

⁷Disponível no link <<https://www.facebook.com/JusticaGovBr/photos/a.264848146991103/503733719769210>>, com acesso meu em 26 de fevereiro de 2021. Datada em 8 de dezembro de 2014.

perceber que são apresentados seis tipos de famílias. A primeira formada por duas mulheres e uma criança, sendo que na terceira percebemos a presença de uma criança e dois homens, ilustrando uma família homoafetiva. Enquanto na segunda temos uma família formada por um homem, uma mulher e uma criança, ilustrando uma família tradicional. Ao mesmo tempo em que a quarta demonstra uma família formada por um homem e uma mulher de mais idade com duas crianças, que pode ilustrar uma possível família adotiva. Já na quinta e sexta, temos uma mulher com duas crianças e um homem com duas crianças, respectivamente, ilustrando uma família monoparental, ou ainda uma família de produção independente.



Figura 16: As famílias são de diferentes tipos e tamanhos

Fonte: Disponível em: <As famílias são de diferentes tipos e tamanhos>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

Pensemos agora ambos os textos em sua inserção no material didático, levando em conta os/as agentes envolvidos/envolvidas nesse processo, o autor do livro didático, o/a educador/educadora e os/as estudantes: Qual é o propósito da esfera escolar? Quem são os sujeitos nessa esfera escolar? Qual a função do/da professor/professora? Qual a função do/da aluno/aluna? Qual é a função do livro didático?

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a escola tem o papel de fornecer a educação aos sujeitos, visto que

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, nessa relação de ensino e aprendizagem, temos como principais agentes o/a professor/professora e os/as alunos/alunas. De acordo com Bulgraen (2010), o/a professor/professora tem como papel ser promotor do conhecimento, assumindo uma postura de mediador/mediadora, de modo a se colocar como intermediário/intermediária entre o/a estudante e o conhecimento, no intuito de despertar o pensamento crítico no/na aluno/aluna. Já o/a aluno/aluna deve ser um/uma agente ativo/ativa na produção do conhecimento, de modo que possa participar dos debates, trazendo questionamentos e argumentos, posicionando-se de maneira crítica, a favor ou contra aquilo que está sendo abordado, tal como argumenta Belotti e Faria (2010).

Desse modo, o livro didático tem a função de orientar e auxiliar o aprendizado do/da estudante, sendo uma ponte de acesso à informação, por trazer informações das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, o livro didático se torna uma base do ensino e aprendizagem, tanto para o/a educador/educadora quanto para o/a educando/educanda, conforme discute Barreto (2020). Considerando agora a relação ensino e aprendizagem, visto que esses textos passam a compor o material didático de estudantes do Ensino Médio, pensemos a respeito de algumas questões: Quem é que fala? Quem é que vai assumindo essa voz? Com quem se fala? Quais são os papéis agora? Qual é o objetivo dessa unidade didática? Que papel performativo acontece quando é mobilizado esse texto jornalístico para a esfera escolar?

Pensando a respeito do primeiro questionamento, notamos que nesse texto quem fala são os autores Ceccarelli e Pereira, cada um situando seu discurso dentro de seu campo de atuação profissional, mas tendo como aspecto em comum a desconstrução da noção de família tradicional como a única válida em nossa sociedade. Vejamos que o organizador do livro didático, Faraco (2016), ao inserir os artigos de opinião como gênero intercalado, traz as vozes dos articulistas por completo e, assim, vai assumindo essa voz dentro da proposta de estudo, conforme vai mobilizando os textos e suas atividades para atender ao objetivo do capítulo. Logo, tendo em vista que essa proposta faz parte do material didático destinado à rede pública de ensino, no terceiro ano do Ensino Médio, temos configurado como o outro, com quem se fala, nessa relação dialógica, os/as estudantes e a/o professor/professora do final da educação básica.

À vista disso, vemos que esse texto visa imprimir sentidos válidos a respeito de questões sobre a noção de família e questões de gênero e sexualidade, tendo o organizador do livro didático como o “eu” nessa relação dialógica, ao assumir, ao se filiar, a voz dos autores dos artigos de opinião, realizando uma tentativa de fazer os/as discentes e docentes pensarem sobre o objeto em questão. Assim sendo, essa unidade didática, que é uma seção à parte do livro, visa o estudo e a prática da escrita do texto, na qual são estudados a resenha, o resumo e a síntese, mas não só.

Logo, tendo em vista as discussões já realizadas no decorrer desse capítulo, levando em consideração o papel performativo interpelativo do texto em questão, em que vimos a produção de sentidos que autorizam os mais diversos arranjos de família, formações na qual podemos reconhecer através da noção de família eudemonista, tal como descreve Madaleno (2018), temos então essa noção de família como potencial para compor o projeto performativo interpelativo com função educacional nessa relação de ensino e aprendizagem entre docentes e estudantes do terceiro ano do ensino médio da rede pública de ensino.

Dessa maneira, além da unidade didática propor o estudo do texto, trazendo-o como parte de sua proposta de intervenção, ela mobiliza conhecimentos de outras de outras áreas, visto que esse texto está regulando outras coisas, não estando restrito apenas ao estudo da resenha, do resumo e da síntese, haja vista que perpassa por questões sobre família e questões sobre gênero e sexualidade. Assim, teríamos esse objeto de interesse ao debate público, sendo tratado na sala de aula, de modo a produzir conhecimentos que reflitam na vida desses/dessas professores/professoras e alunos/alunas. Mas, e as atividades propostas possibilitam tal ampliação?

As atividades

O “Texto A”, do “Texto 7”, “Normalidade e ficção”, está acompanhado de exercícios que atendam à proposta desse capítulo, ou seja, o estudo da resenha, do resumo e da síntese. Ao observar as questões propostas aos/às estudantes como atividade de prática de texto, podemos perceber que essas se voltam para aspectos característicos dos gêneros resumo e síntese. Nas questões 29 e 30, notamos que o/a estudante é orientado/orientada a observar a ideia central e os conceitos gerais presentes em cada um dos artigos de opinião, devendo se atentar para a problemática central dos textos, para que, dessa forma, possa construir o resumo. Vejamos a seguir o recorte dessas atividades no livro didático:

- 29 Na linha fina, abaixo do título *Novas configurações familiares*, já se anunciam as questões polêmicas discutidas nos textos:

Hoje, é cada vez mais comum o surgimento de famílias monoparentais, homoparentais e multiparentais, entre tantas outras. Será que a lei brasileira está pronta para acolher essas famílias? Como a sociedade deve se adaptar a esses novos arranjos?

Você já conhece a técnica do resumo. Utilizando-a, tal como você fez ao resumir o texto de Carl Sagan, faça o resumo de cada um dos dois artigos de opinião, destacando as ideias e os conceitos-chave, empregados pelos respectivos autores. Nos seus dois resumos, você deve procurar colocar em evidência as “respostas” ou os “encaminhamentos” que cada autor deu à questão polêmica.

- 30 Do mesmo modo que fez anteriormente, depois de feitas as primeiras versões dos dois resumos, reúna-se em pequenos grupos com alguns colegas e, no grupo, comparem os resumos feitos para cada artigo. Nessa comparação, talvez você perceba que deixou de mencionar alguma ideia ou algum conceito-chave que seus colegas citaram, ou note que seu resumo ficou extenso em comparação com os deles. Após a comparação, pode ser que você queira fazer alguma modificação no seu texto para melhorá-lo. Quando chegar a uma versão final de cada resumo, guarde-o.

Figura 17: Texto 7: Atividades
Fonte: FARACO (2016).

A questão 31 é voltada para a escrita da **síntese**, tendo como ponto de partida o **resumo** realizado com base nas instruções das questões 29 e 30. Na proposta dessa questão, alguns aspectos são descritos no enunciado, como a ideia central em comum entre os textos, que são as **novas** estruturas familiares no Brasil, e o questionamento que é posto em ambos, no qual se interroga se a sociedade brasileira possui capacidade para se adequar a essa realidade. Assim, ao considerar esses pontos, o estudante é orientado a listar aspectos em forma de tabela, dividindo essa **problemática** central em mais três perguntas, visando correlacionar as informações dispostas em cada texto, para assim elaborar a **síntese**. Vejamos os recortes da referida questão no livro didático:

qual observamos o texto sendo tratado em sua materialidade para o estudo do resumo, resenha e síntese.

Se considerarmos o papel da escola na formação dos sujeitos para a vida em sociedade, vemos possibilidades de aprendizado sendo minimizadas pela proposta de atividades, mesmo o autor do livro didático mobilizando temas importantíssimos para a formação desses/dessas estudantes, temas esses que estavam/estão em ênfase nos debates traçados nas mais variadas instâncias dessa sociedade. Por isso, tal proposta de atividade estaria minimizando a capacidade desses sujeitos em formação, como sujeitos ativos e participativos na sociedade.

Dessa forma, podemos pensar a relevância desse tema ao considerarmos o contexto em que esses enunciados circulam. Conseguimos recuperar a discussão em torno da elaboração dos planos educacionais, a qual já tratamos no capítulo 3, com as abordagens de Santos Filho (2016). Sabendo que o livro didático, de certa forma, é produzido atendendo as demandas de mercado e, nesse caso em específico, temos a resistências aos estudos de gênero e sexualidade, sob a menção do ensino a “ideologia de gênero”, sendo essa uma interpretação equivocada, nas palavras de Santos Filho (2016), que afirma haver uma grande resistência por parte da bancada evangélica que se fez presente nas audiências de elaboração desses planos educacionais, entre os anos de 2014 e 2015, em que o legislativo adotou como pauta a inclusão ou não dos estudos de gênero e sexualidade nos planos educacionais para a Educação Básica Brasileira.

Nessas circunstâncias, Santos Filho afirma que essa noção de “ideologia de gênero” é tomada como “ideologia feminista”, ao refletir acerca das ideias de Scala (2014), para quem a mulher não foi oprimida historicamente, ao destacar que a noção de ideologia feminista só fez com que o conceito de gênero fosse ampliado, sendo esse entendido como produto social, não mais estando atrelado à dimensão biológica, na qual se acredita na existência de uma essência do sujeito atrelado ao sexo. Assim, Santos Filho (2016) reitera que ele dá somente importância à diferença biológica e não à construção desse sujeito mediante os aspectos sociais e discursivos.

Consequentemente, nessa compreensão de Scala (2014) em relação a construção dos sujeitos, a mulher ganharia mais autonomia, de modo a conseguir competir diretamente com o homem, o que pode acarretar na formação de um “**novo** mundo”, no qual a cultura feminista se sobressairia em relação à cultura androcêntrica e patriarcal, sendo esse o medo que se instala por traz da noção de “ideologia de gênero”, e que tanto amedronta as relações nessa cultura heteronormativa, bem como a família que comunga de valores tradicionais, tal como argumenta Santos Filho (2016), sendo esse o motivo propulsor da defesa de sua abolição dos currículos da educação básica.

Como ilustrativo de tal resistência aos estudos de gênero e sexualidade, também vimos nas discussões do capítulo 3, o caso do professor Daniel, de São José da Tapera, no Sertão de Alagoas, que elaborou um projeto em uma das escolas de Ensino Médio em que atuava como educador, no qual teve como tema “Diário de Gente: Gênero e Sexualidade na Escola”, que tinha como objetivo gerar discussões sobre questões de gênero e sexualidade, de modo que os/as estudantes pudessem refletir acerca das diversas maneiras de se viver no tocante à identidade de gênero e orientação sexual, explanando os vários conceitos nesse campo, visando superar o preconceito no ambiente escola. Essa proposta repercutiu de maneira negativa, viralizando na internet até chegar na Assembleia Legislativa, sofrendo críticas pesadas do deputado Bruno Toledo, que impulsionava a assembleia a tomar providências severas sobre o caso, colocando o professor em um cenário de medo e insegurança, haja vista as diversas mensagens de ameaças, recebidas pelas redes sociais, contra sua vida e a de seus familiares.

Nesse sentido, Lobo (2016) reconhece a escola como espaço no qual deve ocorrer o processo de ensino e aprendizagem, haja vista que essa instituição tem como papel a socialização do saber sistematizado, tendo em conta que o conhecimento deve ser difundido às novas gerações. Assim, a escola cumpre um papel fundamental no processo de formação do sujeito, de modo que possa instruir esse como cidadão ativo e participativo em sociedade, exercendo seu papel de forma crítica. Contudo, ela destaca que a escola jamais deve entrar em conflito com a educação dada pelos pais, devendo o(a) professor(a) saber conduzir o conhecimento no espaço da sala de aula, sem afrontar os valores dados pela família.

Para Lobo (2016), sob a luz do ensino da “ideologia de gênero”, a educação passaria a ser de total domínio do Estado, o que acarretaria na compreensão de que as pessoas deveriam ser educadas como assexuais, excluindo a ideia de a masculinidade e feminilidade como reflexo de processos naturais de cada sujeito, ocasionando, dessa forma, ameaças a existência das famílias, já que a heterossexualidade também estaria ameaçada. Assim, ser menino ou menina é algo que dependeria da vontade de cada um/uma, devendo a escola ensiná-los/las dessa forma.

Por consequência, Lobo (2016) acredita que contemplar esse tipo de estudo nos planos educacionais não seria uma forma de combater o preconceito e a discriminação, mas um meio de propagar a revolução cultural. Como efeito, ela defende que a escola, no seu aspecto científico e de informação intelectual, não pode inventar “novos gêneros” para satisfazer apenas minorias ou majorias, já que essas questões de sexualidade vão além do âmbito individual, já que para compreender esses comportamentos e valores pessoais é preciso entendê-los mediante questões sociais e culturais.

Para Lobo (2016), os PCNs permitem que o/a educador/educadora aborde temas transversais, como natureza e diversidade, por fazerem parte do cotidiano dos/das alunos/alunas, a fim de desenvolver o seu senso crítico, dando ao/a estudante a capacidade de identificar situações de risco em todos os campos do conhecimento, inclusive em relação à sexualidade, que deve ser vista em sua legitimidade e não apenas no âmbito sexual. Por conta disso, o/a professor/professora deve ter habilidade para avaliar esses conteúdos, evitando que fira a integridade da educação moral recebida através da família.

Nesse sentido, Lobo (2016) acredita ter se tornado uma tarefa difícil, com a ideia de “ideologia de gênero”, que não é um tema transversal, mas uma ideologia, propriamente dita, que chega à escola em forma de imposição, sem se preocupar com os efeitos nocivos causados no/na aluno/aluna, sujeitos esses que estão em formação. Para ela, na tentativa de usar a “ideologia de gênero” como ferramenta para superar as diferenças e desigualdades, bem como a opressão vivida por alguns/algumas, é esquecido que essas diferenças também devem contemplar as famílias tradicionais com suas tradições, incluindo a religião, temas aos quais ficam às margens dos parâmetros e bases curriculares, sendo alvo de preconceito e intolerância quando discutidos. Em suma, para essa psicóloga evangélica, o/a professor/professora pode trabalhar pela perspectiva da pluralidade e da diversidade, mas o que não deve ocorrer é a desconstrução da sexualidade da família e dos/das estudantes.

Em meio a essas discussões, é possível que essas ideias, tais como as de Lobo (2016) e de Scala (2004), estejam instaladas por trás construção desse livro didático, que apesar de mobilizar conteúdos que permitam a reflexões acerca da interface linguagem, gênero e sexualidade, deixa passar despercebidas, haja vista que não é dada a devida importância aos temas nas propostas de atividades. Provavelmente, esse conservadorismo e resistência aos estudos de gênero e sexualidade ainda se fazem presentes na escola e nos materiais didáticos devido a essas circunstâncias.

Portanto, tendo em mente esse contexto de resistência na qual a educação se encontra, sob a ideia equivocada de “ideologia de gênero”, que negligenciam os estudos de gênero e sexualidade na escola, tal como argumenta Santos Filho (2016), notamos que discutir assuntos desse campo ainda causam estranhamento por parte da sociedade, tal como vimos no caso do professor Daniel, e nos casos de preconceito e *bullying*, que são cada vez mais comuns na escola, conforme relatou Pereira (2017), ao tecer uma análise de cenas vivenciadas entre alunos no seu cotidiano como professor. Notamos assim a importância desse texto, composto de dois artigos de opinião, que se propõem a discutir sobre o conceito/ideia de família, de modo a desconstruir a visão tradicional dada pela sociedade, e ao reconhecer que o arranjo familiar é

sustentado pelo valor afetivo e não pelos parâmetros biológicos, enfatizados pela religião como natural.

Assim, ao trazer tudo o que foi abordado até aqui nesse capítulo, e recuperando a cena vivenciada por mim no Estágio Supervisionado II , durante a exposição de um seminário na aula de Redação do 3º ano, com o tema “A complexidade da homofobia”, que motivou uma aluna assumir sua bissexualidade perante a turma e a professora, relatando experiências no processo de aceitação de sua família, encontramos uma situação semelhante no material didático, visto que tal como naquela aula, o conteúdo no livro didático poderia ter sido melhor explorado, haja vista que o espaço da sala de aula é um espaço em que se desenvolve o pensamento crítico e se forma conhecimento e opiniões. Todavia, lá passou despercebido pela professora, o que pode ter sido motivado pela falta de formação em educação *queer*, que permitisse pensar dessa maneira, mesmo contando com materiais didáticos, a exemplo do livro 3, da coleção “Língua Portuguesa: linguagem e interação”. Desde lá, esse livro poderia ter sido usado como ferramenta no debate e construção desse conhecimento, de modo a desconstruir conceitos enraizados nessa sociedade, que excluem pessoas e disseminam o preconceito. Materiais assim não podem ser minimizados, tendo em vista o papel performativo e educacional dessa unidade didática, sendo esse trabalho de grande relevância para os/as agentes da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este estudo, buscamos compreender se os conteúdos de gênero e sexualidade aparecem na disciplina de Língua Portuguesa na educação sistematizada, mais especificamente no Ensino Médio, 3º Ano, em uma unidade de livro didático. Tal abordagem se faz necessária e teve como objetivo entender se a interface língua(gem), gênero e sexualidade é trabalhada como objeto de estudos no material didático da rede pública de ensino, na cidade de Paulo Afonso/BA, situada no quadrilátero sertanejo. Com a realização do estudo, constatamos que o objetivo geral foi atendido, pois o estudo conseguiu interpretar que conteúdos sobre gênero e sexualidade, sobre “novas configurações familiares”, aparecem na proposta didática junto aos estudos sobre língua(gem) e texto, mas que não são enfatizados.

É importante considerar que foi da minha vivência no Estágio Supervisionado II que surgiu a inquietação em fazer pesquisa nesse campo, pois foi a partir desse Estágio que pude me questionar a respeito dos possíveis caminhos que aquela aula de Redação, com a proposta de apresentação dos seminários, incluindo aí homofobia e a declaração de sua bissexualidade de uma aluna, podia ter seguido, tendo em vista o papel do professor frente à condução do aprendizado desses sujeitos em formação, podendo, então, pensar a respeito das ferramentas didáticas que estavam disponíveis para auxiliar as discussões naquela aula.

Para tal, como propomos na construção do nosso trabalho, inicialmente tomamos conhecimento sobre como a Linguística *Queer* se configura enquanto campo de pesquisa, buscando realizar um breve resumo histórico, e um panorama do que tem sido produzindo nesse campo desde a sua introdução no Brasil com Rodrigo Borba até os tempos atuais, bem como a abordagem de suas principais ideias e conceitos. Na sequência, falamos sobre os estudos de gênero e sexualidade na educação sistematizada, acentuando a problematização da interface língua(gem), gênero e sex(o)ualidade, buscando compreender como a “educação sexual” foi organizada nos últimos anos, pensando o contexto de rejeição à abordagem de gênero e sexualidade na escola, partindo da ideia de “ideologia de gênero”, refletindo acerca da necessidade de tais estudos, considerando a escola frente a esse contexto e a necessidade de rupturas. Por fim, realizamos a análise, ponto crucial de nossa pesquisa, na qual realizamos um recorte de uma unidade didático, para discutir a respeito e gerar algumas considerações. Assim, buscamos entender a esfera na qual esses textos circulam, bem como os sujeitos envolvidos nessa relação discursiva, em que circula uma proposta didática, que é também de vidas.

Com a realização dessa leitura, conseguimos entender o projeto performativo de cada texto, bem como as estratégias mobilizadas pelos autores de cada artigo de opinião, pensando a sua inserção no material didático, enquanto ferramenta escolar educativa em língua portuguesa, visando notar se as atividades propostas viabilizam ou não tais reflexões, bem como se essas propostas de textos atendem ao objetivo em questão do capítulo, que é o estudo da resenha, resumo e síntese. Na análise, com o recorte do *corpus*, percebemos que os conteúdos de Língua Portuguesa nos permitem pensar para além das questões do texto e da língua, haja vista que esses textos/enunciados estão mobilizando outros conhecimentos, a exemplo de saberes sobre família e questões de gênero e sexualidade, que podem e devem ser refletidas no ambiente escolar.

Com a realização desse trabalho, notamos que os conteúdos de gênero e sexualidade se fazem presentes nas aulas de Língua Portuguesa, haja vista que o livro didático traz esse conteúdo, mas não conduz o/a professor/professora a trabalhá-los em sala, ficando esses restritos à sua materialidade textual. Assim, vemos a necessidade do/da docente possuir uma formação que lhe permita traçar esse caminho, a exemplo da formação em educação linguística *queer*, que, se a professora do Estágio possuísse, teria conseguido conduzir de forma mais produtiva as discussões da referida aula.

Nessas circunstâncias, é necessário assumir a postura do “estranhamento *queer*”, que foi necessário para o nosso estudo, haja vista a necessidade de inquietude e questionamentos a tudo ou qualquer sujeito ou prática que se apresente como “normal”, “natural” ou “inquestionável”, tal como relata Louro (2007). Dessa forma, o/a professor/professora precisa ter essa postura de “estranhamento *queer*” em suas aulas, para pensar a cultura, a sociedade, e até mesmo para pensar o próprio pensamento, para que não se permaneça reproduzindo os parâmetros da heteronormatividade, que prescreve a lógica binária de continuidade e coerência entre sexo-gênero-sexualidade, na qual coloca como impensável/ininteligível tudo que vá contra esse contínuo, conforme argumenta essa pesquisadora.

Com isso, vemos que foi necessário realizar uma busca mais aprofundada no livro didático para percebermos que é possível trabalhar questões de gênero e sexualidade nas aulas de Língua Portuguesa, sendo possível graças a realização de uma leitura mais aprofundada do material, adotando uma postura de “estranhamento *queer*” nos estudos da língua(gem). Assim, com a realização desse trabalho, espero que outras pesquisas surjam, gerando mais conhecimento para o campo dos estudos da língua(gem) em perspectiva *queer*, e que os/as professores/professoras da educação básica possam ter acesso a trabalhos como esse, para que possam rever suas práticas pedagógicas, visando um ensino que vá além do que é posto como

“normal”, natural” e/ou “inquestionável”, problematizando a língua, a linguagem e o texto, e a vida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Karina Azevedo Simões. **Multiparentalidade**: conceito e consequências jurídicas de seu reconhecimento. 2014. Disponível em <<https://karinasabreu.jusbrasil.com.br/artigos/151288139/multiparentalidade-conceito-e-consequencias-juridicas-de-seu-reconhecimento>>. Acesso em 18 de ago. de 2021.
- AFETIVIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/afetividade/>>. Acesso em: 08/10/2020.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALKMIM, Tânia Maria. **Sociolingüística**. In. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%**. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. [1929]2004. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec.
- BARROS, Patrícia Marcondes de. **A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro**. Revista NUPEM, v. 9, n. 18, 2017.
- BARTH, Wilmar Luiz. **Engenharia genética e bioética**. V. 35. Rev. Trim. Porto Alegre. 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, Vol.2: A Experiência Vivida**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELOTTI, S. H. A.; FARIA, M. A. de. **Relação professor/aluno**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, São Roque 1.1, 2010.
- BEZZERA, Juliana. **Religião**. Portal Toda Matéria. 2019. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/religiao-conceito-tipos/>> Acesso em: 08/10/2020.
- BÍBLIA SAGRADA. **Ave Maria**. Edição Clarentiana. São Paulo: Ave Maria, 2004.
- BOHN, Hilário Inacio. **Ensino e aprendizagem de línguas: os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas**. In. MOITA LOPEZ, Luiz Paulo da (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- BORBA, Rodrigo. **Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitárias para os estudos da linguagem**. Entrelinhas. vol. 9, n. 1, jan./jun., 2015.
- BORBA, Rodrigo; LIMA, Fátima. **Por uma educação rizomática: sobre as potências queer, a política menor e as multiplicidades**. 2 ed. Periódicus. nov. 2014 / abr. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BULGRAEN, Vanessa Cristina. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento**. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCIAN, Renato. **Feminismo - Movimento surgiu na Revolução Francesa**. UOL. 2016. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em 18 de jul. de 2019.

CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo** / Celso Cunha, Lindley Cintra. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JÚNIOR, José Hamilton. **Língua Portuguesa: linguagem e interação**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2016.

FERNANDES, Cláudio. **"Família patriarcal no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

FICÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/ficcao/>>. Acesso em: 08/10/2020.

FINEGAN, Edward. Prefácio (Queerly Phrased). In. LIVIA, Anna Livia; HALL, Kira. **Queerly phrased: language, gender and sexuality**. New York: Oxford University Press, 1997.

FRANCO-ASSIS, Greice Ayra; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. **Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.2, p.13662-13680 feb. 2021.

GONÇALVES, Maria Silva. **O mundo na sala de aula: intertextualidade nos anos finais do ensino fundamental**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2017.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HENNIGEN, Ines. **A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos**. Psicologia da Educação, n. 23, 2006.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. **Linguagem e Masculinidade**. In. HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Temas em antropologia e linguística. Recife: Bagaço, 2010.

IZAAL, Renata. **‘O segundo sexo’ chega aos 70 anos. Mas será que a obra de Simone de Beauvoir continua relevante?**. O Globo. [S.I.] 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/celina/o-segundo-sexo-chega-aos-70-anos-mas-era-que-obra-de-simone-de-beauvoir-continua-relevante-23642921>>. Acesso em 31 de jul. de 2019.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2012.

LIVIA, Anna e HALL, Kiria. **“E uma menina!”**: a volta da performatividade à linguística. *In*. OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.

LOBO, Marisa. **A ideologia de gênero na educação** – como esta doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais. Curitiba: Marisa Lobo Ministério. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **O “estranhamento” queer**. Labrys - Estudos Feministas . jan. / jun. 2007.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MADEIRO, Carlos. **Barroso suspende lei inspirada no Escola sem Partido em Alagoas**. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/03/22/stf-suspende-lei-de-alagoas-que-pune-opiniao-de-professor-em-sala-de-aula.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de fev. de 2020.

MARINHO, Fernando. **Artigo de Opinião**; Português. Disponível em: <<https://www.portugues.com.br/redacao/artigo-opiniao-.html>>. Acesso em 6 de maio de 2020.

MCBETH, Mark. **Queerly phrased**: language, gender and sexuality (resenha). Journal of Advanced Composition (JAC). vol. 20, n 04, 2000.

MISKOLCI, Richard. **O que é o Queer?** In. I Seminário Queer. 2015. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ar19rH0H6IM>>. Acesso em 09 de abril de 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Contemporaneidade e construção do conhecimento na área de estudos linguísticos**. *In*. SCRIPITA, Belo Horizonte, vol. 7, n. 14, p. 159-171. 1º sem. 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Gênero, sexualidade, raça, em contextos de letramentos escolares**. *In*. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Linguística Aplicada na modernidade recente. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Uma linguística aplicada mestiça e ideológica**: Interrogando o campo como linguista aplicado (Introdução). *In*. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-27.

NORMALIDADE. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/normalidade/>>. Acesso em: 08/10/2020.

PATERNIDADE. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/paternidade/>>. Acesso em: 08/10/2020.

PEREIRA, Daniel. Enunciados de ódio como prótese/bengala para a masculinidade hegemônica no sertão alagoano. *In*. SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos (Org.). **Linguística**

Queer: da fala/discurso de “sujeitos queer” às normatividades e subversões linguístico-discursivas. 2017.

PEREIRA, Lucila Conceição. **Movimento Escola sem Partido.** Disponível em <<https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>>. Acesso em 14 de fev. de 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Conceito de família está cada vez mais organizado e autêntico.** 2017. Disponível em <<https://www.rodrigodacunha.adv.br/conceito-de-familia-esta-cada-vez-mais-organizado-e-autentico/>>. Acesso em: 08/10/2020.

PORTAL BLASTINGNEWS. **Como está o cristianismo no Brasil?** Disponível em <<https://br.blastingnews.com/brasil/2016/01/como-esta-o-cristianismo-no-brasil-00721567.html>>. Acesso em 18 de ago. de 2019.

PORTAL G1 AL. **Ministro do STF suspende Lei 'Escola Livre' em decisão provisória.** Disponível em <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/03/ministro-do-stf-suspende-lei-escola-livre-em-decisao-provisoria.html>> Acesso em 15 de fev. de 2020.

RAMALHO, Carolina G.; LAZO, Aida Verdugo; MAGALHÃES, Maysa S. de. **Divórcio no Brasil:** proposta de uma taxa de coorte. 2010.

RECASAMENTO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/recasamento/>>. Acesso em: 08/10/2020.

RIBEIRO, Igor. **Polêmica sobre atividade de Identidade de Gênero em Escola de São José da Tapera; Professor sofreu ameaças.** Disponível em <https://minutosertao.cadaminuto.com.br/noticia/13065/2017/09/15/polemica-sobre-atividade-de-identidade-de-genero-em-escola-de-sao-jose-da-tapera-professor-sofreu-ameacas?fbclid=IwAR3vhDQlr3eznfOqJKN7jyI7n2oJ1brob5ni_IOknGgm2a6JYiilKGQSJHE>. Acesso em 5 de fev. de 2020.

RIOS, Fernanda de Melo. **Paternidade socioafetiva e a impossibilidade de sua desconstituição posterior.** Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2012.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência de uma linguística queer.** In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015c.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Do dialogismo Bakhtiniano:** interdiscurso e intertextualidade. Arapiraca: UNEAL, 2012.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **“Ideologia de Gênero”:** interpretação equivocada, repetição do equívoco. Bagoas – Estudos de Gays: Gênero e Sexualidades. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vol. 10, n. 15, 2016. p. 33-58.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Linguística Queer:** na luta discursiva, como/sobre prática de resignificação. In. SILVA, Danilo da Conceição Pereira; MELO, Iran Ferreira de; CASTRO, Lorena Gomes Freitas de (Org.). Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso. Aracaju: Criação, 2017b.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Linguística Queer** - para além da lígua(gem) como expressão do lugar do falante. *In*. SILVA, Antônio de Pádua Dias da (Org.). *Escrit@s sobre gênero e sexualidade*. São Paulo: Scortecci, 2015a.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **O corpo em cenas de (re)construção da sexualidade: uma perspectiva Queer de leitura**. 2019.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **Processos de pesquisa em linguagem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades**. Recife: Pipa Comunicações, 2017a.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Preâmbulo para uma linguística queer** - gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguísticodiscursivos. *In*. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015b.

SIGNORINI, Inês. **Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada**. *In*: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda do Couto (Org.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.

SUBJETIVAR. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/subjetivar/>>. Acesso em: 08/10/2020.

VELHAS. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/velhas/>>. Acesso em: 08/10/2020.

VINCULAR. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/vincular/>>. Acesso em: 08/10/2020.

VINCULO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/vinculo-3/>>. Acesso em: 08/10/2020.